

ECOGOVERNAMENTALIDADE



GOVERNAR EM NOME DA NATUREZA

Rebeca Allana Albuquerque
Óscar E. Zúñiga Mosquera (Orgs)

Grupo de pesquisas SAER- UFRPE

ECOGOVERNAMENTALIDADE



GOVERNAR EM NOME DA NATUREZA

**Rebeca Allana Albuquerque
Óscar E. Zúñiga Mosquera (Orgs)**

Grupo de pesquisas SAER- UFRPE

Conselho Editorial

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva - UNIDAVI
Prof. Dr. Astor João Schönell Júnior - IFFAR
Prof. Dr. Alan Ricardo Costa - UFRR
Prof. Dr. Allan Diêgo Rodrigues Figueiredo - UESPI
Profa. Dra. Andréia Bulaty - UNESPAR
Profa. Dra. Carla da Conceição de Lima - UFVJM
Prof. Dr. Camilo Darsie de Souza - UNISC
Profa. Dra. Clarice Caldeira Leite - UFRGS
Profa. Dra. Cecilia Decarli - UFRGS
Prof. Dr. Carlos Adriano Martins - UNICID
Prof. Dr. Christian Dennys Monteiro de Oliveira - UFCE
Profa. Dra. Dayse Marinho Martins - UFMA
Prof. Dr. Deivid Alex dos Santos - UEL
Prof. Dr. Dioni Paulo Pastorio - UFRGS
Prof. Dr. Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana dos Santos - FASESP
Profa. Dra. Elane da Silva Barbosa - UERN
Profa. Dra. Elen Gomes Pereira - IFBA
Profa. Dra. Francielle Benini Agne Tybusch - UFN
Prof. Dr. Francisco Odécio Sales - IFCE
Prof. Dr. Francisco Ricardo Miranda Pinto - UFCAT
Prof. Dr. Gilvan Charles Cerqueira de Araújo - UCB
Prof. Dr. Ismar Inácio dos Santos Filho - UFAL
Prof. Dr. Leonardo Bigolin Jantsch - UFSM
Profa. Dra. Liziany Müller Medeiros - UFSM
Profa. Dra. Marcela Mary José da Silva - UFRB
Prof. Dr. Mateus Henrique Köhler - UFSM
Prof. Dr. Michel Canuto de Sena - UFMS
Profa. Dra. Mônica Aparecida Bortolotti - UNICENTRO
Prof. Nilton David Vilchez Galarza - UPLA
Prof. Dr. Olavo Barreto de Souza - UEPB
Prof. Dr. Rafael Nogueira Furtado - UFABC
Prof. Dr. Roberto Araújo da Silva Vasques Rabelo - UNISANTOS
Prof. Dr. Rodrigo Toledo - USCS
Prof. Dr. Rodolfo Rodrigues de Souza - UERJ
Prof. Dr. Sidnei Renato Silveira - UFSM
Prof. Dr. Thiago Ribeiro Rafagnin - UFOB
Prof. Dr. Tomás Raúl Gómez Hernández - UCLV

Editor Chefe: Ivanio Folmer

Projeto gráfico e Diagramação: Gabriel Eldereti Machado

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Ecogovernamentalidade [livro eletrônico] :
governar em nome da natureza / Rebeca Allana
Albuquerque, Óscar Emerson Zúñiga Mosquera
(orgs.). -- Santa Maria, RS : Arco Editores,
2025.

PDF

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5417-572-2

1. Agroecologia 2. Educação superior
3. Educação – Pesquisa 4. Pesquisa científica
5. Política ambiental 6. Sustentabilidade
I. Albuquerque, Rebeca Allana. II. Mosquera, Óscar
Emerson Zúñiga.

25-312473. 0

CDD-370. 72

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação : Pesquisa 370.72

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

 **10.48209/978-65-5417-572-2**

Esta obra foi construída de forma coletiva, reunindo diferentes vozes, experiências e perspectivas. As opiniões expressas nos capítulos são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores e não representam, necessariamente, a posição desta editora. Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e a autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada.



Eu gostaria de escrever livros-bombas - ou seja, livros que são úteis
bem no momento em que são escritos ou lidos pelas pessoas.
Depois eles desapareceriam.
Michel Foucault,
Foucault na Califórnia (Wade, S. 2024)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
PARTE I: DERIVAÇÕES CONCEITUAIS.....	12
CAPÍTULO 1	
PROBLEMATIZAÇÕES PARA UM EDUCAR ERRANTE DO(A) PROFESSOR(A) AGROECOLOGO(A).....	13
Óscar Emerson Zúñiga Mosquera	
CAPÍTULO 2	
A ECOGOVERNAMENTALIDADE COMO CHAVE DE LEITURA DA QUESTÃO AMBIENTAL.....	35
Alana Mirella Cunha Felix; Óscar Emerson Zúñiga Mosquera	
PARTE II: ESTUDOS DE CASO.....	56
CAPÍTULO 3	
A BIOPOLÍTICA DO ESTADO BRASILEIRO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA AS COMUNIDADES PESQUEIRAS ARTESANAIS, UMA ANÁLITICA DO PODER SOBRE O DERRAMAMENTO DE PETRÓLEO	57
Rebeca Allana Albuquerque	
CAPÍTULO 4	
DISPOSITIVOS DE GOVERNAMENTALIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR: INQUIETAÇÕES SOBRE AS IDENTIDADES RURAIS	86
Filipe Ramos Pinheiro	
CAPÍTULO 5	
REVOLUÇÕES POR TODA A PARTE: CAMINHOS PARA UMA AGRICULTURA URBANA MOLECULAR E REVOLUCIONÁRIA	110
Eduardo Henrique Vieira Calado; Eduarda Oliveira Casanova	
CAPÍTULO 6	
PRÁTICAS <i>TRANSCULTURAIS</i> QUILOMBOLAS: UMA ANÁLISE ÉTICA E METODOLÓGICA.....	130
Uézila Victória Lopes Felipe da Silva; Vanessa Maria Santiago da Silva	

APRESENTAÇÃO

É com imensa satisfação que apresento ao leitor este livro, fruto de um processo coletivo de formação crítica, pesquisa comprometida e experimentação acadêmica vivida no cotidiano da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). As páginas que seguem são o produto de investigações desenvolvidas por estudantes vinculados aos Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), unidos sob o projeto de pesquisa «AGENCIAMENTOS E COGNIÇÕES INVENTIVAS NO TERRITÓRIO PROFESSOR AGROECÓLOGO 2020-2024», projeto aprovado pela entones pró-reitoria de pesquisa da UFRPE, com aval do Conselho Nacional de Pesquisa - CNPq e que durante os quatro anos de vigência contou com o apoio financeiro da CAPES em forma de bolsas PIBIC.

O projeto de pesquisa interdisciplinar partiu da leitura original das práticas educativas da agroecologia na educação formal superior brasileira. Esta originalidade transdisciplinar surge com a chave de leitura fornecida pelo instrumental foucaultiano da arqueogenealogia, o qual permitiu a criação de um diagrama das práticas agroecopedagógicas. Um dos dispositivos encontrados, e no qual centramos nossa atenção, é a figura do professor agroecólogo; dita figura emerge nos anos 1980 na University of Califórnia e tem por função substancializar o sujeito ecológico. Apontamos a uma tipologia presente na educação superior brasileira deste profissional derivado das questões ambientais e do discurso ecológico, a qual coloca em um plano assimétrico as potencialidades dos enunciados do discurso agroecológico.

No intuito de amplificar o alcance da agroecologia se objetiva aplicar às práticas agroecopedagógicas localizadas no campo educativo, uma perspectiva espiritual entendida como uma “ontologia política” que leve à conformação de agenciamentos ético-políticos que permitam re-criar e inventar gestos, problemas e conceitos, superando o neocolonialismo instaurado pela ecopolítica. De tal forma, referimos nossa pesquisa qualitativa ao campo educativo, especificamente, à filosofia da educação que se preocupa com a formação humana desde uma perspectiva espiritual.

A importância desta pesquisa para o SAER, para o Departamento de Educação da UFRPE e para os estudos na área da educação no Brasil e na América Latina, radica em três questões: a primeira voltada à originalidade, toda vez que nem os estudos espirituais, nem a filosofia da educação tem se debruçado no diálogo sistemático com o campo agroecológico; daí, a segunda contribuição, a impulsionar perspectivas inter e transdisciplinares e, a terceira inovação, a internacionalização da pesquisa desenvolvida na UFRPE, especificamente, no Departamento de Educação através da realização de convênios, seminários, publicações e intercâmbios de pesquisadores e estudantes.

Essas três contribuições refletem da seguinte forma: Na relação Ensino-Pesquisa, o projeto de pesquisa subsidiou as reflexões e a fundamentação teórica de disciplinas como Extensão Rural nas Ciências Agrárias, Cooperativismo nas Ciências Sociais e em geral as vinculadas com a questão ambiental ao nível de graduação e no Doutorado em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da UFRPE; na relação Pesquisa-Extensão, este projeto se engaja no trabalho com comunidades rurais de forma regional (com a articulação da organização INCUBACOOOP da UFRPE no Município de Bonito) e internacional (com os trabalhos de extensão que vêm sendo realizados pela Universidad Nacional de Colombia e a Universidad Nacional Abierta y a Distancia de Colombia).

Operativamente o projeto se organizou em três subprojetos: i) Cognições inventivas e a materialidade da comunicação: na procura de diálogos experimentais na América latina; ii) Impolítica e os homens-planta: provocações para uma agroecologia radicalmente selvagem; iii) Multinaturezas e agroecologia antropofágica. Daí que os capítulos que compõem este livro reproduzem os conteúdos temáticos de cada subprojeto.

Este livro é mais do que uma coletânea de capítulos. Ele é expressão de uma universidade pública que pensa, que problematiza, que se inquieta. Cada texto aqui presente nasce do encontro entre a juventude investigativa e a exigência de rigor metodológico, entre paixão e compromisso social, entre a universidade e os múltiplos territórios onde o saber se encarna.

A Iniciação Científica e os Trabalhos de Conclusão de Curso não são apenas etapas ou exigências curriculares — são espaços de amadurecimento inte-

lectual e de ensaio da autoria acadêmica. A escrita que emerge desses projetos revela um olhar em formação, mas já profundamente implicado com os desafios de nosso tempo: as desigualdades sociais, a questão ambiental, as identidades, a memória, os direitos, a cultura, o território, o trabalho.

Este livro dá visibilidade a esses olhares e às perguntas que movem nossos estudantes: Como se configuram as resistências populares nos territórios rurais? Como o discurso ambiental molda políticas públicas? Como os conflitos agrários são narrados nos meios institucionais? Qual é a importância das redes sociais nos processos de subjetivação radicalmente transformadores? Essas são apenas algumas das questões tratadas aqui.

Cada capítulo é uma janela para um universo empírico singular, mas todos compartilham uma ética comum: o compromisso com a crítica, com área acadêmica e com a escrita como gesto político.

O livro destina-se não apenas a estudantes e docentes, mas a todo leitor interessado nos debates contemporâneos das Ciências Humanas. Seu formato plural, composto por textos independentes, mas dialogantes, permite múltiplos percursos de leitura. Convido o leitor/a a percorrê-lo com a curiosidade e o respeito que toda escrita em processo merece — uma escrita que arrisca, que propõe, que aprende enquanto avança.

Ao tornar públicas essas pesquisas, reiteramos o papel social da universidade: formar sujeitos críticos, produzir conhecimento situado e devolver à sociedade reflexões comprometidas com a transformação social. Daí que vale a pena voltar eternamente à pergunta pela Ideia da universidade?

Em um mundo acadêmico cada vez mais pautado pelo produtivismo, pela barbárie da produção científica avaliada pela quantidade, onde o mesmo é travestido de originalidade, onde trechos se plagiam e as ideias se tornam uma eterna repetição, o pensar corre perigo. E talvez, esta seja uma das crises da educação anunciada e denunciada por pedagogos e filósofos (desde Larrosa até Deleuze e Guattari). A crise da educação, assim o mitificam os poderes conservados dentro das instituições universitárias, se reduz a uma falta de financiamento; desde outro olhar, este argumento não é só pobre, mas conivente. Nunca se fala das práticas sombrias que grupos conservadores, de direita e de

esquerda, se esforçam de manter com uma roupagem sempre acadêmica, participativa (apelando a um ser mitológico dentro de este ritual) e democrática. Pois a realidade dista destes simulacros. O que temos é uma universidade cada vez mais engessada no pensamento, menos ousada eticamente (e seguramente, mais moralista), com um controle panóptico que ainda não saberemos dizer se se reparte por igual entre carcereiros e punidos. Enfim, é desta Universidade que pretendemos nos afastar.

Uma universidade, que para ser universal, para existir com um ethos, precisaria cumprir com alguns mínimos. Primeiro, se bem é certo as universidades cada vez mais se lhes pede que funcionem como fábricas globalizadas de televisores, o certo é que as universidades latinoamericanas tem outras demandas e outras possibilidades, como o tema da megabiodiversidade, a qual cada vez mais é colocada no cenário estratégico geopolítico em disputa pelas potências armamentistas. Segundo, a Universidade como espaço insubstituível do pensamento acadêmico e da pesquisa, deve colocar cotidianamente seus esforços em constituir uma comunidade acadêmica.

Uma Universidade constituída por uma comunidade acadêmica é um trânsito que vai da privatização ao público, é um compromisso absoluto com a Universidade, com o conhecimento, por cima de divisões partidárias ou ideológicas. A universidade deve ser o espaço para pensar, experimentar. Isto é claramente um confronto com a universidade meramente profissionalizante. Sua missão não é produzir técnicos do saber prático ou técnicos do saber teórico. Isto foi consignado no relatório de uma universidade latinoamericana:

[La Universidad] se creó para que hubiera una institución que formara la gente capaz de pensar y estudiar este país y que contribuyera desde la academia a construir la Nación. La Universidad habrá de ser pública y cumplir una función en la Investigación, la creación intelectual, la enseñanza y la extensión del conocimiento para la construcción de la Nación y la nacionalidad. Hay aquí que hacer una sola Nación a partir de muchas culturas milenarias, hacer que el huitoto y el santandereano disfruten a Cervantes y a Bach y estudien a Darwin y comprendan a Kant, y tengan razones para sentirse orgullosos de ser colombianos, sin dejar de ser huitotos ni santandereanos ni perder el orgullo de la propia e irreductible identidad. A la Universidad pública se le mira ahora con criterio de empresa y se le exige un compromiso con lo inmediato y a veces con lo local. En verdad, puede y debe ser más eficiente y

servir a lo actual y a lo local, pero la Universidad, a diferencia de la empresa, fue inventada por la sociedad en que vivimos para pensar las cosas con muchísimo cuidado; sus tiempos característicos no son los de la productividad industrial. La Universidad de corto plazo, no es Universidad. Los resultados de la investigación científica, hasta las nuevas tecnologías tienen efecto solo en el mediano y largo plazo. No se diga de los efectos profundos de las obras de arte o de las escuelas filosóficas.

Esta ideia iria na contramão de um pensamento instaurado na Universidade e que na prática leva a sua privatização por parte dos grupos políticos que nela existem. Destarte, mais que espaço do pensar, a universidade se transforma na caixa de ecoamento das ideologias defendidas por estes grupos, ainda que minoritários. Daí se deriva um outro compromisso, o estudante deve pensar. O que é pensar neste contexto da comunidade acadêmica? Vamos pela negação: pensar não é repetir o que um autor escreveu no texto, não é defender as teses do livro ou dos professores; pensar é um desafio, uma construção a partir da leitura, da discussão, da vida, do envolvimento com a realidade, é um projeto para a vida na qual quem pensa se compromete e compromete sua existência com aquilo que pensa.

Que esta leitura seja proveitosa, instigante e inspiradora.

Boa leitura!

Professor Dr. Óscar Emerson Zúñiga Mosquera

Recife, Outubro de 2025

PARTE I: DERIVAÇÕES CONCEITUAIS

CAPÍTULO 1

PROBLEMATIZAÇÕES PARA UM EDUCAR ERRANTE DO(A) PROFESSOR(A) AGROECOLOGO(A)

Professor Dr. Óscar Emerson Zúñiga Mosquera

APRESENTAÇÃO

Nas últimas décadas os problemas ambientais ganharam uma inusitada visibilidade na sociedade criando as condições de possibilidade para a emergência de novos riscos os quais a humanidade deve temer e enfrentar. Trata-se de uma explosão de fins de mundo onde novas crises, catástrofes e extinções em massa são anunciadas com a mesma velocidade com a qual especialistas, lideranças de povos tradicionais e representantes do governo planejam estratégias para solucionar-lhas, mitigar-lhas ou adaptar-se, operando através de uma entusiasta rede de Universidades-ONGs-Estado. Neste trabalho analisamos o surgimento da questão ambiental como alternativa emancipadora dos sujeitos diante do mundo unipolar que se instaurou no final do século XX. Neste contexto, a educação, especialmente vinculada ao mundo camponês e sua produção, consolidou algumas propostas atreladas à questão ambiental que visam a conscientização, organização e emancipação dos povos do campo. Utilizando a análise do poder do pensador francês Michel Foucault, apontamos aqui aos riscos que a ecologização do mundo, dos sujeitos e das reivindicações dos movimentos sociais, podem trazer para as finalidades emancipadoras enunciadas tanto na Agroecologia como na Educação do Campo. É uma flexão sobre as propostas educativas vinculadas aos temas do campo, com o qual os fundamentos que mobilizaram as próprias vivências ao lado dos movimentos sociais e do exercício acadêmico são colocados em debate. O trabalho é resultado de uma pesquisa na educação, instigada por uma reflexão diante do saber ecológico, um exercício ético-político para um repensar das práticas educativas que visam a errância, entendida na sua dupla significância: falhar e caminhar.

INTRODUÇÃO

Na segunda metade do século XX emergiu uma nova esperança emancipadora com a visibilização dos problemas socioambientais causados pelo desenvolvimento capitalista. Este período pós-soviético daria origem a um ecocapitalismo onde o desenvolvimento da produção é compatível com a preservação dos recursos naturais, de tal forma que a segunda contradição do capitalismo é eliminada. Junto com este ecocapitalismo revolucionário surge um paradigma holístico, uma espiritualidade e um novo período pós-materialista (ZIZEK, 2011), daí que nós pensamos que esta transmutação verde precisa ser analisada de forma mais radical e não simplesmente como uma forma de enverdecer as mercadorias.

Tanto na compreensão filosófica (ZIZEK, 2011), como do marketing (KOTLER, KARTAJAYA, SETIAWAN, 2010), o ecocapitalismo não opera como uma simples máquina de produção de mercadorias materiais, pois ele demanda um novo sujeito, veicula novas sensibilidades e apela a um ato de confissão bastante efetivo. Por conseguinte, este novo sujeito, chamado de sujeito ecológico (CARVALHO, 2001) se caracteriza por uma conscientização do cuidado do planeta e da vida, escrita agora como um tecido, uma trama, que demanda um novo ethos, e para o qual a educação tem um papel central, especialmente as pedagogias que apelam à emancipação.

Nesse contexto de liberdade controlada é que aceitamos discutir a emergência da agroecologia, junto com sua aliada a educação do campo, assim como a prática do professor agroecólogo. Seguindo uma analítica da suspeita foucaultiana, nós entrevemos uma curiosa relação de saber/poder entre o novo paradigma científico ligada à produção alternativa e ciência ecológica. Dito de outra forma, existe para os estudiosos do poder fortes evidências das formas de controle veiculadas pela ciência ecológica e seus desdobramentos ambientalistas. No caminho de sua constituição como uma alternativa e crítica ao agronegócio, a agroecologia vivencia uma tensão entre as mudanças radicais e o privilégio do desenvolvimento de novas tecnologias para a agricultura, criando assim uma mercadoria ecológica que vem evoluindo, se for-

talecendo e ocupando os espaços que foram abertos pela “virada ecológica” produzida a partir da “questão ambiental”.

Uma análise crítica das implicações dessa “virada ecológica” da agroecologia instigou o uso da analítica interpretativa desenvolvida pelo pensador francês Michel Foucault, especificamente, suas pesquisas sobre o problema do governo e da governamentalidade (FOUCAULT; 1999, 2008b). Conforme já foi mencionado, a analítica foucaultiana descreve como o exercício do poder passa a cobrir toda a superfície que se estende do orgânico ao biológico, do corpo à população, mediante um jogo duplo das tecnologias normalizadoras de natureza disciplinar e regulamentadora. Explorar os meios pelos quais o conceito de população, apreendida como um corpo-espécie, e ambiente, como sua necessidade territorial, nos permite mapear a emergência de racionalidades governamentais que se sustentam em saberes ecológicos cujo status de ciência foi adquirido recentemente. Nesse contexto, e em função das inquietações que o tema apresenta, destaca-se o fato que na modernidade os governos passam a se encarregar das próprias relações que os seres humanos estabelecem com os recursos naturais, a partir do entramado saber-poder que o novo paradigma ecológico permite, reconfigurando sujeitos como o “povo”.

Ao ganhar um espaço dentro do saber ecológico, o povo se torna possuidor de um conhecimento que precisa ser recuperado, de uma existência que demanda de atenção por parte do Estado, de um cuidado por parte de especialistas e instituições não governamentais. É esse novo lugar que o povo ganha diante do poder que chama poderosamente nossa atenção. Evidenciamos uma curiosa estratégia do poder, na qual, inúmeras e diversas comunidades do campo passaram de ser alvo de extermínio (como o ainda invisibilizado genocídio dos povos originários) para toda uma política de desenvolvimento iniciada na década de 1940 que teria por função tirar do “atraso”, da “ignorância”, da “ineficiência”, isto é, do subdesenvolvimento os pobres do terceiro mundo (ESCOBAR, 1998); destarte, recentemente, vemos surgir um complexo dispositivo ecológico que tem por função dar “visibilidade”, “reconhecimento”, “valor” a um saber que guarda um “segredo milenário” e pelo qual a humanidade encontrará sua salvação (DUBEUX; MEDEIROS, 2015). Desta forma, pelo menos

três deslocamentos podem ser destacados nesta relação povo-poder: aniquilar, educar, visibilizar.

Sobre este cenário, articulamos uma discussão organizada em três momentos. Inicialmente exploramos a ideia de um governo das almas ecologizadas, explicamos a noção de governamentalidade e sua derivada a ecogovernamentalidade. No segundo momento apresentamos as propostas educativas que agem no campo, para o campo e do campo; explicamos como a agroecologia e a educação do campo se articulam e são afetadas por uma ecogovernamentalidade; desta forma, visibilizamos um sujeito, o povo, e o entramado de relações de poder no qual é inscrito. Finalizamos nossa flexão apontando a necessidade de um deslocar, um caminhar pelos territórios teórico-existenciais que nos levam a uma educação errante.

Este trabalho é o resultado de uma pesquisa qualitativa, bibliográfica, realizada na educação, a qual apontava a problematizar as práticas pedagógicas da agroecologia, que também denominamos de agroecopedagogia, abrindo um interessante percurso para os estudos herméticos no Brasil, atrelados às propostas educativas do campo. Neste artigo privilegiamos os resultados da problematização sobre a temática à luz de uma arqueogenealogia foucaultiana.

Cabe aqui uma advertência importante. Nosso objetivo não é desqualificar ou deslegitimar a Agroecologia ou a Educação do Campo, as quais têm um histórico de lutas e mobilizações que fazem parte da cultura de resistência de diferentes atores no Brasil. Pelo contrário, como foi consignado no início deste trabalho, a partir da ótica de uma analítica do poder, pretendemos qualificar a discussão sobre o entrave atual no qual se encontram os movimentos de resistência a nível planetário e onde a noção de povo possui um valor cada vez mais destacado.

NO RASTRO DA (ECO)ECOGOVERNAMENTALIDADE OU O PODER COMO CAMPO DE ESTUDOS

A necessidade de um ambiente sadio e consequentemente monitorado, é o que caracteriza a ecogovernamentalidade. Como demonstraremos a continuação, este ambiente sofre uma amplificação ao ponto de tornar-se ambiente

do trabalho, ambiente de produção e ambiente natural, o qual precisa ser sadio, limpo, seguro ou sustentável; para alcançar tal finalidade, são demandados dispositivos de segurança sobre as populações.

Constatando que existe uma “virada ecológica” da sociedade, materializada na questão ambiental e o ecocapitalismo, utilizamos a chave ecogovernamental para analisar a operatividade desta virada. Para tal fim, parte-se das pesquisas sobre a governamentalidade realizadas por Michel Foucault (2008a). O filósofo francês mostra como a partir do século XVIII ao se recuperar os fundamentos biológicos do homem se dá uma virada na forma do exercício do poder. Assim, o poder soberano, por meio do sistema jurídico, organiza o espaço, coloca sobre ele determinados limites, classifica os recursos, seu bom uso ou a proibição para determinadas atividades produtivas; seguidamente, o poder disciplinar distribui, organiza e controla as multiplicidades de corpos presentes no espaço, no território, delimita as zonas de risco, as fontes de riqueza, os cenários estratégicos, aqueles que apresentam perigo, etc. Tudo isto em função da circulação, favorecendo a circulação das pessoas, das mercadorias, mas também de permitir a higiene sobre o espaço e diferenciar o espaço bom do espaço ruim. Enquanto a soberania delimita, a disciplina organiza e classifica, a segurança não cria em sentido estrito nada sobre o espaço, pelo contrário ela trabalha sobre o já dado, o já organizado, otimizando suas potencialidades e minimizando os riscos, o perigo, realizando para isto um cálculo de probabilidades; assim, a segurança vai estruturar os planejamentos que possuem uma polifuncionalidade e está polifuncionalidade de determinados elementos do espaço contém características positivas, mas também, características negativas (FOUCAULT, 2008b). Por último, a segurança tem como alvo o futuro, o como fazer que o espaço funcione em termos de circulação mesmo sabendo que não só tem elementos positivos, mas elementos negativos, para isto, para um bom planejamento do espaço, ela precisa saber o que pode acontecer, de tal forma que a segurança precisará de uma técnica que tem a ver com o estudo dos fenômenos como séries.

Ao falar da governamentalidade, Foucault aponta a uma economia da arte de governar afim ao neoliberalismo que expressam relações de poder

na sociedade de segurança (FOUCAULT, 2008b). Assim, em uma complexa rede de instituições e dispositivos de saber-poder, assistimos na contemporaneidade a um Estado governamentalizado. Para dizer nas palavras de Foucault, a governamentalidade é uma rede formada pelas:

instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por governamentalidade entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e] o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por “governamentalidade”, creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco “governamentalizado”. (FOUCAULT, 2008b, p. 142-143)

O Estado governamentalizado é fator chave para entender a rede de poder da governamentalidade e sua derivada ecológica, a ecogovernamentalidade. Esta governamentalidade ecológica é uma complexa rede de instituições, conhecimentos, sujeitos que fundamentados no saber ecológico tem por finalidade modelar o comportamento de indivíduos, grupos e populações, através de técnicas liberais de governo produzindo territórios, instituições e identidades com a capacidade autônoma de regular o comportamento da sociedade, daí que “os atores não estatais, particularmente os profissionais, os acadêmicos e os movimentos sociais, contribuem para a governamentalização da vida, estabelecendo relações complexas, potencialmente instáveis com agências estatais, outras instituições e forças políticas.” (RUTHERFORD, 1999, p. 60),

Recentemente, podemos observar este conjunto de atores articulados a fim de evitar alguma das tantas catástrofes do fim do mundo que reiteradamente são anunciadas. O evento mais espetacular do fim do mundo é a mudança climática. Nela é possível observar institutos como o IPCC, inúmeros centros de pesquisa, conferências de especialistas e políticas públicas operando no intuito de mitigar e adaptar, isto é, tornar o ambiente mais seguro para o desenvol-

vimento do capitalismo. Desta forma se pode designar um papel criador dos dispositivos de segurança, mencionados por Foucault, localizados no tempo futuro, de aquilo que pode acontecer segundo séries históricas de comportamento dos fenômenos os quais podem tomar uma ou outra via se acontecer certas situações (uma guerra, um catastrofismo climático, etc.). Uma criação do espaço que lembra a noção de meio utilizado na biologia desde Lamarck.

O que é o meio? É o que é necessário para explicar a ação à distância de um corpo sobre outro. É, portanto, o suporte e o elemento de circulação de uma ação. É portanto o problema de circulação e causalidade que está em questão nessa noção de meio (FOUCAULT, 2008b, p. 27).

A partir desta análise se vê surgir a noção de meio, do ambiente ou do meio ambiente, como uma chave para entender o biopoder, especificamente, a relação do meio com a população que constitui o biopoder. Mas o que é o meio? porque o meio é importante? A primeira constatação é que mesmo a noção não ter aparecido, nem nomeada pelos urbanistas, os dispositivos de segurança já operam na formação disso que hoje entende-se por meio. O meio configura-se como o conjunto de elementos bióticos e sociais sob o qual as comunidades de indivíduos se assentam, aquilo que sustenta. Além de dar suporte, o ambiente é importante porque é também um cenário no qual é possível cartografar elementos e relações de causa-efeito; a sua vez este cenário, ecosocial, determina a circulação, a boa circulação ou a dificultar a circulação. Nele, se intervém não de forma jurídica como o poder soberano, nem no sentido de classificar e organizar, como o poder disciplinar, mas de outra forma, o biopoder age em função da população, isto é “Ou seja, uma multiplicidade de indivíduos que são e que só existem profunda, essencial, biologicamente ligados à materialidade dentro da qual existem.” (FOUCAULT, 2008b, p. 28).

Precisamente é esse entramado da nova ciência ecológica que é de interesse para os estudos foucaultianos, e daí a sua escolha, toda vez que sugerem uma relação entre o saber e o poder. Pode-se, por exemplo, visibilizar uma poderosa relação entre a gênese da ecologia científica e a perspectiva biopolítica da modernidade, que, curiosamente, resultará de uma importância ainda inapreensível à nova ciência agroecológica que promove uma sustentabilidade

planetária. Esta relação é confirmada por Marzocca (2014) ao estudar as estratégias ecológicas de resolução dos problemas ambientais e a governamentalidade; dito de outra forma, para o filósofo italiano os fundamentos e estratégias do saber ecológico têm uma simétrica relação com o contexto histórico-epistêmico que deu origem à governamentalidade moderna, isto é, a biopolítica e a economia política. Ainda nas palavras do autor: “o discurso ecológico enquadra a questão ambiental em termos tanto econômicos quanto biopolíticos: a sua finalidade é certificar-se de que em um ecossistema não sejam ‘violados’ os critérios de eficiência e de equilíbrio, segundo os quais a reprodução biológica deveria desenvolver-se.” (MARZOCCA, 2014, p. 271).

Entende-se por este análise uma mutação história na hora de denominar o homem, o qual passa de ser um gênero humano a uma espécie humana e depois apreendida como população por parte do Estado, tornando-se fonte de produção de riqueza e por esta via um organismo que deve ser monitorado em relação com seu ambiente de trabalho ou de vida. Em conclusão, a hiper-publicitada crise ambiental que é veiculada de diversas formas, resulta irresolúvel pela via da racionalidade ecológica (LEFF) que é oferecida à sociedade e, ainda mais, essa racionalidade operando como discurso “não é capaz de escapar à própria lógica que coloca em discussão, porque não apenas não se traduz em uma perspectiva decididamente anticapitalista, mas porque tampouco se confronta com o aperfeiçoamento da governamentalidade dominante, que especialmente o liberalismo e o neoliberalismo são capazes de realizar” (MARZOCCA, 2014, p. 277).

Assim, pode-se entrever que a problematização levantada pela ecogovernamentalidade vai além da simplificação denunciada pelo ambientalismo ante a emergência de uma economia verde ou ambiental (noções que surgem algumas vezes como rivalizando e outras como sinônimo dentro da literatura específica), nem se trata de uma nova condição moralizante do ser humano ou de uma bioética da responsabilidade; mas parece-nos que é o fenômeno da racionalidade (impulsionado pelos próprios ambientalistas) que deve ser alvo de preocupação, toda vez que do que trata a sustentabilidade e sua procura de uma relação harmoniosa com a natureza ou uma economia das “gerações futuras” é colocar

na atenção do Estado um conjunto de coisas, comportamentos, preocupações e interesses que devem ser administrados exclusivamente sobre sua potestade ou, no caso de uma terceirização da função estatal, deve seguir-se a racionalidade por ele determinada, por tanto fala-se de uma liberdade controlada.

Em relação a isto, ao descrever a racionalidade da ecogovernamentalidade durante a administração Clinton/Gore, Luke (1999) aponta como a construção da necessidade humana do ambiente foi incorporada pela sociedade criando um patriotismo ecológico a partir do qual a política de segurança nacional e as guerras preventivas para garantir os recursos dentro e fora do território estadunidense foram legitimamente aceitas. Neste sentido, a ecogovernamentalidade aponta a um Plano Marshall Ecológico que permitiu a expansão do ambiente econômico dos Estados Unidos no sentido de expandir sua cultura empresarial pelo mundo. Nosso autor, ainda menciona como, de forma astuciosa, destacados políticos ecológicos têm criado a alternativa ao vazio produzido pelo consumismo exacerbado da sociedade industrial: sobre esta estratégia, para encontrar a paz espiritual, os humanos ecologicamente sensibilizados devem se tornar os novos “mordomos da terra”. Vinculado a isto, o ambiente serviria como ponto de referência da eficiência produtiva da principal potência militar que viu como, nas últimas décadas, sua indústria perdeu competitividade, desta forma a ecologização da vida serviria para colocar a natureza como um bioindicador produtivo do qual a própria sociedade-mordoma, operária como sentinela de uma indústria ineficiente.

Isto posto, entende-se a liberdade de expressão como “o cliente sempre tem razão” ou “o poder do consumidor”, pois a indústria além de ser pressionada a uma maior eficiência pela sociedade civil ecologizada, tem seu estímulo ao ver que suas mercadorias ganham na concorrência pelo comprador. Portanto, é neste cenário de operações, onde é jogada a sociedade, que deve ser avaliado o verdadeiro alcance da trama ambiental e não pelo nível (fracassado) de consciência ecológica que se espera obter e que ingenuamente é relacionada com uma transformação da sociedade numa espécie de revolução pacífica. Daí que Luke (1999) aponta como uma vitória da ecogovernamentalidade ter estimulado a aceitação da necessidade para o próprio indivíduo de um ambiente puro,

da qualidade do ar, de uma produção livre de agrotóxicos e assim orgânica, de uma água sem contaminantes, pois o que se instaurou foi uma demanda individualista pelo próprio bem e não pelo bem comum como apela à consciência ambiental. Dito de outra forma, é precisamente o reforço do individualismo (com a veiculação de noções como risco, catástrofe e medo) o que se espera das pedagogias ambientais e é aí precisamente onde se deve medir o sucesso da criação do sujeito ecológico e sua consciência ambiental.

Ainda o mais surpreendente desta política é ver como no ambientalismo essas “histórias cheias de temas geoeconômicos de racionalidade instrumental, crescimento sem consciência e individualismo possessivo” (LUKE, 1999) operam em diferentes níveis. Desde o nível básico do sujeito que procura uma harmonia com o cosmos, passando pelas ecocomunidades sustentáveis até chegar ao nível global de segurança planetária que criou as condições de possibilidade de um sofisticado colonialismo ambiental.

Na ecogovernamentalidade é possível encontrar o medo sendo veiculado no apocalipse ambiental, na mudança climática, no fim das espécies, e, recentemente, em misteriosos meteoritos que farão explodir a terra num futuro distante. Assim, existe uma correlação entre o Estado, a população, o liberalismo e a política do medo que permitiria explicar o fato de nossa sociedade estar ausente de projetos transformadores estruturais. Como resultado, o problema da segurança ambiental adquire uma visibilidade jamais vista nas formas em que o poder político se concretiza nas sociedades; um problema que passa a ser incorporado pelas políticas institucionais do Estado e cuja expressão mais evidente é a constatação consensualmente reiterada de que vivemos uma “crise ecológica” global. Diante disto, não é algo casual que nas últimas décadas o investimento discursivo na relação homem-natureza demande alterações significativas na compreensão teórica e prática da educação. Essa situação se materializou na formalização da Educação Ambiental e atualmente no país, de forma mais poderosa, nas práticas pedagógicas da agroecologia, tendo implicações na produção e reprodução pedagógica de um sujeito ecológico.

RUTHERFORD (1999) também identifica uma relação entre a ciência ecológica e o poder. Essa relação opera não só como conhecimento que identifi-

ca e explora, mas como criador de objetos e constituição de pessoas e relações. Partindo do reconhecimento que a ecologia permite a administração da vida, incluindo os seres vivos em função da otimização da riqueza, para este autor a ecogovernamentalidade opera sobre o corpo social através de sua dimensão biológica, legitimando todo um campo de pesquisas e ações para manter a boa saúde desse corpo. Um claro exemplo disto são as políticas públicas de saúde, assim o poder se torna produtivo antes que repressivo, pois ele produz bem-estar, tranquilidade, disposição, entre outras condições necessárias para garantir a abundância e prosperidade da população. Ainda sobre isto, o mesmo autor comenta como as técnicas de gestão ambiental colonial desde meados do século XVII até a primeira metade do século XX, tais como “silvicultura, irrigação e conservação do solo” tiveram uma forte incidência no desenvolvimento do mundo moderno. Daí que a ideia de crise ecológica atrelada aos recursos das populações, seja uma ideia reiterada para o desenvolvimento do capitalismo. Isto explica porque no final do século XX emergiu a noção de “capacidade de carga da terra” vinculada a séries estatísticas que asseguravam estimar a data em que os recursos de vida se acabariam, quantos planetas seriam necessários para manter o padrão de consumo atual e, de maneira individual, calcular a Footprint no site de uma ONG internacional para que cada sujeito consiga regular sua capacidade de carga sobre a terra.

Mas a quase lei biológica da “capacidade de carga” é uma de tantas expressões de ecologização científica sobre a vida e as populações. Tome-se por exemplo a poluição, ou o já mencionado aquecimento global, o consumismo, a contaminação dos ecossistemas pelos agroquímicos, o câncer resultado do uso de fertilizantes e outros tantos problemas ambientais que surgiram depois da Segunda Guerra Mundial. Para RUTHERFORD (1999, p. 56):

Estes e inúmeros trabalhos similares têm várias características importantes em comum. Cada um problematiza o ambiente como o previamente tomado como base biológica para a vida humana, e constitui-se como um domínio de interesse social e potencial conflito político... A população tornou-se alvo de uma nova forma de segurança e bem-estar ecológico, em que as agências ambientais e as disciplinas profissionais exigidas por eles estabeleceram a tarefa de proteger o público contra tecnologias perigosas e prejudiciais ao meio ambiente, exigindo ‘análises preditivas cada vez mais

complexas dos riscos e benefícios da Regulamentação'. A ciência ecológica regulatória não descreve tanto o meio ambiente como o constitui como um objeto de conhecimento e, através de vários modos de intervenção positiva, como Foucault sugeriu, muitas vezes é nos procedimentos cotidianos e simples de exame e avaliação no micronível que podemos discernir a operação do biopoder.

Desse modo, o dispositivo ecológico coloca novos desafios para a educação. Isso não apenas em termos didáticos ou pedagógicos, mas principalmente filosóficos, tendo em vista a colocação em cena de uma nova perspectiva acerca de como o ser humano pode vir se tornar um verdadeiro ser humano, enquanto sujeito ecológico, numa relação fundante com a natureza, ela mesma, apreendida como uma forma mitificada de subjetividade. Em outros termos, os desafios diante do novo paradigma ecológico apontam a compreender o alcance de novas formas de governo das condutas das populações e das possibilidades de resistência diante delas. É assim que operando a noção de ecogovernamentalidade pode-se tensionar os princípios da própria agroecologia e a educação do campo, mas principalmente, decifrar a forma de operar desta nova forma de poder.

A ECOGOVERNAMENTALIDADE NO CAMPO

A esta altura amplificamos o olhar sobre a questão ambiental deslocando-a para uma analítica do poder. Propormos agora constatar a presença da ecogovernamentalidade no campo através das propostas educativas da agroecologia e da educação do campo, especificamente a produção discursiva pela qual o povo é predicado. A relação simbiótica que propomos analisar entre o novo paradigma agroecológico e a educação emanadas dos movimentos sociais por uma educação do/no campo se expressa em enunciados como os consignados na seguinte frase,

Neste sentido, a pesquisa demonstra que é imprescindível um esforço pedagógico de tradução entre o modo de construção de conhecimentos e práticas ambientais produtivas gerados na experiência vivencial dos povos do campo e o modo de construção e práticas técnico-científicas que informam a elaboração dos projetos de políticas públicas. Esse esforço pedagógico se realiza no contexto de formação de educadores do campo, capacitando-os

a promover o diálogo entre saberes científicos e saberes culturais (SÁ; MOLINA, 2009, p.110).

Isto posto, apontamos agora a caracterizar o novo paradigma científico, que à sua vez é movimento social, denominado de agroecologia e a educação do campo.

Na primeira metade do século XX começou a gestar-se um peculiar evangelho para a América Latina. Na década de 1940 a Fundação Rockefeller deu início a um ambicioso projeto de aumentar a produção de alimentos no terceiro mundo sob o comando do Prêmio Nobel da Paz Norman Borlaug. Tratava-se da “Revolução Verde” a qual se expandiu em um mundo conturbado pelas revoltas sociais camponesas, pela guerra mundial e, sobretudo, pela ameaça comunista. Nessa conjuntura, vários centros de pesquisa agrícola foram criados em países do chamado mundo subdesenvolvido em parcerias com as universidades. No México foi fundado o International Maize and Wheat Improvement Center (CYMMYT) destinado ao fortalecimento de variedades melhoradas de milho e trigo; nas Filipinas, o International Rice Research Institute (IRRI) focalizou nas pesquisas sobre o arroz; e na Colômbia, o Centro Internacional de Agricultura Tropical (CIAT) se especializou em temas de agricultura tropical e camponesa. O mapeamento destes institutos é importante todas as vezes que na gramática dos movimentos sociais, eles ameaçam o povo: “expansão das culturas transgênicas vem colocando a agricultura sob o controle das empresas transnacionais do ramo da biotecnologia, ameaçando a soberania dos povos na determinação do quê e de como produzir.” (WEID, 2009, p. 55).

A tese dos “pastores do crescimento econômico”, como Borlaug, consistia em que era melhor ter uma Revolução Verde do que uma revolução vermelha. Nas suas próprias palavras, durante uma entrevista a um site brasileiro, ele destaca o papel fundamental da produção de alimentos com novas tecnologias, não apenas como um caminho “crucial para alimentar parte dos seis bilhões de habitantes” do planeta, mas, sobretudo, para evitar a influência das “revoluções soviética ou iraniana” sobre o solo latino-americano. Para o pesquisador, uma “Revolução Verde que não geraria sofrimento aos povos”,

pois se preocupa univocamente com a produção de alimentos, contribuindo para a “estabilidade sociopolítica no mundo”.

Curiosamente, não demorou muito para que esse sonho se tornasse um verdadeiro pesadelo no contexto de emergência do novo ambientalismo crítico dos interesses político-econômicos subjacentes ao desejado milagre dos seguidores da Revolução Verde. Como consequência disto, surgiram publicações e eventos constitutivos do que futuramente se conheceria como a questão ambiental. Autores como Rachel Carson, com seu mítico livro *Primavera Silenciosa*, abriram uma fenda nos discursos da Revolução Verde, bem como a famosa carta escrita ao governo dos Estados Unidos por um personagem denominado Cacique Seattle de uma recém-inventada tribo Suquamish que sensibilizou várias gerações, servindo de base para as futuras conferências mundiais sobre meio ambiente e para os conceitos de sustentabilidade e ecodesenvolvimento; também vale destacar os trabalhos da pesquisadora Ana Primavesi materializados no paradigmático livro “*Manejo Ecológico do Solo*”, que inspirou inúmeros agrônomos na crítica aos fertilizantes, estimulando o uso de práticas agrícolas alternativas. Cada um desses autores permitiu articular um duplo discurso: por um lado a ênfase na preservação do meio ambiente, e, por outro, a crítica à agricultura industrializada, criando as condições de possibilidade para a emergência das agriculturas alternativas vinculadas aos movimentos sociais que surgiram nas regiões rurais de América Latina em busca de profundas transformações socioambientais. Como pano de fundo desse debate repousava uma leitura em chave dialética, na qual a Revolução Verde seria a negação da natureza humana por parte das classes dominantes, levando ao rompimento da relação com a mãe natureza (MACHADO; MACHADO, 2014).

Mas qual seria o lugar da agroecologia na emergência das agriculturas alternativas? A resposta remete a um debate intenso e reflete o pensamento das diversas escolas agroecológicas, não só no Brasil, mas no mundo. Na literatura especializada sobre o tema, geralmente se encontram três tipos de resposta (HECHT, 1993). A primeira coloca a agroecologia dentro do campo das agriculturas alternativas e é a visão clássica sobre o tema nos anos 1970; a segunda pensa a agroecologia como uma nova disciplina dentro das ciências agrárias;

e, finalmente, uma terceira e cada vez mais consolidada resposta é aquela que entende a agroecologia como um novo paradigma no campo da complexidade, metodologicamente plural e vinculada organicamente aos movimentos sociais, tal como o afirma um destacado precursor da agroecologia em Ibero-América:

Así puede definirse ésta [la agroecología] como manejo ecológico de los recursos naturales a través de formas de acción social colectiva que presentan alternativas al actual modelo de manejo industrial de los recursos naturales, mediante propuestas, surgidas de su potencial endógeno, que pretenden un desarrollo participativo desde los ámbitos de la producción y la circulación alternativa de sus productos, intentando establecer formas de producción y consumo que contribuyan a encarar la crisis ecológica y social y con ello a enfrentarse al neoliberalismo y la globalización económica. (SEVILLA GUZMÁN, 2011, p. 13).

Esta última definição da agroecologia opera em vários campos do conhecimento. De um lado, a agroecologia articula os conhecimentos das ciências agrárias (com destaque da agronomia) e a ecologia. Por outro lado, no campo das ciências humanas, a agroecologia reconhece a importância dos estudos antropológicos sobre as formas de agricultura e convivência de comunidades pré-modernas e discussões sociológicas e econômicas como formas de organização social e modos de produção, respectivamente. Assim, o enfoque agroecológico envolve principalmente discussões de tipo deontológicas (no sentido de refletir sobre o indivíduo e seu agir na polis) e epistemológicas (crítica direcionada à ciência convencional).

La agroecología propone una mirada alternativa a la realidad con un enfoque holista y sistémico donde las interrelaciones complejas no son ignoradas sino explícitamente asumidas [...] La agroecología propone la articulación entre distintas disciplinas científicas a través de un enfoque pluridisciplinar que combina ciencias naturales, como la ecología y la agronomía, y ciencias sociales, como la sociología o la antropología. A su vez, propone un enfoque pluriepistemológico, un diálogo de saberes, que combina el conocimiento empírico del campesinado sobre el manejo de los agroecosistemas y el conocimiento científico teórico, experimental y aplicado. (SEVILLA GUZMÁN; MONTIEL, 2009, p. 36).

De outro lado, nos debruçamos agora sobre essa outra forma de articulação entre a ecogovernamentalidade e o campo. Como geralmente é descrito,

a Educação do Campo é um esforço coletivo dos movimentos sociais enraizados na cotidianidade dos trabalhadores camponeses pelo reconhecimento de um projeto de vida oriundo do campo. Parte desse esforço são os encontros e desencontros com as políticas educativas formuladas nas Leis Orgânicas da Educação Nacional a partir do ano 1942. Na narrativa construída pelo movimento da educação do campo, desde a referida Lei, a educação rural foi instrumento da elite brasileira para instruir às comunidades camponesas em função de um modelo de desenvolvimento rural e, posteriormente, conter a migração do campo para a cidade nos anos 1960; daí que as escolas-fazendas seriam um claro exemplo de uma educação fundamentada num currículo tecnicista que visava a modernização do campo via modelo Revolução Verde e um projeto de extensão rural difusionista; é contra esse modelo pedagógico-econômico que a educação do campo se posiciona contrária e motivada a lutar para mudar tanto o modelo tecnicista como a proposta tecnológica na agropecuária. Caracterizando de tal forma seu contraditor, a educação do campo encontrou no discurso agroecológico a articulação necessária no dispositivo teórico e técnico para fortalecer suas bandeiras.

Acompanhando a narrativa da origem da educação do campo se evidencia uma forte relação ao tema do desenvolvimento rural como alvo a ser criticado. Como resposta ao modelo agrário e seu projeto educacional, vários movimentos populares surgiram e voltaram seus esforços à conscientização das camadas populares rurais.

Durante a redemocratização do país, os movimentos sociais, especialmente de educação popular, incluíram a educação do campo como eixo dos temas estratégicos (CALDART et al, 2012). Resultado dos embates no longo caminho das conferências e documentos produzidos, algumas ideias pautaram o conceito de educação do campo. Em contraposição à educação rural, a educação no e do campo é a luta dos camponeses e trabalhadores rurais pelo direito à educação (formal em todos seus níveis, e não formal), à escola nos territórios camponeses e a levar em consideração a cultura das famílias camponesas. Desta forma, esta proposta se organizou como uma luta estrutural pela reforma agrária e pela ressignificação do modelo de desenvolvimento, o qual começaria

a ser escrito nos predicados da sustentabilidade. Como práxis pedagógica, a educação do campo articula o duplo objetivo entre formação humana e produção material fundamentada nas formas de agricultura camponesa.

Sobre as questões aqui pautadas é possível encontrar pontos em comum e conexos que explicam a tendência a atrelar a proposta agroecológica à luta por uma educação do campo. Inicialmente, as propostas se reconhecem como a continuação de um projeto de conscientização e emancipação que coloca o ser humano e a natureza no centro das transformações políticas e econômicas. É de salientar que trata-se de um embate ao projeto civilizatório desenvolvido pelo capital e sua modernidade onde a mercantilização da vida, a concentração de riquezas e a exploração das forças produtivas se coloca como prioridade. Em termos materiais, a luta pela terra e a reforma agrária, assim como as condições de possibilidade de outro modelo de desenvolvimento são os fundamentos que constituem a educação do campo (CALDART et al, 2012).

Os pontos onde se complementam fazem parte de um universo simbólico, material e pedagógico. Como foi colocado na primeira parte deste texto, a agroecologia como paradigma da complexidade expressa várias discussões do tipo onto-existencial que fornecem as bases para a criação de novos sujeitos e formas de ser nas comunidades camponesas; este banco de reserva subjetivo ao ser veiculado pela educação do campo elabora as condições de possibilidade para recriar e fortalecer identidades, ao exemplo das comunidades indígenas e quilombolas que são hoje atreladas a um sujeito ecológico e ancestral, respetivamente. De outro lado, ao sistematizar as práticas agropecuárias das comunidades do campo, a agroecologia fornece o arcabouço técnico com o qual este projeto pedagógico pode desenvolver seu objetivo de educar a partir deste universo de sentido, das necessidades materiais dos camponeses; isto sem dúvida, é uma torção às propostas pedagógicas tradicionais que se especializaram numa educação bancária, afastada do universo cultural, das necessidades concretas de seus educandos e das comunidades onde se inserem. O universo pedagógico está constituído a partir das propostas que a educação do campo condensou na práxis de educadores e comunidades. Estas propostas foram fundamentadas a partir dos trabalhos de educação po-

pular (Paulo Freire), a pedagogia histórico-crítica (Dermeval Savian, Newton Duarte) e as pedagogias da prática (Miguel Arroyo).

Alguns desdobramentos práticos foram realizados em projetos educativos para a convivência com o semiárido. Assim, ainda que em processo de construção, a educação agroecológica tem como um de seus principais princípios

o reconhecimento do saber camponês e de sua experiência como ponto de partida para a construção do conhecimento agroecológico [pois] Os saberes que estavam fora do padrão ocidental foram banidos, queimados e desqualificados. Os povos originários do Hemisfério Sul sofreram uma interrupção violenta e um aviltamento cultural como o colonialismo que acarretou a perda de saberes (DUBEUX; MEDEIROS, 2015, p. 26-27).

A partir desta gramática mobilizada pela agroecologia e a educação do campo vemos surgir no camponês um sujeito possuidor de um saber que precisa ser visibilizado. Esta visibilização é definida e apresentada como uma forma de resistência camponesa: “esforço de camponeses e de seus apoiadores contra a invisibilização dos povos do campo na história dominante, compartilhando a produção de um conhecimento que dê visibilidade às suas lutas e projetos.” (MICHELOTTI, 2009, p. 60) ou como ficou expressado em um trabalho que almejava discutir as conquistas dos povos tradicionais do Brasil relacionadas às políticas públicas:

vale destacar que entre as políticas estudadas como exemplo de conquista dos povos tradicionais está a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural a qual visava ‘Estimular e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável’ (...) Sair da invisibilidade proporcionada desde o período colonial no Brasil e assegurar seus direitos conquistados por convenções internacionais, ratificadas por lei e ‘reparação’ através de políticas afirmativas, são as reivindicações dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil. (RODRIGUES; LIMA, 2012 p. 252, 259).

Esta forma de enunciados remete à existência de um tipo particular de povo que foi criado recentemente. Até a década de 1980 nas regiões rurais existia uma diversidade de sujeitos que eram alvo das políticas de desenvolvimento (ESCOBAR, 1998), mas que por uma estranha mutação do poder, evidenciada aqui pela ecogovernamentalidade, passaram a ser identificados como possuidores de um saber especial que poderia trazer uma nova forma de convivência

dos seres humanos com a natureza, uma forma de existência que passaria a ser valorizada pelas mais variadas agências criadas para a produção e reprodução do capital; assim, em 1986 emergem dos poderes constituídos nos países industrializados os “povos tradicionais” como seriam chamadas as comunidades existentes especialmente no denominado terceiro mundo:

A denominação de Povos e Comunidades Tradicionais é historicamente recente. Seja a partir da literatura ou documentos governamentais, observam-se enfoques convergentes: além da qualificação “tradicional”, a utilização de recursos endógenos-renováveis e o fator econômico excludente no que concerne ao consumo; seja interno ou externamente. Referência a essas sociedades é registrada, preliminarmente, com a publicação do Nosso Futuro Comum, também conhecido como Relatório Brundtland, elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (RODRIGUES; LIMA, 2012 p. 247).

Com isto evidenciamos uma articulação entre a questão ambiental e a governamentalidade do Estado tal como a definimos anteriormente. Esta articulação coloca no centro do debate a noção do povo ou melhor as formas pelas quais a noção de povo é apreendida na ecogovernamentalidade e que, tal como demonstramos nesta parte, está sendo veiculada tanto pela agroecologia como pela educação do campo. A nosso ver, existe portanto uma discussão ético-política que nos leva a revisitar as bases pelas quais o povo é constituído enquanto ser.

POR UMA ERRÂNCIA NA EDUCAÇÃO

As nossas considerações finais são uma proposta de início de uma errância. No contexto da globalização, a ecogovernamentalidade vem mobilizando através das práticas educativas da agroecologia uma narrativa auto-legitimadora de mudança socioambiental em escala ampliada, incorporando e reformulando não apenas as noções clássicas de sociedade civil, economia e propriedade privada, mas também o próprio sentido da ação social. A racionalidade ecológica veiculada pelas práticas comuns no campo educativo (fóruns, congressos, disciplinas, cursos, campanhas, etc.) abre um domínio ampliado de intervenção, simultaneamente pedagógico e epistêmico. Isto é

um problema político, mas também ético que formulamos da seguinte forma: o que fazemos com a potência que somos, qual é o uso ético do poder que podemos fazer?

Não obstante sua beligerância contra as políticas públicas relacionadas à educação rural do Estado brasileiro, o movimento pela educação do campo, assim como a agroecologia, fizeram um grande esforço para serem assumidas pelo aparelho estatal. Em consequência da institucionalização da educação do campo e da agroecologia vários dilemas e desafios surgiram nos movimentos sociais vinculados a estas duas propostas pedagógicas alternativas. Uma das vozes que mais tem alertado sobre os perigos de uma institucionalização acrítica vem do próprio movimento; daí que seja necessário aprimorar os processos de subjetivação para, não só ser coerente com o percurso histórico e as projeções de luta dos movimentos sociais, mas para interrogar a educação, a sociedade e, por extensão, a própria vida do educador.

Além de uma errância do educador, colocada sobre o sintagma do cuidado de si, apelamos também a uma errância epistemológica. Ao propor este deslocamento pensamos nas potencialidades que os Estudos Culturais apresentam tanto para a agroecologia como para a educação do campo, especificamente com a noção de hibridismo, pela qual se esperaria amplificar a discussão relacionada aos processos de assujeitamento, como no caso do povo e de sua ecologização, que os leva a aceitar identidades classificadas como “tradicionais”. Essa tensão entre povo tradicional e um povo híbrido é uma pista importante a seguir, toda vez que como os próprios Estudos Culturais apontam, é uma tradução cultural agonística que não tem fim. É neste sentido que destacamos a hibridização, como errância.

REFERÊNCIAS

CALDART, S. R. et al (Orgs). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CARVALHO, I. C. M. A invenção do sujeito ecológico: sentidos e trajetórias em educação ambiental. 2001. 354 f. Teses (Doutorado em educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil, 2001.

DUBEUX, A.; MEDEIROS, A. J. S. A construção de conhecimento em Agroecologia no Semiárido brasileiro: interculturalidade e diálogo de saberes na sistematização de experiências. In: DUBEUX, A.; MEDEIROS, A. J. S.; AGUIAR, M. V. A. (Orgs.). Agroecologia na convivência com o semiárido: experiências vividas, sentidas, aprendidas. Recife: Ed. dos Organizadores, 2015.

ESCOBAR, A. La invención del tercer mundo: construcción y deconstrucción del desarrollo. Santafé de Bogotá: Editorial Norma, 1998.

FOUCAULT, M. Em defesa da sociedade: curso dado no College de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

------. O nascimento da biopolítica: curso dado no College de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

------. Segurança, território, população. Curso dado no Collège de France. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

GUZMÁN, E. S.; MONTIEL, M. S. Del desarrollo rural a la agroecología. Hacia un cambio de paradigma. Documentación social, v. 155, p. 23-39, 2009.

HECHT, S. B. A evolução do pensamento agroecológico. Agroecologia e desenvolvimento, n. 1, Rio de Janeiro: AS-PTA, p. 2-20, 1993.

KOTLER, P. KARTAJAYA, H. SETIAWAN, I. Marketing 3.0: as forças que estão definindo o novo marketing centrado no ser humano. 1ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2010.

LUKE, T. W. On Environmentality: Geo-Power and Eco-Knowledge in the Discourses of Contemporary Environmentalism. Cultural Critique, no. 31, II, 1995, pp. 57-81.

MACHADO, L. C. P.; MACHADO FILHO, L. C. P. A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno. São Paulo: Expressão Popular, 2014. 360p.

MARZOCCA, O. Um ambiente inseguro. Peripécias da governamentalidade ecológica entre economia e biopolítica. In: Vaccaro, Salvo; Avelino, Nildo (Orgs) Governamentalidade. Segurança. São Paulo: Intermedios. 2014. p.s. 263-287.

MICHELOTT, F. Resistência camponesa e Agroecologia. In: MOLINA, M. C. ET AL (Orgs.). Práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais das Ciências Agrárias: reflexões sobre Agroecologia e Educação do Campo nos cursos do Pronera. Brasília: MDA, 2014. 292 p. (Série NEAD Debate; 22), pp. 60-89.

RODRIGUES, A. S. A.; LIMA, I. S. Fé, verdade e descasos nas políticas afirmativas fundiárias aos povos e comunidades tradicionais do Brasil. In: LIMA, I. S. Extensão rural e o desenvolvimento local: uma proposta metodológica para a relação da teoria com a prática. Recife: EDUFRPE, 2012.

RUTHERFORD, P. “The Entry Of Life Into History”: Foucault And Ecological Governmentality. In: DARIER, E. Discourses of the Environment. Massachusetts: WileyBlackwell 1998. p. 37-62.

SÁ, M. L.; MOLINA, M. C. Educação Superior do Campo: contribuições para a formação crítica dos profissionais das Ciências Agrárias. In: MOLINA, M. C. ET AL (Orgs.). Práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais das Ciências Agrárias: reflexões sobre Agroecologia e Educação do Campo nos cursos do Pronera. Brasília: MDA, 2014. 292 p. (Série NEAD Debate; 22), pp. 90-117.

SEVILLA, G. E. Sobre los orígenes de la agroecología en el pensamiento marxista y libertario. 2011. La Paz: Plural editores, 2011.

WEID, J. M. V. D. Um novo lugar para a agricultura. In: PETERSEN, P. (org.) Apoios: Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. pp 47-66.

ZIZEK, S. Primeiro como tragédia, depois como farsa. São Paulo: Boitempo, 2011.

CAPÍTULO 2

A ECOGOVERNAMENTALIDADE COMO CHAVE DE LEITURA DA QUESTÃO AMBIENTAL

Alana Mirella Cunha Felix
Professor Dr. Óscar Emerson Zúñiga Mosquera

APRESENTAÇÃO

Este trabalho tem como objetivo apresentar a discussão da problemática ambiental a partir da noção de ecogovernamentalidade como categoria de leitura. Fundamentando-se no conceito de governamentalidade já consolidado do filósofo Michel Foucault, a ecogovernamentalidade surge como categoria de análise para se falar dos crescentes desdobramentos que têm surgido, expandindo a analítica do poder para o campo ambiental, enfatizando a governança ambiental e as práticas políticas relacionadas ao meio ambiente. Tal noção é caracterizada por uma série de mecanismos e dispositivos que regulam e controlam as atividades humanas e seus impactos ambientais. Esses mecanismos incluem políticas, programas, projetos e iniciativas que visam promover a sustentabilidade, a conservação e a preservação do meio ambiente. Aqui se utilizam três aspectos da governamentalidade mais pertinentes para examinar a discussão da problemática ambiental: o primeiro, a partir da análise de poder; o segundo, da biopolítica e, por fim, a construção de uma subjetividade específica: o sujeito ecológico. Sendo um trabalho puramente teórico/bibliográfico, no primeiro momento iremos partir destes três aspectos para discutir a noção de ecogovernamentalidade. No segundo momento, tentamos mapear os trabalhos acadêmicos aqui no Brasil que se utilizaram da ecogovernamentalidade como categoria de análise. Ao retomarmos os objetivos propostos no trabalho, temos a reflexão de que tal noção se tornou fundamental para entendermos as práticas políticas e os discursos em torno da problemática ambiental, tendo diversos usos dentro do discurso da

sustentabilidade e dos problemas ambientais, tal como uma abordagem para lidar com a governança ambiental, como uma estratégia de gestão ambiental, etc. Por fim, concluímos que a noção de ecogovernamentalidade traz uma nova perspectiva que tem se destacado nas pesquisas acadêmicas na área de estudos ambientais, nas ciências humanas e de governança ambiental nas últimas décadas.

Este texto constitui parte do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), elaborado pelos autores como requisito final do curso de Sociologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

INTRODUÇÃO

No século XXI assistimos a um hiperpublicitado fim do mundo atrelado à questão ambiental. Embora esta problemática tenha seu início na primeira metade do século XX, na atualidade o tema tem ganhado uma abrangência cada vez mais global, ao mesmo tempo que a forma em que os problemas ambientais são apresentados tem mudado consideravelmente, passando das questões mais locais vinculadas aos agrotóxicos, nos anos 1960, até questões planetárias do tipo aquecimento global e mudança climática.

O passo de questões locais para outras globais vem acompanhado de outros dispositivos e acontecimentos que precisam ser analisados com os devidos cuidados. Dentro do leque de questões que podem ser levantadas, encontramos a vinculação de novos atores, tanto globais como locais, e a forma em que novos sujeitos emergem ou são colocados.

Esta inusitada expansão do interesse na questão ambiental tem chamado a nossa atenção de várias formas. Inicialmente pelo fato do tema ser abordado desde uma perspectiva crítica principalmente, o qual não visibiliza algumas questões tais como o avanço desenfreado do capitalismo, mesmo tendo quase cinco décadas que a questão ambiental órbita sobre os sujeitos, seja através da educação (ambiental), de políticas públicas, programas e projetos de organismos multilaterais e da economia verde desenvolvida por grandes corporações transnacionais. Diante deste fato, outros olhares vêm sendo visitados, deslocando perspectivas, iluminando outros problemas e apontando para outras soluções.

Um desses olhares aos quais nos referimos está vinculado aos chamados estudos analíticos do poder, especificamente, às discussões levantadas a partir da perspectiva governamental elaborada pelo filósofo francês Michel Foucault. O filósofo vai se debruçar sobre a trinca da soberania, disciplina e gestão governamental para elaborar tal conceito, o qual pode ser entendido como um conjunto formado por instituições, procedimentos, cálculos e táticas que tornam possível esse modo de poder governamental que tem a população como alvo, a economia política como saber, e os dispositivos de segurança como ferramentas. Assim, o pensador de Poitiers nos convida a entender a governamentalidade como um conjunto de ações, análises e cálculos que possibilitam o exercício de determinadas formas de poder.

Fundamentados nos estudos foucaultianos, recentemente alguns desdobramentos têm surgido, expandindo a analítica do poder para o campo ambiental. Podemos falar em ecogovernamentalidade como uma associação entre a governamentalidade e a Ecologia, de modo a pensarmos e problematizamos politicamente, não propriamente a vida em si, mas a vida imersa nas múltiplas condições que a cercam e a tornam possível. É através da ecogovernamentalidade que temos a explicação de como opera o poder e de como este interage: através de discursos como desenvolvimento sustentável, segurança ambiental, conservação da biodiversidade, etc., “com o propósito de dirigir os atores sociais (corpos verdes) a pensar, se comportar de maneira particular, com fins ambientais específicos” (ULLOA, 2011, p. 33). Dessa forma, podemos pensar a ecogovernamentalidade como uma tendência que acabou desenvolvendo e legitimando certos aparelhos específicos de governo e um conjunto de saberes.

Como apresenta Malette (2010), a ecogovernamentalidade (eco-governmentality) ou governamentalidade verde (green governmentality) é a expansão da análise Foucaultiana de governamentalidade para investigar como a ordenação das “coisas”, progressivamente incluiu variáveis como “vida”, “saúde”, “sustentabilidade” e “meio ambiente” para gerar novas racionalidades ecológicas de governo, levando assim, à questão ambiental tornar-se popular e legitimada pelo poder de discursos políticos e científicos.

É no cenário da governamentalidade, vinculada a formas de administração da população de forma planetária, que este trabalho busca analisar como a ecogovernamentalidade, como categoria analítica, tem sido usada para problematizar os temas vinculados às questões ambientais.

Com base na aplicação da teoria foucaultiana de governamentalidade, a noção de ecogovernamentalidade cresce a partir do surgimento da consciência ambiental estruturando-se como uma nova categoria de análise do discurso global de ambientalismo, direitos ambientais, governabilidade global, caracterizado por uma maneira específica de pensar as tecnologias de poder que “visam capturar nossos corpos individuais e coletivos, utilizando-se de estratégias e táticas de subjetivação que determinada instituição quer que adotemos - neste caso o sujeito ecológico fabricado pelas técnicas de mercado verde” (INOCÊNCIO ET AL, 2020, p. 8).

É importante destacar que, consideramos que o conceito de governamentalidade foucaultiano não é frequentemente usado para analisar e criticar discursos ambientais, mas ele abre uma nova perspectiva que se faz importante para entender a produção e a circulação de conhecimento, tecnologias e racionalidades do governo que apelam para noções de “natureza”.

É nesse sentido que a oportunidade da pesquisa se faz importante, justificando-se pela sua evidente complexidade da discussão proposta até aqui. A busca pelo entendimento de como opera esse tipo de poder e as condições sob as quais as populações são geridas, com a tentativa de conduzir toda a vida com uma implantação de racionalidades ecológicas de governo, é útil para explorar a extensão das nossas experiências formada por todas maneiras de refletir e agir, moldando e regulando a conduta das pessoas, além de repor a problemática das normas em conjunto com a natureza.

UMA FERRAMENTA INOVADORA PARA UMA NOVA FORMAÇÃO DISCURSIVA

Ao falar de formação discursiva, fazemos referência à germinação de novos saberes a partir de um solo positivo (ou condições de possibilidade) que precisa ser estudado; falamos de sujeitos ou novos sujeitos que são colocados

no cenário do discurso e cujas falas desconhecidas adquirem determinadas legitimidades perante a sociedade, fala-se também de objetos relocizados, análises que emergem com surpreendente impacto científico, pois são atreladas a verdades irrefutáveis e assim, finalmente veiculadas por diferentes meios para o consumo social, reivindicando toda uma produção de subjetividade por parte do discurso.

Quando falamos de uma nova formação discursiva e a necessidade de entender como ela vem sendo analisada pela ecogovernamentalidade, entendemos que a questão ambiental emerge como uma nova formação discursiva, isto é, um discurso ecológico, com um sujeito ecológico, com problemas e soluções “eco-ideologizadas”. Fazemos referência a toda uma literatura que vai desde os relatórios do IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change) sobre a mudança climática até a produção de livros, conferências internacionais, leis que subordinam a soberania dos países e o surgimento de autores renomados na América Latina.

Assim, a ecogovernamentalidade vem ganhando notoriedade no contexto internacional a partir do surgimento da consciência ambiental, dando início a uma nova forma discursiva para se falar sobre os atores “ecológicos” e o ambiente. Para Ulloa (2011), o meio ambiente foi convertido no novo espaço de conhecimento que chama por uma governamentalidade técnica especial, uma governamentalidade específica, a ecogovernamentalidade.

Iniciada por um pequeno corpo de teóricos com autores como Timothy Luke, Eric Darier e Paul Rutherford, a nível internacional, a literatura sobre ecogovernamentalidade cresceu como uma resposta à percepção da falta de análise foucaultiana do ambientalismo e dos estudos ambientais. Como enfatiza Malette (2010, p. 103), citando Rutherford (1999):

Embora o trabalho de Foucault tenha se preocupado principalmente com os processos sociais de objetificação\subjetivação pelo qual indivíduos e grupos governam a si e aos outros, tem sido sugerido que seu trabalho sobre governamentalidade pode ser útil para o exame do problema moderno do governo em relação às questões ambientais.

O autor ainda conclui que: “O conceito de ecogovernamentalidade nos ajuda a identificar os riscos dos modos ecológicos de dominação, ao mesmo

tempo em que destaca ‘práticas de liberdade’ que podem nos ajudar a desembarrasar nós mesmos de tal condicionamento verde.” (MALETTE, 2010, p. 110). Assim, o problema que se identifica na governamentalidade permanece em sua totalidade quando se trata de ecogovernamentalidade:

[...] a multiplicação de racionalidades ecológicas parecem ser usadas tanto para alimentar “práticas de resistência” contra o que é percebido como fruto do capitalismo e corporativismo temerário e voraz, quanto para aprofundar “práticas de governamentalização” pelas quais novas normas são implantadas para controlar comportamentos de um ponto de vista ecológico onde não há mais externalidade. Assim, o perigo seria a proliferação de “práticas verdes de governamentalização” penetrando todas as camadas do tecido relacional que liga todos e tudo, que sustenta todos os seres vivos e não vivos, e que faz dentro/fora dos limites uma questão secundária. (MALETTE, 2010, p. 110)

Escrever sobre ecogovernamentalidade implica em focar em como as agências governamentais, enquanto produtoras de conhecimento especializado, constroem o “Meio Ambiente”. Essa construção é percebida tanto na criação de um objeto de conhecimento quanto na esfera dentro da qual certos tipos de intervenção e gestão são criados e implementados para promover o objetivo maior do governo de gerir a vida de seus constituintes. Essa gestão governamental depende da disseminação e internalização do saber/poder entre os atores individuais, criando uma rede descentralizada de elementos autorreguladores cujos interesses se integram aos do Estado.

O SUJEITO ECOLÓGICO

Uma dimensão central para se discutir a noção de ecogovernamentalidade é a construção de tipos específicos de subjetividades ambientais, de um “sujeito ecológico” ou um “cidadão verde” (RUTHERFORD, 2007), com práticas e táticas que permitem a estes sujeitos constituir-se como tipos particulares de pessoas no e através do discurso. Vários destes discursos produzem as condições de possibilidade para contarmos a verdade sobre nós mesmos em uma variedade de circunstâncias: por exemplo, eleitor, ativista, pai, criança, aluno ou professor. As várias identificações desses sujeitos, por sua vez, trabalham para regular as formas pelas quais as pessoas vêem o mundo, e no caso dos discursos ambientais, a posição do sujeito mais adotada é a do “cidadão verde”.

Para uma melhor perspectiva do que seja um sujeito ecológico, a psicóloga e educadora Isabel Cristina de Moura Carvalho, em sua breve análise “Sujeito ecológico: a dimensão subjetiva da ecologia” sobre o tema nos diz:

Sujeito ecológico, em poucas palavras, é um modo de ser relacionado à adoção de um estilo de vida ecologicamente orientado. Trata-se de um conceito que dá nome àqueles aspectos da vida psíquica e social que são orientados por valores ecológicos. O sujeito ecológico pode ser ainda descrito como um ideal ou uma utopia internalizado pelos indivíduos ou pessoas que adotam uma orientação ecológica em suas vidas. (CARVALHO, p. 1, 2017).

Para compreender como surge esse novo tipo de subjetividade ecológica e como esta pode ser tornar “ecologicamente orientada”, a autora faz uma breve análise do que entende por subjetividade, a qual, segundo a mesma, pode ter várias conotações, sendo considerada na psicologia um conceito e não uma mera palavra. Assim, com uma abordagem da psicologia social a autora pensa

a subjetividade e o sujeito humano sempre situado num tempo histórico e num espaço social, cuja identidade está em permanente autoconstrução e negociação com o mundo. Este conceito de subjetividade se afasta tanto de uma ideia bastante comum que a toma como algo exclusivamente a vida interior das pessoas. Parece-me mais produtivo pensar o fenômeno humano como desde sempre localizado no mundo, como um fenômeno simultaneamente social e individual, subjetivo e objetivo, psíquico e biológico, cultural e biológico. Neste sentido, tomando o ser humano como um ser no mundo, a vida pessoal não pode ser tomada como um acontecimento exclusivamente particular, mas é desde sempre, constituída pelos elementos culturais e pela historicidade. (CARVALHO, p. 1-2, 2017).

Uma análise importante na temática trabalhada até aqui, feita acerca do sujeito ecológico, foi a do Mestre e Doutor em Ensino de Ciências Adalberto Ferdnando Inocêncio (2021) em um artigo publicado na Revista Brasileira de Educação Ambiental, intitulado: “O Sujeito Ecológico: objetivação e captura das subjetividades nos dispositivos e acontecimentos ambientais”, no qual realiza a problematização dos discursos e dispositivos que atravessam o sujeito ecológico recorrendo à uma analítica foucaultiana e pós-crítica. Em seu trabalho, o autor compreende o sujeito ecológico como uma figura identitária,

fabricada por discursos ecológicos do Estado, do mercado e dos processos de objetivação/dominação das subjetividades, sendo considerado a figura central na construção de uma noção de crise ecológica (INOCÊNCIO, 2021).

Pensando no sujeito ecológico como um modo de ser no mundo, com um estilo de vida ecologicamente orientado (CARVALHO, 2017; INOCÊNCIO, 2021), o autor considera que a imputação dessa categoria se configura como um acontecimento discursivo da contemporaneidade, cujo processo se iniciou com movimentos sociais ligados ao meio ambiente, tendo sua legitimidade incitada pelo Estado e pelo mercado que ditam um lugar para esse sujeito, pelo consumo de proposições e discursos ecológicos e pelas representações culturais inauguradoras de modos de ser no mundo, considerados adequados à vida ecológica (INOCÊNCIO, 2021).

Para sustentar seu argumento, e utilizando-se das teorizações foucaultianas e de autores pós-críticos, a análise do sujeito ecológico, nesse contexto, o entende como uma invenção discursiva que nem sempre esteve no mundo, ou seja, na perspectiva analítica foucaultiana, pode ser concebido como um acontecimento discursivo recente na história, surgindo do efeito dos discursos ecológicos podendo ser atravessado e performatizado por técnicas e práticas de determinada época (BUTLER, 2005 apud INOCÊNCIO, 2021).

A produção de um discurso específico acerca da crise ambiental realizada pelo Estado e por seus aparelhos resultam em vários enunciados ecológicos dispersos que fabricam ações, práticas e condutas ambientais desses sujeitos, contidos por uma dominação, contrariamente, pelos mesmos aparelhos que alimentam essa mesma máquina. Inocêncio (2019) coloca que esse sujeito ecológico tem sua experiência reduzida na modalidade “sujeito”, tornando-se um efeito desejável da noção de ecogovernamentalidade.

Uma segunda análise é feita pela teórica Stephanie Rutherford (2007), a qual define a categoria aqui discutida como “cidadão verde” ou “green citizen”, considerado como uma geração de um tipo específico de sujeito, um sujeito “auto-governado”, surgindo na dimensão central da ecogovernamentalidade. Para a autora, em qualquer contexto, o cidadão verde é um exemplo

de um governo à distância, por meio do qual o Estado (e seus aparelhos específicos) podem contar com estes cidadãos para se auto-regularem.

Analisando a formação de subjetividades ecológicas pela noção de ecogovernamentalidade discutida até aqui, para tentarmos compreender melhor como funciona esse novo tipo de comportamento proporcionado pelos discursos com viés ambiental, no qual o “cidadão verde” ou o sujeito ecológico administra o seu comportamento e o comportamento dos outros, para promover a saúde do meio ambiente, Um exemplo prático é a ideia de “governo íntimo” (AGRAWAL, 2005, p. 278), na qual os aldeões em Kumaon, no norte da Índia, transformaram-se em “cidadãos ambientais” por intermédio de um processo de devolução de poder. Desse modo, tornaram-se especialistas na gestão de suas próprias florestas, por meio de iniciativas de conservação voltadas tanto para as suas práticas quanto para as práticas de terceiros.

Assim, o autor ilustra como a produção de tipos específicos de conhecimento especializado (produtividade econômica das florestas) juntamente com as tecnologias específicas do governo (Conselhos de manejo florestal locais), podem alinhar o interesse individual com os do Estado, isso não pela imposição de resultados específicos, mas pela criação de estruturas que racionalizam o comportamento de maneiras particulares e envolvem os indivíduos no processo de definição e intervenção do problema. Esse tipo de análise fornece informações sobre como o território é colocado sob controle do Estado e como a regulação da interação humana com esse território é alcançada.

Sendo o ambiente transferido para a população e os cidadãos, estes são chamados a assumir o mando de salvar o meio ambiente de maneiras atraentes e simplistas, permitindo assim, uma auto-regulação de comportamento de maneira a surgir uma subjetividade conscientemente ambiental, onde o próprio governo dessa subjetividade pouco contribui para enfrentar a ordem neoliberal que contribui para os reais problemas ambientais (RUTHERFORD, 2007).

Em função de se tornar bons cidadãos ambientais, então, sabemos que existem maneiras imorais de encontrar a natureza, boas e más soluções para problemas ambientais e as ferramentas para que os indivíduos sejam responsá-

veis, pois suas ações já estão definidas - nós devemos apenas procurar aplicá-los em nossas vidas. (Luke apud RUTHERFORD, 2007, p. 299).

Dessa forma, ao implantar as noções sobre poder, biopolítica e a constituição de um novo tipo de subjetividade, que constituem a ecogovernamentalidade, tentamos mostrar como esses conceitos podem fornecer uma base sólida para se questionar a evidente e perigosa ascensão dos discursos e práticas ligadas às questões ambientais que visam o controle das almas a partir de dispositivos ecológicos.

NOS RASTROS DA ECOGOVERNAMENTALIDADE NO BRASIL

Ao pesquisar pela noção de ecogovernamentalidade no Brasil são poucas as referências que são encontradas no Catálogo de Teses e Dissertações, mesmo como acontece no sistema Scielo e no Google acadêmico. Esta escassa produção contrasta com as pesquisas e livros encontrados fora do Brasil e com um percurso histórico mais longo. Não obstante, um dado importante que encontramos nas pesquisas realizadas nos sites é o número de trabalhos publicados na área de ciências sociais, o qual pode ser um indicador da importância do tema para nosso campo de estudo e atuação, além disto, o uso da ecogovernamentalidade, como conceito analítico, aponta para uma pesquisa interdisciplinar que reúne várias áreas do conhecimento, incluindo ciências sociais, política, economia e ecologia. A ecogovernamentalidade é importante para as ciências sociais porque oferece uma visão pós crítica sobre como as políticas ambientais são elaboradas e implementadas, bem como as práticas de gestão de recursos naturais afetam as pessoas e as comunidades em diferentes níveis.

Dessa forma, a ecogovernamentalidade oferece uma perspectiva crítica e abrangente para a análise das questões ambientais, permitindo uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais, políticas e econômicas que estão por trás da gestão ambiental e dos recursos naturais. Consequentemente, a ecogovernamentalidade é uma ferramenta valiosa para as ciências sociais, oferecendo insights importantes para a tomada de decisão informada e para a elaboração de políticas públicas mais justas e sustentáveis.

A partir deste entendimento, neste capítulo vamos mapear os percursos acadêmicos aqui no Brasil, pelos quais tem transitado a noção em tela. Com este objetivo, na continuação apresentamos os rastros de entrada da noção no mundo acadêmico brasileiro e, posteriormente, como o termo foi usado analiticamente em diferentes campos de estudo nas pesquisas universitárias.

A PORTA DE ENTRADA DA ECOGOVERNAMENTALIDADE NO BRASIL

No Brasil, a primeira referência à noção de ecogovernamentalidade aparece vinculada ao Núcleo de Sociabilidade Libertária do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais (Nu-Sol), da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, a partir da publicação da revista Ecopolítica, a qual fazia parte do projeto financiado pela Fapesp e intitulado: “Governamentalidade planetária, novas institucionalizações e resistências na sociedade de controle”. É precisamente n“O primeiro número da revista Ecopolítica aborda e desdobra a atualidade do conceito de governamentalidade, dimensionado em ecogovernamentalidade” (PASSETTI, 2011, p. 1). Não obstante, essa re-dimensionalidade gerada a partir da inquietação ecológica é comentada na introdução da revista Ecopolítica, dos dez artigos que compõem o número só dois apontam efetivamente a desdobrar a discussão da governamentalidade ecológica (ambos já mencionados neste trabalho).

O primeiro deles é o texto do pesquisador canadense Sébastien Malette, o qual desenvolveu a noção de ecogovernamentalidade no seu trabalho de doutorado na área de ciências políticas sob o título “Green Governmentality and its Closeted Metaphysics: Toward an Ontological Relationality” no ano 2004. O segundo trabalho é da professora colombiana, também vinculada à área de ciências políticas na Universidad Nacional de Colombia, Astrid Ulloa, cujo uso da ecogovernamentalidade se debruça sobre a noção de “nativo ecológico”.

Dessa forma, podemos sinalizar que foi o grupo de estudos NU-SOL, no ano 2011, sob a direção do filósofo Edson Passetti da PUC/SP, quem introduziu a noção da ecogovernamentalidade no Brasil e permitiu o desdobramento de importantes trabalhos acadêmicos, como veremos a seguir.

OS DESDOBRAMENTOS DO CONCEITO NOS TRABALHOS ACADÊMICOS

Ao pesquisar pela noção de ecogovernamentalidade no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, é possível constatar que transcorridos um pouco mais de uma década, foram poucos os trabalhos desenvolvidos nas universidades federais do país. Ao todo, de 2014 a 2019, foram produzidas quatro teses de doutorado. Número que contrasta com os 112 registros de artigos que aparecem no google acadêmico.

O primeiro trabalho doutoral, como era de se esperar, foi produzido na PUC/SP e pertence à área de sociologia. Intitulado “Ecogovernamentalidade e meio ambiente urbano: uma análise sobre o Plano Diretor de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana da Grande Vitória”, o trabalho pretende interpelar a participação social na formulação da política pública de manejo dos resíduos sólidos municipais. Contudo, chama nossa atenção duas coisas no uso da noção de ecogovernamentalidade: a primeira, é a ausência de autores destacados na construção da noção supracitada, assim, trabalhos que foram pioneiros no Brasil e mesmo aqueles que apresentamos na genealogia da noção, são substituídos por uma colocação generalizada onde podemos ler “o conceito cunhado por autores da Ecologia Política”; uma outra situação analisada na leitura do trabalho, é a falta de uma definição mais apurada da própria noção alvo desta pesquisa, pois ao falar de ecogovernamentalidade, o autor se limita a comentar que:

A noção de ecogovernamentalidade, assim, toma por base o manto das relações de saber-poder, no contexto biopolítico colocado identificado Foucault (2009) como “Estado Liberal”, ou seja, num contexto em que os aparatos institucionais agem no espaço público, por meio de mecanismos e tecnologias de controle da vida, utilizando-se para isso das estratégias da economia liberal, com fundamento no mercado e pouca relevância para a sociedade civil. (MOZINE, 2014, p.51)

Tal definição ainda se encontra atrelada a toda uma analítica do poder presente nos trabalhos foucaultianos, sintetizada no conceito de governamentalidade. Entretanto, ela não perpassa as vertentes da questão ambiental tal como a ecogovernamentalidade o demanda.

Não obstante essa forma de apresentar a noção, a pesquisa aponta uma importante contribuição ao mencionar na parte final do trabalho que:

Deste ponto em diante, cabe traçar-se uma breve perspectiva sobre o processo de metropolização da RMGV com vistas às questões ambientais, procurando aprofundar sua relação com as políticas nacionais estudadas. Além disso, o enfoque na formação dos planos locais de gestão de resíduos sólidos foram apresentados como exemplo desse processo de ecogovernamentalidade. (MOZINE, 2014, p.111)

Precisamente, é essa a intencionalidade metodológica da analítica foucaultiana: evidenciar o poder onde ele parece estar mais ausente, e Mazine nos convida a estar alertas, a ter uma perspectiva, não da sustentabilidade, mas sim da *suspeitabilidade*, para olhar com atenção aqueles dispositivos participativos que fazem parte de um marketing cuja função é nos convencer que vivemos em uma democracia participativa e ecológica.

O segundo trabalho doutoral, em ordem cronológica, elaborado no período pesquisado denomina-se “Eco-governamentalidade e governança de recursos energéticos: entre a prática e o discurso na ação coletiva dos polos gaúchos de biodiesel e dos folhelhos texanos de Eagle Ford”, produzida no programa do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília.

A pesquisa elaborada por Lima em 2016 visa tensionar a governança dos recursos energéticos a partir da governamentalidade e da ecogovernamentalidade. Para tal fim, Lima elabora um primeiro capítulo introduzindo as noções supracitadas. No caso da governamentalidade, o trabalho recupera a discussão proposta pelo filósofo Michel Foucault, e que já foi discutida neste trabalho; no caso da ecogovernamentalidade, a tese apresenta um interessante aprofundamento a partir de dois autores, Timothy Luke e Arun Agrawal. De Luke, resgatamos aqui o recorte realizado por Lima apontando o que o professor do Departamento de Ciências Políticas da Universidade da Virgínia chama de panóptico ambiental formado a partir centros de eco-knowledges

[...] ou núcleos de eco-conhecimento, dispostos nos espaços normalmente gerados e ocupados pelas grandes corporações e agências oficiais de Estado. É a partir deles que emanam os procedimentos de controle e uso da natureza justificados pela necessidade de manejo equilibrado e gestão racional dos recursos naturais em um processo de vigilância e autovigilância semelhante ao panóptico social.

Dentro dessa lógica é que o autor sugere a formação do panóptico ambiental, no qual o meio-ambiente passa a ser sujeito de práticas de gestão e manejo de seus recursos, apoiado no discurso de equilíbrio e racionalidade na exploração de seus mecanismos e sistemas. (LIMA, 2016, p. 30).

Já na leitura de Agrawal, Lima destaca a importância do autor em oferecer chaves de leitura que permitem superar as dicotomias geradas pelo enfoque da ideologia como explicação do comportamento social. Assim, o que teríamos seria um processo mais complexo no qual os indivíduos são colocados e, contemporaneamente, estimulados pela questão ambiental:

[...] as novas práticas de gestão baseadas em ações coletivas se apresentariam como alternativas inéditas na modificação de formas tradicionais de relações de poder, e do rompimento entre a dicotomia de dominação e resistência. O processo estaria ligado essencialmente ao estímulo de grupos e indivíduos em vivenciar seu espaço, organizar seus pensamentos, e correlacionar sua consciência na condução de seus atos. (LIMA, 2016, p. 31).

Com este arcabouço teórico, Lima analisa as propostas de governança de duas propostas energéticas presentes: a primeira no Brasil e vinculada à produção de biodiesel, e a outra, nos EUA, atrelada à produção de hidrocarbonetos não convencionais. Desde a analítica da ecogovernamentalidade, embora técnica e ambientalmente, se trate de produções diferentes, os discursos que os envolvem focam na produção de subjetividades legitimadoras de tais produções, colocando-as como explorações nobres e contrárias “ao maior ritmo e intensidade da exploração dos recursos energéticos” (LIMA, 2016, p. 260) e isto através dos centros de eco-conhecimento governamentais e não governamentais que Luke apontou como panóptico ambiental.

Além de enunciados sociais e nacionalistas, como soberania e potência energética, veiculada na divulgação das duas “paisagens energéticas” apresentadas por Lima, outros elementos discursivos são encontrados a partir dessa análise do poder ambiental. Estes elementos são de caráter ambiental, científico e tecnológico, cuja função é fazer acreditar que trata-se de produções de energia com as quais o futuro da humanidade se encaixa nas demandas da sustentabilidade (um outro elemento do panóptico ambiental):

Os dois setores lançam mão de critérios e de argumentos científicos semelhantes para edificar seus argumentos e construir pontos favoráveis na lógica de defesa de ambos os recursos. Tecnologia e inovação são, portanto, elementos bastante centrais nas campanhas e discursos oferecidos tanto pelas agroindústrias de biodiesel gaúchas quanto pelas companhias energéticas texanas, onde o biocombustível e os hidrocarbonetos não-convencionais são tratados como trajetórias, caminhos e processos garantidos para se chegar a um futuro energético ‘sustentável’. (LIMA, 2016, p. 262).

Uma outra produção discursiva que envolve a discussão ambiental na produção energética, são os enunciados que remetem a uma “independência, a soberania e a consolidação da segurança energética”. Novamente, destaca-se o fato de tecnologias de exploração energética tão diferentes, mas ao mesmo tempo, contraproducentes com o meio ambiente, são cobertas de uma discursividade que faz delas palatáveis diante da sociedade. Fantasiadas com enunciados sociais e nacionalistas, como soberania e potência energética, tanto as tecnologias de produção de biodiesel como fracking, se inscrevem num projeto benéfico para a sociedade, que além de contar com um país robusto energeticamente, traz uma certa segurança com uma falsa independência diante do mundo globalizado, onde são as poderosas companhias transnacionais as que demarcam as fronteiras da soberania dos países subdesenvolvidos e não, por exemplo, a PETROBRAS, embora seja ela um dos centros de eco-conhecimento que propaga este tipo de enunciados.

Finalmente, Lima descreve o quarto elemento discursivo que permite operar no governo das almas desde a questão ambiental. Este elemento é descrito por ele como o “espectáculo do desenvolvimento” significando a posta em ação de toda uma cadeia produtiva que oscila imageticamente entre a geração de empregos e a (re)ativação industrial do país, não obstante isto signifique na práticas exploração de mão de obra nas lavouras, fortalecimento de setores vinculados ao agronegócio e subsídios para manter a indústria em épocas de crises global de competitividade.

Seguindo os rastros das pesquisas realizadas nas universidades federais sobre a ecogovernamentalidade, encontramos um terceiro trabalho no Catálogo de Teses e Dissertações denominado “Virada ecológica e ecogovernamen-

talidade: uma analítica foucaultiana do sujeito ecológico na agroecopedagogia pernambucana” (MOSQUERA, 2018). Nesta pesquisa o autor tensiona o sujeito ecológico presente na educação agroecológica, especificamente, naquilo que ele denomina agroecopedagogia. Para tal fim, o autor mobiliza as contribuições teóricas de Malette (2011) relacionadas à ecogovernamentalidade e a metodologia arqueogenealógica proposta por Michel Foucault.

A partir do arcabouço metodológico, a pesquisa apresenta um mapa, ou na interpretação deleuziana de Foucault, um arquivo da agroecologia, no qual é possível visibilizar as pontes que a agroecologia constrói com outros dispositivos do conhecimento e institucionais. Igualmente, o trabalho permite identificar as bases pedagógicas pelas quais transita esta nova ciência e movimento social, sendo elas atreladas à educação popular; este link identificado com a teoria freiriana permite realizar aquilo que o autor denomina uma dobra espiritual na qual emerge uma multi natureza que rompe com o imperialismo conceitual de uma única natureza ocidentalizada, e surge também uma outra figura do educador, denominado feiticeiro agroecológico, o qual apresenta uma educação que visa a constituição de sujeitos éticos.

O quarto trabalho realizado desde a emergência da ecogovernamentalidade no Brasil remete à tese de Adalberto Ferdnando Inocêncio (2019), intitulada “Em Derivas Da Ecogovernamentalidade: A Construção De Territórios Existenciais Por Meio Das Tecnologias De Si” e vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática da Universidade Estadual de Londrina. Nesta pesquisa, seu autor procura entender desde uma perspectiva pós-estruturalista, a relação entre a hiperpublicitada crise ambiental e a criação de novas subjetividades contemporâneas.

Na construção do arcabouço teórico a partir do qual aborda a inquietação entre crise ambiental e subjetividade, Inocêncio (2019) se fundamenta em trabalhos já mencionados na primeira parte desta pesquisa. Trata-se do primeiro número da Ecopolítica, da obra de Malette, onde aparece pela primeira vez a expressão ecogovernamentalidade e, de forma mais robusta, dos trabalhos sobre governamentalidade e biopolítica de Michel Foucault. Embora os trabalhos do professor de Ciências Políticas na Virginia, sejam de longe os que

mais aportam na discussão da ecogovernamentalidade, Inocêncio termina por minimizar esta importância para dar um espaço mais destacado à Ecopolítica e ao próprio Foucault. Deste último, a tese em questão recupera a noção de “meio”, utilizada discretamente nos trabalhos do filósofo de Poitiers. Contudo, a pesquisa apresenta uma interessante construção da ecogovernamentalidade que permite analisar e compreender melhor a atuação de toda uma série de dispositivos educacionais e legais que trabalham quase articuladamente em defesa, não do meio ambiente, mas sim de sua discursividade e das relações de poder veiculadas a partir dela.

Uma originalidade presente no trabalho aqui descrito talvez se encontre na virada que oferece à ecogovernamentalidade. Perverter a ecogovernamentalidade, para ser mais coerente com o autor e utilizar sua própria expressão, perpassa pela desconstrução de uma educação maior vinculada à questão ambiental e levá-la a transitar por uma educação menor não institucionalizada nem dependente de certos circuitos do poder e que opera como linhas de fuga, que o autor materializa numa atualização para a noção de meio, na definição dada por Foucault, apresentada neste trabalho: o meio é resultante de certo número de efeitos sobre ele e sobre todos os que aí residem: “O meio pode ser expressão de um conjunto de formas, mas também de forças e intensidades que sobre ele se projetam, eis o protesto e a recusa às sujeições. (INOCÊNCIO, 2019, p. 241-242).

Pois ao falar de “construção de territórios existenciais” como derivas à ecogovernamentalidade, tal como é intitulada sua pesquisa, Inocêncio convida a experimentar a vida como aquilo que somos, uma potência que pode redefinir o meio (ambiente) sem reproduzir as codificações das palavras de ordem impostas pelo ambientalismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Surgindo como uma categoria de análise para examinar o debate acerca das questões ambientais, a ecogovernamentalidade ganha notoriedade em um contexto global de preocupação crescente com a crise ambiental e a necessidade de proteger o meio ambiente. Esse contexto inclui a crescente consciên-

tização sobre as mudanças climáticas, a perda da biodiversidade, a poluição, a escassez de recursos naturais, etc. Ao mesmo tempo, há pressões econômicas, políticas e sociais para conciliar a proteção ambiental com o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano. Isso exige governança ambiental efetiva, que envolve a regulação e o monitoramento de atividades econômicas, sociais e subjetivas. Assim, a ecogovernamentalidade se torna uma noção fundamental para lidar com esses desafios. Ela se torna uma ferramenta importante para enfrentar as crescentes problemáticas ambientais.

Em termos de questões ambientais, a governamentalidade e a ecologia interagem de várias maneiras. Em primeiro lugar, as instituições governamentais têm o papel de regular e controlar o uso dos recursos naturais e a poluição ambiental através da criação de políticas ambientais e de leis que incentivam a sustentabilidade. Desse modo, o Estado pode intervir para prevenir ações predatórias e prevenir desastres ambientais.

Além disso, a governamentalidade se une ao discurso da ecologia para promover a conscientização ambiental em seus cidadãos, com campanhas de incentivo à reciclagem, redução de desperdícios e consciência ambiental. Isso leva a uma compreensão mais integrada do ambiente e incentiva a sociedade a adotar comportamentos mais “verdes”.

Ainda na tentativa de cumprir um dos objetivos do presente trabalho e a partir das perspectivas estudadas até aqui, podemos dizer que a noção de ecogovernamentalidade pode ser usada para analisar as práticas e estratégias de governança ambiental e sua relação com a sustentabilidade e os problemas ambientais. Alguns possíveis usos da ecogovernamentalidade no discurso da sustentabilidade e dos problemas ambientais são: a análise das políticas e práticas de gestão ambiental, que podem ser usadas para entender como elas podem ser moldadas por diferentes discursos e práticas de governança. Um exemplo que podemos citar pode ser analisar como as práticas de monitoramento e controle ambiental são influenciados pelos interesses de diferentes atores, como empresas, ONGs, governos e comunidades locais.

Continuando nessa linha de raciocínio, um outro uso seria a análise das práticas de participação e engajamento. Essa abordagem pode incentivar

a adoção de práticas sustentáveis em empresas e indivíduos, incentivando a responsabilidade ambiental, produzidas pela ecogovernamentalidade através dos sujeitos ecológicos, que são utilizados pelos governos, empresas e organizações para envolver os cidadãos e as comunidades locais na tomada de decisões ambientais. Isso pode fornecer um insight sobre como essas práticas podem ser mais efetivas em promover a sustentabilidade e resolver os problemas ambientais.

Um último uso da ecogovernamentalidade que sugerimos seria a análise das relações entre poder, saber e tecnologia, podendo entender como essas relações influenciam as práticas e estratégias de governança ambiental. Por exemplo, pode-se analisar como as tecnologias ambientais são desenvolvidas e implementadas em parceria com empresas, governos e instituições acadêmicas, e como essas parcerias afetam a sustentabilidade e os problemas ambientais.

Considerando a ecogovernamentalidade como uma noção ainda embrionária, podemos refletir, com base na discussão proposta até aqui, que esta pode vir a ser uma importante ferramenta para se pensar a construção de uma série de técnicas e estratégias específicas que se formam nas sociedades contemporâneas para se falar da problemática crescente dentro do campo ambiental. Incluindo a regulação legal, educação ambiental, a pesquisa científica, a gestão dos recursos naturais e a política ambiental.

REFERÊNCIAS

AGRAWAL, Arun; *Environmentality: technologies of government and the making of subjects*. 2005. Disponível em <https://dlc.dlib.indiana.edu/dlc/bitstream/handle/10535/3896/environmentality-technologies-of-government-and-the-making-of-subjects.pdf>. Acesso em: 24 de fev. 2023.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *Sujeito ecológico: a dimensão subjetiva da ecologia*, p. 1-4, 2017. Disponível em: http://dominiopublico.mec.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=193843. Acesso em: 3 de abril de 2023.

DARIER, E. *Foucault and the Environment: An Introduction*. In Darier, E. *Discourses of Environment*. Oxford: Blackwell, 1999.

FOUCAULT, M. “A governamentalidade” In *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado e Angela Loureiro de Souza, 163-172, 1978.

_____. *Segurança, território e população*. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

INOCÊNCIO, ADALBERTO FERDNANDO. *Derivas da ecogovernamentalidade: a construção de territórios existenciais por meio das tecnologias de si*. 2019. Tese (Doutorado em Ensino de Ciências e Educação Matemática) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

INOCÊNCIO, Adalberto Ferdnando; OLIVEIRA, Moisés Alves. *Marketing verde: tentáculos da ecogovernamentalidade no mercado das subjetividades*. *Perspectiva*, v. 38, n. 3, p. 1-21, 2020.

LIMA, ARNOLDO SANTOS DE. *Eco-governamentalidade e governança de recursos energéticos: entre a prática e o discurso na ação coletiva dos polos gaúchos de biodiesel e dos folhelhos texanos de Eagle Ford*. 2016. Tese (Doutorado no Centro de Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília. 2016.

LUKE T. W. *Ecocritique: contesting the politics of nature, economy, and culture*. Minneapolis: University of Minnesota Press. 1997a:

_____. *Ecocritique in context: technology, democracy and capitalism as environment*. Paper presented at the IGCC/MacArthur Scholars Seminar on International Environmental Policy, Newport Beach, CA, 31 May to 1 June 1998, 1–27. 1998

_____. *Environmentality as Green Governmentality*. In Darier, E. *Discourses of Environment*. Oxford: Blackwell, 1999. p. 121-152

MALETTE, Sébastien. *Foucault para o próximo século: ecogovernamentalidade*. *Revista Ecopolítica*, n. 1, p. 4-25, 2011.

_____. *Green governmentality and its closeted metaphysics: toward an ontological relationality*. 2010. Tese (Doutorado em Filosofia) - University of Victoria, Canadá, 2010.

MOSQUERA, Oscar Emerson Zúñiga. *VIRADA ECOLÓGICA E ECOGOVERNAMENTALIDADE: uma analítica foucaultiana do sujeito ecológico na agroecopedagogia pernambucana*. 2018. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal De Pernambuco, Recife, 2018.

MOZINE, Augusto Cesar Salomão. Ecogovernamentalidade e meio ambiente urbano: uma análise sobre o Plano Diretor de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana da Grande Vitória. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

OELS, Angela. Rendering climate change governable: From biopower to advanced liberal government? *Journal of environmental policy & planning*, v. 7, n. 3, p. 185-207, 2005.

ULLOA, Astrid. A ecogovernamentalidade e suas contradições. *Revista Ecológica*, n. 1, p. 26-42, 2011.

RUTHERFORD, P. The Entry of Life into History. In Darier, E. *Discourses of the Environment*. Oxford: Blackwell, 1999. p. 37-63

_____. Policing nature: ecology, natural sciences and bio-politics. In O'Farrel, C., editor, *Foucault: the legacy, Proceedings of the Foucault: The Legacy Conference held in Australia, 1994, Kelvin Grove, QLD: University of Queensland*, 546-62. 2002

_____. Ecological Modernization and Environmental Risk. In Darier, E. *Discourses of Environment*. Oxford: Blackwell, 1999. p. 95-119.

RUTHERFORD, S. Green governmentality: insights and opportunities in the study of nature's rule. *Progress in human geography*, v. 31, n. 3, p. 291-307, 2007.

PARTE II: ESTUDOS DE CASO

CAPÍTULO 3

A BIOPOLÍTICA DO ESTADO BRASILEIRO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA AS COMUNIDADES PESQUEIRAS ARTESANAIS, UMA ANÁLITICA DO PODER SOBRE O DERRAMAMENTO DE PETRÓLEO

Rebeca Allana Albuquerque

APRESENTAÇÃO

Uma das preocupações centrais do pensamento foucaultiano é compreender como o poder se manifesta e regula os corpos biológicos. Entre os achados da analítica do poder, proposta por Foucault, estão as estratégias de condução das condutas, a produção das nossas identidades e modos de vida em função da geração de riquezas para o Estado. A ação sobre esses corpos pode ocorrer individualmente, por meio da disciplina, e coletivamente, através dos dispositivos de condução de condutas, denominados biopolítica. Esta refere-se às estratégias formuladas pelo Estado para a gestão dos corpos humanos a partir de dispositivos biológicos, como saúde, natalidade, mortalidade, higiene e segurança. Partindo desse entendimento, a pesquisa busca aprofundar a compreensão das dinâmicas de poder, controle e regulação presentes nas ações do Estado diante do desastre-crime ambiental do derramamento de petróleo ocorrido no litoral brasileiro em agosto de 2019. Cinco anos se passaram sem que os responsáveis fossem identificados; enquanto isso, as comunidades pesqueiras artesanais continuam a lidar com as consequências do petróleo que contaminou a costa de 11 estados do litoral brasileiro, trazendo impactos ambientais e socioeconômicos, como a diminuição e perda da venda do pescado, ameaça à segurança alimentar e nutricional, perda de material de trabalho utilizado para a remoção do petróleo, e danos à saúde física e mental, entre outros. Dessa forma, a pesquisa pretende responder: quais estratégias biopolíticas foram adotadas pelo Estado brasileiro em resposta ao derramamento de petróleo ocorrido em 2019, especialmente

para as comunidades pesqueiras artesanais? Para isso, será adotada a estratégia arqueogenealógica elaborada pelo filósofo Michel Foucault, visando uma analítica do poder das medidas mitigadoras do derramamento de petróleo ocorrido nas águas brasileiras em 2019, com foco no auxílio emergencial (Medida Provisória nº 911/2019) destinado aos pescadores artesanais devido a esse acidente-crime. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza descritiva, que visa analisar a biopolítica nas ações do Estado no contexto do derramamento de petróleo. A análise bibliográfica baseou-se nas categorias analíticas propostas pelo pensamento foucaultiano para a compreensão do poder, incluindo as noções de dispositivo, biopolítica e governamentalidade. A análise documental também foi utilizada, a partir de documentos oficiais disponibilizados no site “Manchas de óleo” do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), como relatórios, desmobilização, fauna e localidades atingidas, orientações técnicas e lições aprendidas. Entre os principais resultados encontrados estão a priorização, por parte do Estado, dos interesses econômicos sobre os da comunidade de pescadores artesanais, evidenciada pelo atraso na contenção e recolhimento do petróleo, pelo condicionamento do pagamento do auxílio emergencial ao registro ativo, e pela ausência de fornecimento de equipamentos de proteção adequados. Esses aspectos revelam uma lógica de controle e dependência estatal, que perpetua desigualdades estruturais e desatenção às realidades e necessidades dos pescadores artesanais. Espera-se que a pesquisa visibilize abordagens de resistência para fortalecer o empoderamento dessas comunidades nos processos decisórios e de luta.

INTRODUÇÃO

A partir de 30 de agosto de 2019, várias manchas de petróleo começaram a se espalhar rapidamente pelas praias de todos os estados do Nordeste brasileiro. Ao longo dos meses que se seguiram atingiram os estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro. Este derrame se estendeu por mais de 2900 km de costa e foi considerado o maior desastre ambiental do litoral brasileiro, atingiu mais de 50 Unidades de Conservação, além de expor mais de 27 espécies ameaçadas de extinção e expor diretamente ecossistemas delicados, como:

massas de água estuarinas (4.929,74 km² de área afetada), seguidas de florestas de mangue (489,83 km²), pradarias marinhas (324,77 km²), praias (185,3 km²), planícies de maré (63,64 km²), zonas duras entremarés fundos como recifes de arenito (45,95 km²) e recifes de coral de águas rasas (9,69 km²) (Soares, Rabelo, 2023).

Os principais impactos ambientais estão as “mudanças na proporção sexual e tamanho dos animais, anormalidades morfológicas de larvas e ovos” e “alterações mutagênicas, comportamentais e morfológicas, contaminação por hidrocarbonetos aromáticos policíclicos e mortalidade” (Soares, Rabelo, 2023, p. 1).

Dentre as espécies mais afetadas por esse derramamento estão os organismos bentônicos; esponjas marinhas; recifes de corais; equinodermos; tartarugas, aves e mamíferos marinhos; peixes; crustáceos e moluscos (Magris e Giarrizzo, 2020; Soares, Rabelo, 2023; Soares et al., 2022). O IBAMA (2019) registrou um total de 159 animais oleados, dos quais 112 foram a óbito (Zacharias et al., 2021).

Cinco anos se passaram e sua origem ou responsáveis ainda é desconhecida. Análises laboratoriais indicaram que as 5 mil toneladas de petróleo recolhidas originaram-se de uma mesma fonte, com características físico-químicas de compostos aromáticos retirados de uma mesma bacia sedimentar na Venezuela. Este petróleo foi derramado em águas internacionais e sofreu processo de intemperização antes de chegar à costa (Soares, Rabelo, 2023; Soares et al., 2022; Lourenço et al., 2020; Oliveira et al., 2020).

Quatro estados do Nordeste brasileiro foram os mais atingidos: Pernambuco, Bahia, Alagoas e Sergipe. Juntos corresponderam a 97,9% do petróleo recolhido, totalizando 5.269,68 toneladas, do total de 5.379,76 toneladas (IBAMA, 2019; Soares, Rabelo, 2023).

Outros impactos também foram sentidos em vários setores. A venda do pescado foi paralisada devido à rejeição da população por medo de contaminação. Isso afetou diretamente setores como o turismo e a economia local, que inclui vendedores ambulantes; intermediários; atravessadores; barraqueiros; jangadeiros etc. (Araújo et al., 2020; Albuquerque, 2023; Zacharias et al., 2021).

O Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional (PNC), política pública para o estabelecimento de ações, procedimentos e diretrizes em caso de incidentes de derramamento de petróleo em águas brasileiras a fim de mitigar os danos ambientais e para saúde pública (Brasil, 2022). No caso do derramamento ocorrido em 2019, o Governo Federal demorou mais de um mês para ativar o PNC.

Enquanto isso, nesse período - caracterizado por ser ter sido o mais crítico, dado a falta de informações sobre o tipo do petróleo, suas características e origem -; a remoção do petróleo das praias foi realizada principalmente e majoritariamente por voluntários, estes em sua maioria, pescadores artesanais que agiram por um ato de desespero diante a inação do Estado.

Muitos desses voluntários arriscaram suas vidas na retirada do petróleo que poluía as praias, pois não dispuseram de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e muitos perderam seus equipamentos e apetrechos de pesca, que foram utilizados para contenção do petróleo (Brum et al., 2020; Albuquerque, 2023; Ribeiro et al., 2020).

Como medida de reparação e compensação, o Estado instituiu por meio da Medida Provisória (MP) nº 908/2019 o “auxílio emergencial pecuniário para os pescadores profissionais artesanais inscritos e ativos no Registro Geral da Atividade Pesqueira [(RGP)] , domiciliados nos Municípios afetados pelas manchas de óleo” (Brasil, 2019, p.1). Esse auxílio foi no valor de R\$ 1.996,00, pago em duas parcelas.

A MP reconhece que a atividade pesqueira foi a mais prejudicada, vez que a precaução no consumo do pescado por parte da população afetou diretamente o escoamento da produção pesqueira. No entanto, apesar da intenção governamental de minimizar os impactos socioeconômicos vivenciada pelo setor pesqueiro artesanal (CPP, 2020).

Nesse sentido, o “Manifesto Mar de Luta: justiça social para os povos das águas atingidos pelo petróleo”, uma campanha dos “movimentos sociais de pescadores artesanais e de organizações de defesa dos direitos humanos e socioambientais”, denuncia que o recurso disponibilizado pelo Estado não foi suficiente para compensar ou atenuar os impactos socioeconômicos, pois mui-

tos tiveram ameaça à sua saúde; sobrevivência; soberania e segurança alimentar e nutricional ameaçados (CPP, 2020, p. 1). Ou seja, os direitos humanos e fundamentais de pescadores artesanais e marisqueiras foram comprometidos, vez que estavam impedidos de exercer seu trabalho em virtude da poluição que perdurou por meses contaminando as praias (Knox, Ferreira, 2023).

Ademais, esse auxílio emergencial não beneficiou a todos, vez que o sistema do RGP não era atualizado desde 2014 (Brasil, 2019; Almeida, 2019). Assim, muitos pescadores artesanais foram impossibilitados de cumprir esse critério para o recebimento, por falhas da gestão estatal.

Essa realidade evidencia a ineficácia do Estado em manter seus registros atualizados. Isso prejudicou diretamente essas comunidades, que já enfrentam injustiças sistêmicas, desigualdades estruturais e ausência de acesso equitativo aos recursos; contribuindo para ampliação das disparidades sociais e econômicas enfrentadas por essas populações historicamente marginalizadas (Torres; Gianella, 2020; Souza, 2021).

Ocorre que após quase uma década sem atualização desse cadastro, em novembro de 2023, o país totalizou 1.030.166 pescadores artesanais com licenciamento profissional ativo. Destes, 507.858 são mulheres, que representam 49%; enquanto 527.536 (51%) são do público masculino. O estado de Pernambuco é o 13º no ranking dos estados pesqueiros e totaliza 17.928 pescadores cadastrados, sendo o quarto estado com o maior número de pescadoras artesanais, com 9.918 mulheres e 8.110 homens (MPA, 2023).

A saúde física dos voluntários também foi diretamente afetada, vez que o contato direto, seja via cutânea ou respiratória, trazem danos severos em curto, médio e longo prazo, devido ao petróleo conter compostos aromáticos com características carcinogênicas, que contribui para o desenvolvimento de doenças degenerativas e infectocontagiosas; impactos no sistema reprodutivo; redução de funções respiratórias e cardiovasculares; além do desenvolvimento ou agravamento de doenças psicossomáticas (Euzebio, Rangel, Marques, 2019; Carmo, Teixeira, 2020).

Ademais, o derramamento agravou a situação de vulnerabilidade social e econômica das comunidades pesqueiras, que em sua maioria são afrodescen-

dentes, praticam atividade de subsistência e enfrentam condições de pobreza, com uma renda média mensal abaixo de um salário mínimo; jornadas de trabalho extenuantes; ausência de EPI adequados ou treinamento para uso; exposição crônica à agentes contaminantes; dificuldade de acesso à acompanhamento médico atento à exposição ocupacional (Pena et al., 2020; Pena, Gomez, 2014).

Essa situação se agrava quando é inserida no recorte de gênero, as pescadoras artesanais, em especial as marisqueiras, cuja jornada de trabalho pode alcançar 100 horas semanais para extração e beneficiamento do marisco, com exposição de seus corpos ao ecossistema contaminado por petróleo, que pode gerar implicações à saúde de médio e longo prazo (Pena et al., 2020; Pena, Gomez, 2014).

Diante de tais complexidades, este estudo busca analisar as estratégias de biopolítica adotadas pelo Estado brasileiro em resposta ao derramamento de petróleo de 2019, especificamente as comunidades pesqueiras artesanais.

A pesquisa permite aprofundar a compreensão das dinâmicas de poder e controle presentes nas ações do Estado no gerenciamento do desastre-crime ambiental do derramamento de petróleo no litoral brasileiro em 2019, além dos aspectos relacionados à vida dos pescadores artesanais que mantêm seus hábitos diretamente ligados a forma como exercem seu trabalho e sua relação com o mar (Ramalho, 2006; Bourdieu, 2007).

A hipótese desse estudo é que foram utilizados mecanismos de biopoder pelo Estado, para gerenciar a vida dos pescadores artesanais e seus ecossistemas. Espera-se que essa pesquisa desvele as estratégias de biopoder que moldaram a resposta do Estado ao derramamento do petróleo.

METODOLOGIA

A pesquisa adotou a metodologia qualitativa, do tipo descritiva para analisar a biopolítica nas ações do Estado no contexto do derramamento do petróleo ocorrido no litoral brasileiro em 2019.

Para isso, a análise bibliográfica foi realizada a partir do pensamento do filósofo Michel Foucault, para construção do referencial teórico sobre biopo-

lítica. Foram utilizados como categorias de análise os poderes pastoral, disciplinar e a biopolítica para compreensão das dinâmicas do poder envolvidos no derramamento do petróleo. Assim, foram utilizados livros; periódicos científicos; teses; dissertações que abordam o conceito do autor e o derramamento.

Também foi acrescida a pesquisa documental, a partir dos documentos oficiais disponibilizados no site “Manchas de óleo” do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que abriga informações governamentais relacionadas ao derramamento de petróleo, bem como o Manifesto Mar de Luta: Justiça Social aos Povos das Águas atingidos pelo Petróleo, do Comitê da Campanha Mar de Luta. Essas informações foram fundamentais para compreender as ações desempenhadas pelo Estado para mitigar os danos socioeconômicos das comunidades de pescadores artesanais afetados.

A BIOPOLÍTICA NO PENSAMENTO DE MICHEL FOUCAULT

Michel Foucault foi um filósofo francês, nascido em 1926 e teve seu pensamento influenciado por Nietzsche, Marx, Freud e Deleuze. Seu trabalho é dividido em três fases: arqueológica; genealógica; e, ética (Díaz, 2012; Yazbek, 2013).

Na primeira fase, o autor preocupa-se na origem do saber; como nasce a verdade e como esse saber é regulado, o qual busca respostas nas diversas ciências do pensamento. Já na fase genealógica, Foucault compreende a verdade como uma relação de forças entre o “saber” e o “poder”, que podem ser produzidos através de discursos e traz implicações na vida em sociedade (Díaz, 2012; Yazbek, 2013).

O “saber” é constituído por sistema de conhecimentos estruturados, que ao longo do tempo se constituem como regras e posteriormente se tornam discursos. Já o “poder”, é fundamentado pela relação de forças, e está associado ao saber e visa atingir um fim ao qual se almeja.

No entendimento de Foucault (2022; 2023), o Estado é detentor desse “saber-poder” e age por meio do controle dos corpos biológicos da população a partir de estratégias de poder: a disciplina e a biopolítica.

A disciplina é compreendida como uma forma de poder exercida no corpo individual, cujo objetivo é a domesticação do sujeito para torná-lo mais dócil e manipulável dentro de um determinado espaço limitado (Díaz, 2012; Yazbek, 2013; Foucault, 2022).

O exercício da docilização é exercido a partir de técnicas para disciplinar, treinar, delimitar e individualizar as condutas dos corpos humanos. Como exemplo temos as escolas, fábricas, exércitos e prisões, que utilizam de horários específicos com a emissão de sinal sonoro para o controle das atividades; vigilância hierárquica; exames etc. como forma de exercício do poder disciplinar para o aumento da eficiência das práticas sociais.

Segundo Foucault (2023, p. 76), a disciplina “analisa, decompõe os indivíduos, os lugares, os tempos, os gestos, os atos, as operações. Ela os decompõe em elementos que são suficientes para percebê-los, de um lado, e modificá-los de outro”. Enquanto a disciplina molda a condução de conduta dos sujeitos, a vigilância disciplinar exerce influência na manutenção do assujeitamento dos indivíduos, normalização dos comportamentos para a criação de corpos úteis economicamente e dóceis politicamente.

Já a biopolítica dispõe de um conjunto de procedimentos tecnológicos (saber-poder) e estratégias para ampliar o domínio sobre a população, através da regulação de aspectos sobre a saúde, higiene, dinâmica populacional etc.

Foucault compreende a biopolítica como forma de “racionalizar os problemas postos à prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, longevidade, raças...” (Foucault, 2022, p. 431).

Ou seja, a biopolítica busca a condução de condutas através da circulação de pessoas, mercadorias e no movimento das populações, a exemplo do controle da natalidade, mortalidade, migração, epidemias, vacinas, preço de commodities, entre outras.

A partir do século XVI, surgiu a necessidade de um novo modo de governar. Assim Foucault (2023) elaborou o conceito de governamentalidade, como o exercício do poder sobre a condução dos corpos individuais e coletivos, seja através da força (poder de polícia) ou coerção (poder pastoral), como

também pela gestão ou regulação de suas vidas (biopolítica) e comportamentos (governamentalidade) (Amos, 2010).

A governamentalidade engloba um conjunto de ferramentas e tecnologias para governar e moldar comportamentos, normas e valores de uma sociedade. São utilizados mecanismos sutis para criar senso de normalidade e estabelecer padrões de condutas socialmente aceitos, permitindo ao Estado estabelecer categorias do que é considerado legítimo ou desviante, para assim aplicar medidas de controle e vigilância.

Nesse sentido, Foucault explica seu entendimento sobre o conceito de governamentalidade:

Por governamentalidade, eu entendo o conjunto constituído pelas instituições, pelos procedimentos, análises e reflexões, pelos cálculos e pelas táticas que permitem exercer esse modelo bem específico, ainda que complexo, de poder, que tem por alvo principal a população, por modelo principal de saber a economia política, por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por governamentalidade, eu entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, conduziu incessantemente, durante muito, muito tempo, à preeminência deste modelo de poder que se pode chamar de governo sobre todos os outros: soberania, disciplina etc. [...] enfim, por governamentalidade, eu acredito que seria preciso entender o processo, ou melhor, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que se tornou nos séculos XV e XVI Estado administrativo, como se viu pouco a pouco governamentalizado (Foucault, 2023, p. 146).

O Estado cria sua própria narrativa para controlar e conduzir a população no exercício de suas liberdades, através do biopoder e suas práticas através da biopolítica. Sua aplicação pode ser observada no cotidiano nas questões demográficas; saúde pública; relações climáticas; acesso ao conhecimento; relação entre os indivíduos consigo e com os outros (Foucault, 2022; Sobral, Oliveira, 2016).

A governamentalidade opera através de mecanismos de vigilância, controle e disciplina para o estabelecimento de padrões de conduta e ideologias, não apenas através de leis ou regulamentos formais, mas também por meio de técnicas de persuasão e influência, que inclui a disseminação de informações, estabelecimento de normas sociais de conduta ou valores.

Ela é influenciada pelo poder pastoral, que surgiu com o poder religioso. A figura do pastor, presente em todas as culturas, era responsável pela condução das almas ao divino. O cristianismo utilizou a figura pastoral para o exercício de uma ferramenta do poder político.

Por outro lado, o poder de polícia é exercido a partir de estratégias e mecanismos de vigilância para a manutenção da ordem, da moralidade e dos costumes (Rondon Filho, 2011). A governamentalidade também é exercida no gerenciamento de aspectos mais amplos da vida social, como a saúde, trabalho, segurança, educação e bem-estar, ou seja, é utilizada para educar, corrigir e regular as atividades sociais.

O Estado, subordinado à economia, emprega ambos os poderes mencionados para manutenção do status quo. Antes de intervir, utiliza-se de previsões, estatística e vigilância para a regulação da população que deve ser empregada para produção de riquezas, ou seja, em detrimento dos interesses do mercado capitalista (Foucault, 2022; 2023).

O autor entende que o capitalismo se apropria do Estado e assim, abre espaço para que mercado estabeleça competição, concorrência, livre iniciativa, lucro e crescimento econômico. O neoliberalismo conduz a mentalidade dos indivíduos para incitá-los a se tornar empreendedores para diminuição do estado de bem-estar social (Foucault, 2022; 2023).

Essa lógica capitalista infiltra-se em instituições estatais, molda políticas e práticas para torná-las favoráveis aos seus interesses comerciais. O Estado, através de suas instituições, utiliza-se dos meios de comunicação e da educação para disseminar discursos normativos que passa a construir consensos e auxilia no estabelecimento de padrões de comportamento de conformidade social.

Outro exemplo é o sistema educacional, que pode ser utilizado para influenciar a disseminação de visões de mundo e transmissão de valores como conformidade às normas estabelecidas, disciplina, obediência, competição. Podemos observar que na atualidade, o mercado neoliberal influencia na promoção de privatizações, na desregulamentação de políticas públicas e liberalização econômica.

Nesse contexto, a biopolítica utiliza estratégias para direcionar as condutas sociais, através da hipervigilância constante do espaço; na orientação e

monitoramento do movimento populacional e das mercadorias para a regulação da ordem e da obediência civil. Além disso, busca a manutenção e equilíbrio dos mecanismos de exercício do poder (Foucault, 2022).

Nesse sentido, a biopolítica Foucaultiana fornece uma ótica para compreender o papel do Estado brasileiro e as implicações nas comunidades pesqueiras artesanais afetadas pelo derramamento de petróleo em 2019. A resposta estatal para remediação dos impactos reflete as dinâmicas de controle e poder centrais à biopolítica, que será explorada no próximo tópico.

A BIOPOLÍTICA DO ESTADO BRASILEIRO E SUAS IMPLICAÇÕES NAS COMUNIDADES PESQUEIRAS ARTESANAIS AFETADAS PELO DERRAMAMENTO DE PETRÓLEO EM 2019

A atuação do Estado em resposta a impactos ambientais de grande escala é imperativa para reafirmar o exercício e a manutenção do poder do Estado. Sua responsabilidade social reside na gestão e mitigação dos danos ambientais e na proteção da saúde, do meio ambiente e da população.

As ações sociais por meio de políticas públicas visam à conquista ou manutenção do poder e constituem um campo onde as forças políticas operam nas estruturas sociais que são refletidas, reproduzidas, impostas ou transformadas e no domínio sobre um território (Rocha, Gonçalves, 2017).

A estrutura político-social determinada na relação do poder no campo espacial (Liepietz, 1987) é influenciada pelas contradições políticas, econômicas e ideológicas existentes na formação das estruturas sociais, a partir da produção de infraestruturas reguladoras do espaço jurídico e do planejamento das políticas territoriais (Rocha, Gonçalves, 2017).

Este fenômeno é caracterizado pelas desigualdades na distribuição das forças produtivas no território, bem como por um “equilíbrio” calculado do sistema de acumulação, distribuição e consumo de recursos que atendem às necessidades básicas da população.

O espaço econômico transforma o ambiente de acordo com as “condições” que são convenientes para o capital, além de permitir que ocorra um “refinamento” ou modificações na divisão espacial do trabalho. Já o ordenamento

jurídico complementa os processos de intervenção econômica para atuar de forma seletiva no espaço de ocupação e exploração dos recursos, para que seja permitida a capitalização na forma de mais-valia (Marx, 2008; Rocha, Gonçalves, 2017).

No contexto do derramamento de petróleo que afetou o litoral de 11 estados brasileiros entre agosto de 2019 e março de 2020, a perspectiva de Foucault (2022) sugere que a economia neoliberal impõe ao Estado uma racionalidade capitalista. Esta racionalidade se caracteriza por desempenho, lucro, competição e concorrência (Barros II, 2016; Foucault, 2022; 2023).

A biopolítica também se manifesta nas questões demográficas, uma vez que a demora da resposta Estatal na mitigação do petróleo, resultou na disseminação para todos os estados do litoral nordestino, sendo uma ameaça concreta à subsistência dos pescadores artesanais e suas famílias, além de comprometer a soberania alimentar e nutricional dessa parcela da população.

Para os pescadores artesanais,

esse vazamento prejudicou as condições de saúde das comunidades, considerando o alto potencial nocivo do petróleo para o ser humano, especialmente pelo fato dos pescadores e pescadoras estarem expostos ao contato direto com águas e por terem e estarem consumindo pescados que possam trazer contaminantes (CPP, 2020, p. 1).

Ademais, a inobservância do Estado, ao possibilitar que a população se expusesse ao petróleo sem EPI ou treinamento adequados para contenção do derramamento, permitiu a exposição da população ao petróleo, que representa um risco à saúde pública (Pena et al., 2020; Pena, Gomez, 2014). Isso, na perspectiva foucaultiana pode ser interpretado como um “deixar morrer”. De acordo com o Manifesto Mar de Luta: Justiça Social aos Povos das Águas atingidos pelo Petróleo, “esse crime impactou negativamente na reprodução do modo de vida dos Povos das Águas, pois é desses lugares que são retirados os meios necessários para o viver material e simbólico das pescadoras e pescadores artesanais historicamente” (CPP, 2020, p. 1).

A biopolítica também opera no cálculo que o Estado realiza das possíveis endemias que os pescadores artesanais poderão experimentar devido ao

contato direto com o petróleo derramado na tentativa de sua contenção, vez que a composição química do material derramado possui hidrocarbonetos poliaromáticos, que são cancerígenos; tais doenças poderão se manifestar e serem detectadas a médio e longo prazo.

Seguindo a lógica perversa do Estado no tratamento da existência da população, o próprio funcionamento do PNC evidencia uma estatística da vida e da morte, da saúde e da doença, a partir da qual seus mecanismos de intervenção são acionados. Destarte, ao não questionar essa lógica neoliberal que avalia quantas pessoas podem morrer, quantas podem ficar doentes, quantas podem ficar com sequelas para que a intervenção desta instituição fria e calculadora seja viável economicamente, é que se desvela a biopolítica no tratamento do derrame por parte do Estado.

A influência do neoliberalismo sobre o poder repercute na forma em que o Estado coloca em funcionamento um modelo de desenvolvimento (in) sustentável, que é dependente de combustíveis fósseis, não renováveis e possui como principal matriz energética, o petróleo. Como a ênfase neoliberal é a liberação da exploração e comércio para maximização do lucro, tais estratégias podem resultar em práticas ambientalmente insustentáveis, a exemplo dos incentivos para exploração desse recurso natural, como ocorreu no mesmo ano, com o megaleilão de campos de pré-sal (Senado, 2019).

Neste desenrolar da biopolítica no tratamento estatal do derrame, é importante também mencionar o controle por meio da normatização, a exemplo da Lei da Pesca (Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009), em que “dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras” (Brasil, 2009, p. 1).

O Estado, ao regular sobre as práticas pesqueiras, regulamenta sobre o uso dos recursos pesqueiros (art. 3º), definindo os regimes de acesso; períodos de defeso, temporadas de pesca; tamanhos para captura; a atividade pesqueira; a natureza da pesca e suas embarcações etc. (Brasil, 2009).

Neste sentido, o artigo 8º, parágrafo I da referida legislação compreende como pesca artesanal, toda atividade “praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios

de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte” (Brasil, 2009, p. 4).

Ambos exemplos destacados acima demonstram a tese de Foucault que o Estado utiliza da normatização para o exercício do poder normativo através do controle e regulação das práticas sociais, nesse caso, da atividade pesqueira realizada de forma artesanal.

A dependência estatal também pode ser vista como uma forma de exercício do poder pastoral. Isso ocorre por meio de políticas assistencialistas, como a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, que “dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal” (Brasil, 2003, p. 1).

A partir de políticas assistencialistas, como o seguro defeso, o Estado cria uma dinâmica de dependência e subordinação em que os beneficiários, no caso, os pescadores artesanais, sujeitam-se às diretrizes estatal para um determinado objetivo - a suspensão temporária da pesca para reprodução do pescado - em troca de assistência financeira. Com esse poder disciplinar, as identidades dos indivíduos são moldadas às normas sociais e estabelecem padrões socialmente aceitáveis.

O exercício desse poder envolve a modulação das práticas coletivas da população pesqueira, com reflexos em suas identidades e papéis sociais dentro da comunidade. Essa suspensão, mesmo que temporária, é uma forma de exercer o controle proveniente do poder, que tem como finalidade a gestão dos recursos pesqueiros.

O poder pastoral do Estado envolve uma complexa interação entre as estruturas de poder vigente: as políticas assistencialistas, a legislação e as práticas cotidianas. Quando ocorrem falhas, como o derramamento do petróleo, elas impactam diretamente nas dinâmicas sociais, ambientais e econômicas das comunidades pesqueiras artesanais, além de expor as fragilidades dos mecanismos de poder (Foucault, 2022; Sobral, Oliveira, 2016; Pogrebinschi, 2004).

Já o poder disciplinar, otimiza a docilização dos corpos (Foucault, 2022). Temos como exemplo a Portaria MPA nº 127/2023, a qual “estabelece

as normas, os critérios e os procedimentos administrativos para o Registro Geral da Atividade Pesqueira na categoria de Pescador e Pescadora Profissional, para a concessão da Licença de Pescador e Pescadora Profissional” (Brasil, 2023, p. 1), mas especificamente, o Estado cria uma diferenciação da população para exploração de um mesmo recurso natural; dita diferenciação inventa dois sujeitos para posteriormente regular: o “Pescador e Pescadora Profissional Artesanal” e o “Pescador e Pescadora Profissional Industrial”. Esta regularização visa submeter as comunidades a uma lógica de exploração pesqueira atrelada a todo o entramado burocrático e disciplinador do Estado, isto é, o que antes era realizado de forma livre por parte das comunidades, agora encontra-se limitada e regulamentada de forma exógena às comunidades.

Em outras palavras, a referida portaria normatiza os critérios e categorização do exercício profissional de pescador e pescadora profissional; delimita os requisitos das atividades pesqueiras exercidas a partir de sua finalidade, regime de atividade e tipo de embarcação; além de estabelecer os critérios para concessão e manutenção da licença (Brasil, 2023).

O estabelecimento de critérios para o exercício da atividade pesqueira contribui para normatização característica do poder disciplinar foucaultiano, que busca definir de forma detalhada o regime da atividade e finalidade pesqueira. A biopolítica foucaultiana também opera na gestão do ambiente marinho e permite a segmentação da população de pescadores pelo diferente tipo de embarcação utilizada.

A disciplina ainda opera a partir do poder de polícia por meio da regulamentação de sanções aplicáveis quando no descumprimento da norma (Foucault, 2022), seja por meio de advertência, suspensão ou cancelamento do registro profissional de pescador ou pescadora, como no caso de descumprimento das normativas; fraude ou inconsistências.

Esse monitoramento das atividades pesqueiras pode ser compreendida como uma forma de vigilância do poder disciplinar para controlar a atividade pesqueira e garantir que ela seja utilizada dentro dos limites estabelecidos pela norma.

O policiamento aqui referido trás dois debates, desde a perspectiva da analítica do poder. Por um lado, a imperiosa necessidade do Estado controlar os territórios e as populações, como se estas últimas fossem incapazes de tal controle, mesmo sabendo que o próprio Estado se apresenta como insuficiente para dar conta de dito controle (o qual é reconhecido como quando a exploração aponta a grandes dividendos, levando assim a uma legitimação estatal da privatização dos recursos naturais).

Por outro lado, apresenta-se uma limitação das comunidades enquanto força produtiva que poderia disputar a exploração dos recursos marítimos aos grandes empreendimentos capitalistas nacionais e internacionais. Isso é evidenciado nas proibições do tipo de embarcação e na definição de pesca profissional artesanal, neste caso atrelado ao dispositivo conceitual da agricultura familiar. A normatividade do Estado brasileiro, mesmo durante um governo denominado por muitos de esquerda, limita a autonomia das comunidades ao mesmo tempo que as torna mais dependentes ao Estado, via subsídios.

O Estado também exerce a disciplinarização com a padronização dos protocolos e diretrizes de treinamento e resposta que devem ser seguidos nas emergências (Foucault, 2022; Sobral, Oliveira, 2016; Pogrebinski, 2004). Um exemplo foi o atraso significativo de 42 dias para ativação do PNC, que só ocorreu em 11 de outubro de 2019, momento em que “a Marinha do Brasil foi designada para ser a Coordenador Operacional do PNC”, por meio do Ofício Circular nº 11.132 (IBAMA, 2022, p. 25).

Para Fontenelle e Santana (s.d.) os PNC's, tanto do Brasil como de outros países, sofrem de inúmeras falhas que mostram as ações de emergência ineficazes e ineficientes e deixam as diferentes formas de vida vulneráveis aos desastres de petróleo; além disso, no caso do Brasil, como já referido, o Estado não se preocupou por constituir uma estrutura que permitisse dar conta rapidamente não só de conter, mas de prevenir ditos acidentes, o qual deixa entrever que o PNC opera sob o discurso da responsabilidade ambiental resumida na célebre frase quem contamina paga, conforme estabelecido a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), Lei nº 12.305/2010.

Assim, em uma análise técnica, os autores sinalizam que,

No caso brasileiro, que difere dos demais países avaliados, é que os acidentes de vazamento de óleo ocorrem por uma gama de fontes poluidoras, seja navios, plataformas, dutos e transporte rodoviários. A inexistência de uma Guarda Costeira brasileira estruturada torna o problema brasileiro ainda mais complexo. O foco das atividades deveria estar na prevenção de acidentes com vazamento de óleo e derivados no mar, sendo de suma importância a fiscalização das embarcações nas fases de projeto e operação conforme requisitos e padrões nacionais e internacionais de segurança e fiscalização de Unidades marítimas (Fontenelle, Sant’ana, 2015, p. 19).

Ainda mais, não é possível passar por alto, a lógica duplamente perversa, que transversaliza governos sem importar ideologia, com a qual opera o PNC, toda vez que, primeiro, só pode ser accionado quando a poluição é avaliada como de “significância nacional”, e, segundo, dita avaliação é feita pelo próprio Estado.

Ao desvelar a operacionalidade do Plano e sua base governamental, uma analítica do poder também ilumina outras possibilidades de agir; por exemplo, em função da preservação da vida, tanto humana como não humana, o Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA), responsável pelo PNC, enquanto a sua operacionalidade, não deveria ser constituído pelas próprias comunidades e ao mesmo tempo o Estado abrir mão de seu protagonismo para colocar em funcionamento toda uma estrutura comunitária capaz de dar conta não só de conter, mas principalmente de prevenir os desastres? Isto demandaria um esforço que mobilizaria a criação de editais para selecionar e capacitar as próprias populações de pescadores para fazer frente aos derrames, mas também com o poder de fiscalizar e punir possíveis poluidores. Fazer surgir assim uma figura inexistente para as definições de “pesca artesanal” e “profissional artesanal” estabelecidos pelos dispositivos legais, o qual seria uma espécie de “funcionário público guardião pesqueiro”, mas é sabido que para o Estado esta seria uma figura implosiva, isto é, inviável pois para ser Estado o popular precisa incorporar a racionalidade do leviatã.

Não obstante, a pretendida totalidade governamental do Estado apresenta fissuras nas quais é possível observar a materialização do célebre enunciado foucaultiano: onde tem poder, tem resistência. Isto é, no caso do derramamento do petróleo, houve falhas significativas na manutenção do poder governamental do Estado o qual evidenciou as relações entre os indivíduos humanos afetados (que em sua maioria foram os pescadores artesanais) e o poder governamental representado pelo Governo Federal.

Sem o intuito de romantizar a ação das comunidades, mas diante do des-caso do Estado, surge uma resistência por parte das comunidades pesqueiras, na qual colocam em risco a própria existência presente em função de uma futura, e talvez aqui seja extraível algum ensinamento pedagógico daquilo que as comunidades entendem por sustentabilidade; pois amplificando a fórmula do famoso relatório Brundtland, o agir corajoso das comunidades por limpar as costas da contaminação aponta a um desenvolvimento popular que satisfaz as necessidades presentes e futuras das gerações atuais, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades.

Podemos observar a fissura do poder disciplinar na reconfiguração da identidade por parte das comunidades, do papel das comunidades pesqueiras artesanais na sociedade e dos discursos. Na ausência do cumprimento do dever do Estado no recolhimento tardio do petróleo nas praias, a população age como sujeito ativo na contenção e mitigação dos danos de um “acidente” que ocorreu e não como vítimas passivas de um crime de poluição de grande extensão e período.

As comunidades pesqueiras assumiram um protagonismo na proteção de seus meios de subsistência e por soluções para minimizar os impactos causados pelo petróleo; além do reconhecimento de sua rápida capacidade de organização de modo autônomo para remediar os danos e às negligências que foram submetidos, o qual também desmistifica a ação de muitos órgãos do Estado e da sociedade civil que insistem em “organizar” as comunidades, como se estas não tivessem uma história de auto organização que opera segundo a lógica das próprias comunidades.

Observamos ainda, na figura 1 abaixo, que mesmo após o envolvimento do Estado, os voluntários e militares da Marinha do Brasil envolvidos na remoção do petróleo em uma praia do litoral pernambucano, utilizando trajes inadequados e divergentes às instruções do IBAMA.

Figura 1: Voluntários trabalham em conjunto com militares da Marinha do Brasil na retirada do petróleo da praia do Paiva (Pernambuco), em 21 de outubro de 2019



Fonte: Otton Veiga/TV Globo (2019).

E, mesmo no desempenho de suas atribuições, o Estado expôs muitos de seus militares a riscos significativos em sua segurança, pois, ao vesti-los com trajes inadequados para o recolhimento do petróleo, conforme podemos observar na figura 2. Isso indica um despreparo para lidar com situações emergenciais, além da falta de cuidado com as pessoas designadas pelo Estado para atuar na remoção sem os EPI recomendados.

Figura 2: Militares e voluntários retiram petróleo na praia do Paiva (Pernambuco), em 21 de outubro de 2019



Fonte: Luna Markman/GloboNews (2019).

Nas imagens, é possível verificar disparidades entre as normatizações estabelecidas pelo Estado e sua própria aderência a essas regras evidenciando como o poder é exercido de forma seletiva e desigual. Na perspectiva foucaultiana, aquilo que o autor sinalizou como racismo de Estado, o Estado possui o poder discricionário para decidir a quem priorizar em sua proteção e a quem pode ser deixada à própria sorte, expondo-se aos riscos já mencionados.

A exposição de uma parcela da população envolvida na remoção do petróleo foi submetida a seus efeitos danosos devido a ausência de EPI apropriado, que revela uma outra forma de exercício do biopoder do Estado, ao tornar essa parcela da população suscetível às intervenções estatal, além de mantê-los em posições subalternas, reforçando assim as relações de poder existentes. Outrossim, o relatório do IBAMA (2022, p. 34) reconhece que “com exceção do pessoal próprio da Petrobras, em linhas gerais, o pessoal que efetuou a limpeza das praias não possuía treinamento específico para o recolhimento de óleo”.

Ainda de acordo com o próprio relatório do IBAMA (2022), os treinamentos para remoção ambientalmente adequada foram ministrados às equipes

locais apenas no mês de novembro, ou seja, mais de três meses após o início do derramamento, enquanto todo o litoral nordestino já tinha sido encoberto por manchas de petróleo.

Outro aspecto a ser examinado é o auxílio emergencial como medida de compensação ao derramamento do petróleo, fornecido pelo Estado o suporte pecuniário aos pescadores com RGP ativo, no valor de R\$ 1.996,00, pago em duas parcelas (Brasil, 2019).

O auxílio emergencial também pode ser lido como uma expressão da biopolítica, que, por meio de um suporte financeiro, a comunidade torna-se vinculada à assistência estatal, consolidando toda uma teia de abusos e absurdos vinculados inexoravelmente ao funcionamento do Estado o qual se impôs como um gestor da vida e da conduta da população.

Inerente ao Estado surgem duas figuras naturalizadas que parasitam este gestor da vida: o político e a liderança cooptada. Destarte, é no ecossistema da pobreza material que os parasitas mais se aproveitam da ação do Estado e os auxílio permite que estas figuras renovem e fortaleçam sua presença nos territórios das comunidades. Além de mecanismo de controle, o auxílio, como denunciado pelas próprias organizações vinculadas a população de pescadores, funciona como reprodutor da pobreza, aprofundando ainda mais a vulnerabilidade das pessoas.

Ainda de acordo com o “Mar de Luta: Justiça Social aos Povos das Águas” atingidos pelo Petróleo,

...o recurso disponibilizado através da MP 908, que previu o pagamento do auxílio emergencial pecuniário no valor de 2 salários mínimos foi insuficiente para mitigar os impactos econômicos impostos aos pescadores e pescadoras. Muitas pessoas foram excluídas de acessar o auxílio, principalmente as mulheres pescadoras (CPP, 2020, p.1).

Assim, como dispositivo biopolítico que controla a vida e reproduz a sobrevivência, o auxílio também pode influenciar a conformidade da população por não reivindicar abordagens responsáveis e sustentáveis por parte do Estado e do mercado, bem como afeta a vida social e a normatização das condutas, toda vez que se cria um estigma sobre as pessoas que resistem e se opõem a esta política da morte por parte do Estado.

Ademais, observa-se injustiças por parte do Estado aos pescadores artesanais, ao exigir como requisito para recebimento do auxílio emergencial o RGP ativo (Brasil, 2019; Freitas et al, 2023). Ocorre que desde 2014, o próprio Estado não fornece meios para atualizar o registro (Almeida, 2019), criando assim uma injustiça institucional para os pescadores artesanais que, por falhas na própria gestão estatal, impossibilitou a essa população o cumprimento desse requisito.

Nesse contexto, a partir da análise da biopolítica, a imposição estatal em condições para concessão do auxílio é uma forma do exercício do controle da vida da população, que indiretamente estabelece critérios que podem resultar em exclusão ou marginalização desses grupos que já são historicamente segregados.

A ausência de mecanismos para atualização do RGP revela como a biopolítica se manifesta: impõe requisitos intangíveis para alguns indivíduos; reforça desigualdades e perdura as relações de poder que segregam determinados grupos.

Por último, mas sem querer esgotar o assunto, cinco anos se passaram sem que os responsáveis fossem identificados e submetidos ao sistema jurídico vigente. Essa é uma das reivindicações do Manifesto do Mar de Luta (CPP, 2020): a ausência de respostas sobre a apuração das causas do derramamento e seus autores, evidenciando a necessidade de investigações sobre seus responsáveis, bem como estudos para avaliação e monitoramento das praias, mangues e oceanos.

A biopolítica foucaultiana que opera na administração e regula a vida da população. O sistema de justiça pode ser utilizado como estratégia de poder para preservar interesses específicos, o qual determina quem é responsabilizado ou é imune às consequências, que muitas vezes por meio de acordos econômicos, protege os interesses da indústria petrolífera em detrimento da saúde do meio ambiente e da população.

A ausência de responsabilização permite que a impunidade se perpetue e evidencia a injustiça ambiental sofrida pela população dos pescadores artesanais, levantando questões: Quem se beneficia com o silêncio sobre a responsabilidade desse crime ambiental? A quem servem os interesses quando crimes ambientais ficam sem respostas?

CONSIDERAÇÕES

O artigo buscou compreender, a partir do referencial teórico de Michel Foucault, as dinâmicas de poder, controle e regulação presentes nas ações do Estado diante do desastre ambiental, que acarreta em impactos sociais, econômicos e ambientais para as comunidades pesqueiras artesanais.

O neoliberalismo, como forma de poder, exerce influência na racionalidade capitalista estatal. Fragilidades foram encontradas, como o seguro defeso; o enfraquecimento das estruturas de regulação; a extinção dos comitês de suporte, executivo, grupo de acompanhamento e avaliação do PNC; isso mostra a forma do exercício do poder governamental na regulação das práticas coletivas.

O auxílio emergencial, condicionado ao RGP ativo, revelou requisitos intangíveis por grande parte dos pescadores artesanais, perpetuando o cenário histórico de segregação, marginalização e desigualdades que essa população sofre.

A ausência de responsabilização dos culpados levanta questionamentos sobre a quem se beneficia diante das falhas do Estado e do sistema jurídico?

Em suma, a ótica foucaultiana evidencia como as estratégias de poder moldam dinâmicas sociais, econômicas e políticas das comunidades pesqueiras artesanais.

No entanto, é necessário ressaltar que são nas lacunas estruturas de controle, como evidenciado, que possibilita às essas populações a organização de forças emancipatórias das diretrizes estatais que modulam suas identidades, possibilitando um maior protagonismo e autonomia nas decisões que afetam seus corpos, hábitos e meios de subsistência.

É emergente a necessidade de autonomia para os pescadores artesanais para que possam atuar em casos de situações críticas, como desastres ambientais ou crimes ambientais, como no caso do derramamento de petróleo.

Permitir que as comunidades pesqueiras tenham voz ativa e reivindiquem as necessidades que afetam suas vidas e meios de subsistência é promover seu protagonismo e fortalecer suas identidades.

REFERÊNCIAS

AMOS, Karin. Governança e governamentalidade: relação e relevância de dois conceitos científico-sociais proeminentes na educação comparada. *Educação e Pesquisa*, v. 36, p. 23-38, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022010000400003> . Acesso em: 24 jan. 2024.

ARAÚJO, Maria Elisabeth de; RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto; MELO, Paulo Wanderley de. Artisanal fishers, consumers and the environment: immediate consequences of the oil spill in Pernambuco, Northeast Brazil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00230319> . Acesso em: 29 nov. 2023.

BARROS II, João Roberto. A cidade biopolítica: dispositivos de segurança, população e homo oeconomicus. *Problemata: Revista Internacional de Filosofia*, v. 7, n. 1, p. 216-233, 2016. DOI: <https://doi.org/10.7443/problemata.v7i1.27701> . Acesso em: 21 jan. 2024.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento* São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007

BRASIL. Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003. Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. 2003 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.779.htm . Acesso em: 31 jan. 2024.

BRASIL. Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d9759.htm . Acesso em: 31 jan. 2024.

BRASIL. Medida Provisória nº 908, de 28 de novembro de 2019, que Institui o Auxílio Emergencial Pecuniário para os pescadores profissionais artesanais inscritos e ativos no Registro Geral da Atividade Pesqueira, domiciliados nos Municípios afetados pelas manchas de óleo. 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/su-marios-de-proposicoes/mpv908> . Acesso em: 13 dez. 2023.

BRASIL. Decreto nº 10.950, de 27 de janeiro de 2022. Dispõe sobre o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional. 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/D10950.htm . Acesso em: 2 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. Portaria MPA nº 127, de 29 de agosto de 2023. Estabelece as normas, os critérios e os procedimentos administrativos para o Registro Geral da Atividade Pesqueira na categoria de Pescador e Pescadora Profissional, para a concessão da Licença de Pescador e Pescadora Profissional. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mpa-n-127-de-29-de-agosto-de-2023-506365296?authuser=0> . Acesso em: 29 nov. 2023.

BRUM, H. D.; et al. Brazil oil spill response: government inaction. *Science*, v. 367, n. 6474, p. 155-156, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1126/science.aba0369> Acesso em: 29 nov. 2023.

CARMO, Eduardo Hage. TEIXEIRA, Maria da Glória Lima Cruz. Desastres tecnológicos e emergências de saúde pública: o caso do derramamento de óleo no litoral do Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00234419> . Acesso em: 15 dez. 2023.

CPP. Conselho Pastoral dos Pescadores. Manifesto Campanha Mar de Luta: Justiça Social aos Povos das Águas. 2020. Disponível em: <https://www.cpp-nacional.org.br/publicacao/manifesto-campanha-mar-de-luta-justi%C3%A7a-social-aos-povos-das-%C3%A1guas> . Acesso em: 14 jan. 2024.

DÍAZ, Esther. A filosofia de Michel Foucault. São Paulo: Unesp, 2012.

EUZEBIO, Camilla Szerman; RANGEL, Giovanna da Silveira; MARQUES, Rejane Côrrea. Derramamento de petróleo e seus impactos no ambiente e na saúde humana. *Brazilian Journal of Environmental Sciences (RBCIAMB)*, Rio de Janeiro, n. 52, p. 79–98, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5327/Z2176-947820190472> . Acesso em: 26 dez. 2023.

FOUCAULT, Michel. Nascimento da biopolítica. Curso dado no Collège de France (1998-1979). 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2022.

FOUCAULT, Michel. Segurança, território e população. Curso dado no Collège de France (1977-1978). 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2023.

FREITAS, Priscylla Alves Nascimento et al. Derramamento de petróleo e responsabilização do Estado: desafios da pesca artesanal em Pernambuco. *SER Social*, v. 25, n. 53, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.26512/ser_social.v25i53.46248 Acesso em: 30 jan 2024.

GOFFMAN, Erving. Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GREENPEACE. Derramamento de petróleo no NE, maior crime ambiental brasileiro em extensão, completa 4 anos e comunidades ainda lutam por justiça. 2023. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/imprensa/derramamento-de-petroleo-no-ne-maior-crime-ambiental-brasileiro-em-extensao-completa-4-anos-e-comunidades-ainda-lutam-por-justica/> . Acesso em: 30 jan 2024.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Relatório Final - Incidente de Poluição por Óleo na Costa Brasileira. 2022. Disponível em: https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/fiscalizacao-e-protecao-ambiental/emergencias-ambientais/manchasdeoleo/arquivos/2023/20230118_Of_Ext_30_279_2020_CM_MMA_An_Incidente_Poluicao_Oleo_Relatorio_final.pdf . Acesso em: 31 jan. 2024.

IBAMA. Manchas de óleo no litoral Brasileiro. [relatório técnico] 2019. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/manchasdeoleo-fauna-atingida> . Acesso em: 29 nov. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – 2018. Microdados. Rio de Janeiro, s.d.

KNOX, Winifred; FERREIRA, José Gomes. Desastre ambiental e zonas de sacrifício: o derramamento de petróleo no nordeste do Brasil e políticas públicas de estado. Revista da Anpege, Goiás, p. 89-105, jan. 2023. Quadrimestral. Disponível em: <https://www.researchgate.net/journal/Revista-da-ANPEGE-1679-768X> . Acesso em: 22 mar. 2023.

LIPIETZ, Alain. O capital e seu espaço. São Paulo: Nobel, 1987.

LOURENÇO, Rafael André et al. Mysterious oil spill along Brazil's northeast and southeast seaboard (2019–2020): Trying to find answers and filling data gaps. Marine Pollution Bulletin, v. 156, p. 111219, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.marpolbul.2020.111219> . Acesso em: 29 nov. 2023.

MAGRIS, Rafael Almeida; GIARRIZZO, Tommaso. Mysterious oil spill in the Atlantic Ocean threatens marine biodiversity and local people in Brazil. Marine pollution bulletin, v. 153, p. 110961, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.marpolbul.2020.110961> . Acesso em: 29 nov. 2023.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MPA. Ministério da Pesca e Aquicultura. Brasil tem mais de 1 milhão de pescadores profissionais e 49% são mulheres. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/noticias/brasil-tem-maisde-1-milhao-de-pescadores-profissionais-e-49-sao-mulheres> . Acesso em: 28 nov. 2023.

OLIVEIRA, Olívia MC et al. Environmental disaster in the northeast coast of Brazil: Forensic geochemistry in the identification of the source of the oily material. *Marine Pollution Bulletin*, v. 160, p. 111597, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.marpolbul.2020.111597> . Acesso em: 29 nov. 2023.

PENA, Paulo Gilvane Lopes, et al. Derramamento de óleo bruto na costa brasileira em 2019: emergência em saúde pública em questão. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, p. e00231019, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00231019> . Acesso em: 7 dez. 2023.

PENA, Paulo Gilvane Lopes; GOMEZ, Carlos Minayo. Health of subsistence fishermen and challenges for Occupational Health Surveillance. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19, p. 4689-4698, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320141912.13162014> . Acesso em: 15 dez. 2024.

POGREBINSCHI, Thamy. Foucault, para além do poder disciplinar e do biopoder. *Lua Nova: Revista de cultura e política*, p. 179-201, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452004000300008> . Acesso em: 21 jan. 2024.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. “Ah, esse povo do mar!”: um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana. São Paulo: Editora Polis, 2006.

RIBEIRO, Luiz Carlos de Santana et al. Blue water turns black: economic impact of oil spill on tourism and fishing in Brazilian Northeast. *Current Issues in Tourism*, v. 24, n. 8, p. 1042-1047, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13683500.2020.1760222> . Acesso em: 29 nov. 2023.

ROCHA, Gilberto de Miranda. GONÇALVES, Sabrina Fortes e Silva. Considerações sobre a federalização e a gestão compartilhada do território na Amazônia brasileira. *Confins. Revista franco-brasileira de geografia* [Online], n. 30, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/confins.11665> . Acesso em: 26 dez. 2023.

FONTENELLE, Fabiana Ribeiro; SANT'ANA, Tercio Dal'Col. Análise do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo, em comparação com o panorama internacional. Monografia (Especialização em Engenharia de Campo), Universidade Federal do Espírito Santo. Espírito Santo, 2015. Disponível em: https://ambiental.ufes.br/sites/ambiental.ufes.br/files/field/anexo/analise_do_plano_nacional_de_contingencia_para_incidentes_-_fabiana_ribeiro_fontenelle_da_silva.pdf. Acesso em: 15 jan. 2025.

SENADO. Recursos do leilão do pré-sal serão divididos entre Petrobras e entes da Federação. 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/11/07/recursos-do-leilao-do-pre-sal-serao-divididos-entre-petrobras-e-entes-da-federacao#:~:text=At%C3%A9%2027%20de%20dezembro%20de,cerca%20de%20R%24%2034%20bilh%C3%B5es> . Acesso em: 30 jan. 2024.

SOARES, Marcelo Oliveira et al. The most extensive oil spill registered in tropical oceans (Brazil): the balance sheet of a disaster. *Environmental Science and Pollution Research*, v. 29, n. 13, p. 19869-19877, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11356-022-18710-4> . Acesso em: 29 nov. 2023.

SOARES, Marcelo Oliveira e RABELO, Emanuelle Fontenele. Severe ecological impacts caused by one of the worst orphan oil spills worldwide. *Marine Environmental Research*. v. 187, 105936. mai. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.marenvres.2023.105936> . Acesso em: 29 nov. 2023.

SOBRAL, Maria do Socorro Cecílio; OLIVEIRA, Sidney Medeiros. Análise dos conceitos de Poder Disciplinar e Biopoder em Foucault. *ID on line. Revista de psicologia*, v. 10, n. 29, p. 160-163, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/online.v10i1.392> . Acesso em: 31 jan. 2024.

SOUZA, Arivaldo Santos de. Racismo Institucional: para compreender o conceito. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S. l.], v. 1, n. 3, p. 77–88, 2011. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/275> . Acesso em: 22 fev. 2024.

TORRES, Rafael; GIANNELLA, Letícia. A Vulnerabilidade dos Pescadores Artesanais Brasileiros: uma análise sociodemográfica: *Revista Geonorte*, [S. l.], v. 11, n. 38, p. 162–185, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.21170/geonorte.2020.V.11.N.38.162.185> . Acesso em: 22 fev. 2024.

YAZBECK, André Constantino. 10 lições sobre Foucault. Petrópolis: Vozes, 2021.

ZACHARIAS, Daniel Constantino. et. al. Mysterious oil spill on Brazilian coast: Analysis and estimates. Marine Pollution Bulletin. v. 165, 112125. abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.marpolbul.2021.112125> . Acesso em: 29 nov. 2023.

CAPÍTULO 4

DISPOSITIVOS DE GOVERNAMENTALIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR: INQUIETAÇÕES SOBRE AS IDENTIDADES RURAIS

Filipe Ramos Pinheiro

INTRODUÇÃO

A emergência da construção da categoria socioprofissional agricultura familiar teve impactos objetivos e subjetivos na reprodução da vida social dos antes conhecidos como “pequeno produtor agrícola” ou “pequena propriedade produtiva”, tais impactos podem ser evidenciados a partir de racionalidades dos diversos atores sociais que participaram na constituição dessa nova categoria, entre estes, destaco os que estão engajados na formação de profissionais em consonância com os ideários referenciais para o novo quadro institucional, estrutura organizacional que se faz necessária ao projeto político de construção da categoria socioeconômica agricultor familiar (NEVES, 1998).

Portanto, antes de uma política pública ser efetivada como processo de diminuição de desigualdades sociais e aumento de qualidade de vida da categoria analítica, ela é um projeto político em que diversos atores são localizados, deslocados e outros emergem em busca dos mais variados interesses, desde coletivos e privados; é em este jogo estratégico de identidades e subjetividades que vemos surgir dispositivos de controle da população rural, cuja encenação é o artifício democrático. Nesses espaços “democráticos” se constroem dispositivos de regulamentação da atividade econômica aplicando-se a uma ampla variedade dos setores de atividades. Desses processos de disputa são elaborados mecanismos institucionais com normas, regras, convenções e padrões associados a aparatos técnicos de leis, certificados e instruções normativas que organizam a vida social delimitando suas fronteiras e formas que os atores sociais interagem e coordenam suas ações (NIEDERLE; RADOMSKY, 2017).

A crítica à racionalidade empregada na constituição de políticas públicas recai no conceito foucaultiano de governamentalidade, em uma forma de governo definida pelo filósofo francês como “deixar viver e não morrer”, que envolve mecanismos de poder nos quais o controle sob o corpo social, denominado de população, opera em função de uma política positiva na qual a expressão coletiva se torna uma fonte de ganhos econômicos. Portanto a problemática deste trabalho, retomando os trabalhos da segunda fase de Foucault sobre biopolítica, recai em: ‘Como opera o controle social dos sujeitos agrupados na noção/categoria da agricultura familiar compreendida a partir de uma analítica do poder denominada aqui de governamentalidade?’ Pois compreende-se, e é aqui que formulamos nossa hipótese, que as políticas públicas são dispositivos que buscam controlar a população sobre uma lógica de economia do poder, na qual a administração dos corpos disciplinados é o suporte principal da governamentalidade.

Este trabalho se delimita em reconstituir arqueogeneologicamente a institucionalização da categoria socioprofissional agricultura familiar que servirá de base para identificar os mecanismos de poder que controlam a gestão social da categoria analítica. O impulso para realizar o presente trabalho se dá a partir de problemáticas vivenciadas em extensão rural bem como no suporte a agricultores familiares a terem acesso a políticas públicas voltadas para categoria, tais como a saída dos filhos dos agricultores das propriedades para trabalhar em subempregos nas cidades, sistemas de produção especializados em uma cultura e problemas de comercialização por falta de infraestrutura em estradas, falta de transporte e pontos de venda seguros o que facilita a apropriação do trabalho do agricultor pelos atravessadores.

A GOVERNAMENTALIDADE

O método assumido por Foucault seria o de contornar o estudo de certos fenômenos antes que estudá-los no seu interior. Desta forma o autor propõe três exterioridades que justificariam o estudo da governamentalidade em vez do Estado. A primeira seria a exterioridade da instituição, descentrar a instituição e o poder que a ela tradicionalmente se confere; destarte, ao estudar o hospital

psiquiátrico, o que interessava a Foucault era analisar a ordem psiquiátrica na qual se articula “um projeto absolutamente global, que visa a toda a sociedade e que podemos chamar, grosso modo, de ‘higiene pública’” (FOUCAULT, p. 157, 1976) que funciona como dispositivo, como conjunto de técnicas visadas a educar, a dar assistência, a colocar na ordem do discurso a sociedade. A segunda seria passar pelo exterior em relação à função, isto desloca o estudo do sucesso ou não com o qual uma instituição atinge o objetivo da sua função para a analisar a estratégia e a tática empreendidas a partir de determinada instituição. E, por último, passar pelo exterior em relação ao objeto, isto é, tomar o objeto não como algo já dado, mas “o movimento pelo qual se constitui um campo de verdade com objetos e saberes”. Nestas três exterioridades se configura uma forma de tratamento analítico em relação ao Estado, que Foucault elabora diante da provocação de ter negligenciado esta instituição nos estudos sobre o poder.

A nova arte de governar, que se tornou aparente na metade do século XVIII, não visa maximizar o poder estatal. No curso da biopolítica na primeira aula de janeiro de 1979 Foucault não abordará propriamente esse tema, mas se debruça sobre as questões metodológicas que ele considera essenciais para compreender a forma em que o poder opera a partir de determinado momento. O traço principal das descobertas é que existe uma economia do poder na nova arte de governar, isto é, o poder deve saber até que ponto intervir na população e até onde deixar fazer aos indivíduos. É a partir do lugar do mercado que surge a prática do governo liberal. O mercado tenta criar uma naturalização das ações dos homens a partir da qual se legitima uma forma de comportamento, operando através de uma certa regulação das atividades humanas, entre a oferta e a demanda, de confiança, etc. O mercado é o espaço onde as coisas acontecem naturalmente e quando se deixam as coisas acontecer naturalmente surge uma recíproca, um ganho que é um certo equilíbrio da própria vida, do próprio resultado natural das coisas e do homem, surge o que vários economistas e fisiocratas descreviam como um preço equilibrado, um preço justo, um bom preço, destarte, o mercado é antes de tudo um espaço de justiça.

Avançando nas aulas do curso sobre biopolítica encontramos a aula do dia 31 de janeiro de 1979, onde Foucault aponta a uma questão de método importante para este trabalho. Em relação ao questionamento de seu análise deixar por fora uma teorização acerca do Estado, entendida tal teorização como os efeitos dos mecanismos estatais, ele responderá que justamente seu alvo são as práticas de governamentalidade que levam a uma estatização progressiva da vida dos sujeitos. Assim o Estado não é um ente transcendental, ele é o resultado de práticas, de uma série de ações que tem por fim último controlar a vida das populações. A partir dessa redefinição do que pode ser uma teoria do Estado, Foucault descreve o liberalismo contemporâneo ou, como se conhece de forma mais geral, o neoliberalismo. Das duas vertentes que inspira a arte de governo neoliberal o autor se interessará pela acontecida na Alemanha. O neoliberalismo alemão está inspirado numa ideia que é dar a responsabilidade ao Estado de administrar a liberdade e a responsabilidade dos cidadãos, mas também de assumir responsabilidade com objetivos sociais. De aí o papel destacado que terá a economia na constituição de legitimidade da governamentalidade, ela produz a soberania política, produz o direito público, produz uma adesão da população ao regime político do Estado. Aqui o papel da economia política no estatuto da biopolítica e do neoliberalismo é já conhecido nos análises de Foucault.

Foucault pensa uma forma de estudar o Estado passando pela exterioridade do mesmo. É focar o interesse em uma “tecnologia geral do poder”, isto é, a governamentalidade, por que o que se governa não é um Estado, um território ou uma estrutura política, o que está em jogo na governamentalidade é o governo das pessoas que se materializa em duas práticas: o poder pastoral e na forma da direção das almas. Assim, Foucault propõe uma nova noção de governo, que é o de governabilidade ou governamentalidade, como jogos de poder em seu exercício efetivo: imanente, variável, múltiplo e reversível. E é neste jogo que os indivíduos se produzem. Foucault rompe, por um lado, com a análise formal da representação jurídica-institucional e, por outro, com uma concepção substantiva do homem ou de sujeito. Os sujeitos são o produto das relações de poder. Eles se produzem em sua liberdade em relações móveis, reversíveis e agonísticas ou se assujeitam. Mais que sujeição, uma subjetividade assujeitada é aquela que se produz em conformidade aos dispositivos de poder.” (TÓTORA, 2014, pág. 72).

DISPOSITIVOS QUE OPERAM EM FUNÇÃO DAS IDENTIDADES DA AGRICULTURA FAMILIAR

Nos rastros arqueológicos, algumas peças bibliográficas têm sido difíceis de recuperar, toda vez que trata-se de uma literatura dos anos 1980 e 1990 que não foi digitalizada e recuperada nos territórios virtuais. Contudo, nas pesquisas realizadas mapeando os dispositivos da governabilidade que articulam a agricultura familiar, alguns achados merecem destaque. Falamos de leis, políticas públicas e documentos de pesquisa de órgãos internacionais e nacionais especializados no desenvolvimento rural, um tema de vital importância para o próprio surgimento e invenção da questão aqui pesquisada.

Entre os documentos legais recuperamos o Estatuto da Terra (LEI Nº 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964), as discussões sobre a Lei Agrícola (LEI Nº 8.171, DE 17 DE JANEIRO DE 1991) a partir da nova Constituição Política de 1988, antecessores importantes do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar -PRONAF. Denominamos estes elementos que conformam nosso arquivo arqueogenealógico de dispositivos legais. Complementar a este dispositivo, identificamos o dispositivo científico, consistente em documentos ou estudos cuja função foi orientar o exercício do poder conforme a relação já estabelecida por Foucault com o saber; constituindo este dispositivo achamos o trabalho realizado pelo INCRA e publicado em parceria com a FAO em 1994, o qual orientou em boa medida as discussões institucionais da agricultura familiar, denominado “Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável”.

Dispositivos legais

Como tem sido apontado pelas reflexões elaboradas até agora, os dispositivos oferecem ao poder uma sutil forma de operar, criando assim uma naturalização e legitimação das ações pelas quais a população é levada a se comportar e desejar dentro da sociedade. Entre a gama de dispositivos que podem ser visitados em função da construção das identidades da agricultura familiar mencionamos aqui alguns programas. O mais importante destes seja

o Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, pois não só articula diferentes subprogramas que permitem aos sujeitos do campo ter acesso aos recursos do Estado, senão que ao tempo que articula, o Programa exerce a função de classificar e limitar. Ao nosso ver, a dita classificação está organizada em três categorias: a primeira, que chamaremos aqui de organizativa econômica, a segunda de política identitária e a terceira de ambiental. Na organizativa econômica se localizam os pronaf's Custeio, Agroindústria, Mais Alimentos, Microcrédito e Custas-Parte; já na segunda classificação, a política identitária, encontramos os subprogramas Pronaf Mulher e Jovem, e, finalmente, na categoria ambiental aparecem o Pronaf ABC+ Agroecologia e o ABC+Bioeconomia.

Para entender de forma mais precisa as implicações governamentais dos subprogramas do Pronaf é necessário remetermos aos fundamentos ou intencionalidades desta política. Sendo assim, referimo-nos ao trabalho de Carneiro (1997) sobre a agricultura familiar. Segundo a professora do destacado programa CPDA da UFRRJ, o Pronaf é um programa importado da política agrária francesa, na qual,

Assim como na Europa, o padrão de organização da produção privilegiado pelo Pronaf e a sua função social no desenvolvimento econômico do país estão sustentados, implicitamente, nas noções de produtividade e na rentabilidade crescentes, o que resultaria, segundo os formuladores desse programa, em uma contribuição do setor para a

competitividade da economia nacional e, em consequência, na melhoria da qualidade de vida da população rural (idem: 15). Na França, a “revolução agrícola” se realizou com o esforço de vários setores da sociedade interessados em transformar o campesinato –a base social histórica da agricultura francesa– em um setor produtivo dinâmico, ao mesmo tempo produtor e consumidor. (CARNEIRO, 1997, págs. 70-71).

Parece uma obviedade muito rasa dizer que o Brasil não é a França, que não tem um processo de desenvolvimento histórico similar ao país europeu e todas as consequências que desta obviedade possam ser desdobradas. Ao voltar sobre o óbvio, algumas coisas precisam ser mencionadas antes de entrar em uma análise da governamentalidade, mas que de qualquer forma reforçam

a crítica aqui levantada. De início, mencionemos a Política Agrícola Comum -PAC, presente no Estado francês que coloca a agricultura familiar como parte de um patrimônio cultural da nação a ser preservado, ação que é facilitada pelo lugar que ocupa o país no mundo desenvolvido e o papel da própria produção agropecuária, a qual nem carrega o fardo de ser responsável pela segurança alimentar da população, como acontece com a agricultura familiar, nem com o peso de ter que se confrontar, em termos da legitimidade social e da visibilidade estatal, com o agronegócio, cuja narrativa insistentemente é associada ao crescimento do PIB.

Muito pelo contrário a esse lugar que ocupa a agricultura familiar na França, no Brasil, primeiro, a agricultura familiar envolve um variado número de sujeito que vão desde o camponês até as comunidades extractivas da floresta, e são esta variedade de sujeitos que se encontram à margem de um Estado, cuja Constituição Política o proclama como de Direito, mas que na prática coloca estes sujeitos em um entramado de precarizações cidadãs.

Segundo, é ignorando este entramado que os diferentes subprogramas do Pronaf articulam uma série de estratégias que visam, como no caso francês, “modernizar” a agricultura familiar a partir de uma narrativa vinculada à produtividade e rentabilidade; a partir desta intencionalidade promovemos uma tentativa de questionar tal construção de identidade que a agricultura familiar exerce sobre as diferentes comunidades e indivíduos, pois ao homogeneizar diferentes grupos sociais na categoria de “agricultura familiar” se tende a invisibilizar ou sobejar diferenças estruturais transnacionais e nacionais.

Uma terceira crítica pode ser levantada a este dispositivo governamental. Trata-se da incorporação de setores que na gramática estatal governamental aparecem sempre como “esquecidos” ou “negligenciados”, local que não deixa de ser curioso, toda vez que aparecem diante da sociedade como sendo necessário do poder estatal e não como que sua situação obedece precisamente pelo lugar no qual são colocados.

Desta forma, controlando a migração, especialmente de jovens, por meio de políticas de produção agropecuária, o poder controla o desejo de libertação em troca da sobrevivência dos corpos. A nosso ver, isto gera um problema po-

lítico, toda vez que o desejo de libertação e de consumo ficam latentes e se não realizados criam uma frustração social que logo é capturada e veiculada por perigosas ideologias, como aconteceu recentemente no país.

Finalmente, uma quarta crítica obedece, curiosamente, a um fato denunciado insistentemente por setores do movimento agroecológico. Falamos aqui da capitalização do ambientalismo presentes no Pronaf ABC+ Agroecologia e o ABC+Bioeconomia. Lembre-se que tais subprogramas têm como finalidade a produtividade e rentabilidade o qual coloca em todo um entramado econômico as estratégias de reduzir o impacto do ser humano nos ecossistemas, fazendo dos produtos ecológicos mercadorias verdes demandadas por um capitalismo sustentável. Embora para muitos setores pareça pertinente esta mercantilização daquilo que inicialmente se formulou como uma crítica ambiental ao capitalismo, especialmente com a denominada segunda contradição do capital, uma leitura crítica aponta a invisibilização de alternativas no tratamento da questão ambiental, no caso brasileiro, é atribuído ao agricultor familiar, o qual ocupa apenas 30% do território agrícola, a responsabilidade de preservação ambiental, mascarando as consequências danosas que o agronegócio faz ao meio ambiente, destinado assim uma massa de reserva ambiental, protegida, que garantirá acesso a recursos no momento da sua escassez. Además, poderia ser atrelada à discussão do decrescimento e assim tensionar ainda mais a relação com os setores dominantes da sociedade, mas a opção pela mercantilização parece reafirmar a crítica levantada por alguns autores quando questionam a implementação de instrumentos e políticas voltadas à produção orgânica no país:

De outro lado, há uma compreensão crítica a respeito dos constrangimentos e iniquidades que esses dispositivos produzem e naturalizam. O sistema global de certificações é uma construção social e sua história mostra que países e atores privilegiados tiveram mais poder para constituir normas e formatos de controle, inclusive instituindo a “ciência” (moderna e ocidental) como princípio

legitimador dos valores e interesses que os dispositivos incorporam (Appleton, 2001; Fonseca, 2005). Países como o Brasil não constituíram as normas para os alimentos orgânicos (e a respectiva política de certificações) sem que tivessem sido firmados acordos internacionais, e foi, inicialmente, por pressão externa que o país articulou esforços para a regulação deste mercado (NIEDERLE; RADOMSKY, 2017; pp. 245-246)

Assim, é esta pressão externa que sofre o Brasil na hora de desenhar as políticas públicas vinculadas à agricultura familiar que instiga nossa reflexão sobre o tema, pois a nosso ver tais políticas não podem ser dissociadas de uma nova ordem mundial anunciada por Foucault nos estudos da governamentalidade e evidenciadas por Negri e Hard como uma transformação do imperialismo para o Império.

Dispositivos científicos: Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável

O processo de constituição da agricultura familiar a partir de um diverso grupo de atores e sujeitos do campo corresponde ao processo de construção da população a partir do povo, que Foucault descreve em seus trabalhos. Do que se trata é de aplicar técnicas de poder que levam a uma homogeneização, classificação e quantificação dos indivíduos e que permite ao Estado exercer o poder de forma mais eficiente, isto é, uma economia do poder, dominação, produto de uma racionalidade do mesmo gênero que o saber científico proporciona.

A estratégia de desenvolvimento para o meio rural elaborada pelo Banco Mundial tem centralidade no planejamento familiar. Seu problema é a economia de subsistência, que atribui a falta de capital para produção, força de trabalho, trabalhadores qualificados e práticas de produção atrasadas, falta de organização comunitária e infraestrutura física insuficiente, principalmente nas estradas, e a solução é aumentar a produção com tecnologia e insumos agrícolas.

É igualmente interessante a observação de Veiga (1991) de que foi a forma de produção agrícola familiar que possibilitou o sucesso econômico em todos os países capitalistas centrais e alguns periféricos, sendo que, estes países se lançaram em defesa da agricultura familiar porque precisavam garantir comida farta e barata para uma crescente população urbana, e somente a agricultura familiar aceita produzir em troca de uma renda corrente inferior aos salários urbanos.

No caso da agricultura familiar, a relação saber-poder se materializou pela pesquisa denominada “Diretrizes de política agrária e desenvolvimento

sustentável” desenvolvida pela FAO e o INCRA. Inicialmente, o estudo executou uma distinção dos produtores separando o que foi denominado como agricultura patronal e de outro a agricultura familiar. Esta separação é importante, pois é a criação de uma divisão que permitirá planejar ações, definir orçamentos, promover atividades, enfim, estimular formas de vida correspondentes a cada divisão; a sua vez, a agricultura familiar sofre uma classificação interna que criou identidades, no mínimo, estranhas aos produtores rurais periféricos, em transição e consolidados. Fazendo uso da racionalidade econômica,

Os diferentes grupos foram construídos a partir de critérios de renda (salário mínimo), diferenciando-os conforme a capacidade de reprodução do capital. O grupo dos periféricos foi composto por propriedades agrícolas (unidades familiares) que gerariam uma renda inferior ao patamar de reprodução simples (sugerindo a proletarização futura deste grupo); o grupo de transição geraria uma renda no âmbito da reprodução simples ou um pouco acima, apresentando potencialidade de crescimento econômico, a depender das políticas públicas empregadas, podendo inclusive alcançar o grupo seguinte; o grupo dos consolidados, com renda que lhes permite a reprodução ampliada, poderia sustentar seu próprio desenvolvimento sem necessidade de apoio público, inclusive incorporando terra e mão de obra dos grupos anteriores. (BELEM, 2019, p. 73-74).

A exemplo do então grupo consolidado, o Pronaf em seus anos iniciais, manteve uma concentração de contratos e de recursos nos agricultores familiares mais capitalizados, produtores de commodities (principalmente milho, soja e café) e localizados na região Sul, Sudeste e Centro-Oeste, reforçando o seu forte viés produtivista. Ou seja, o programa voltado especificamente para a agricultura familiar, foi o potencializador do que hoje conhecemos como agronegócio.

A nível acadêmico, na constituição do dispositivo científico, a agricultura familiar ganhou novas faces em contraponto a identificação do campesinato, como já discutido. Carneiro (1999), de modo semelhante, vê como agricultura familiar uma unidade de produção em que estejam intimamente relacionados: trabalho, terra e família. E Wanderley (2001) entende por agricultura familiar,

aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo, havendo, desta forma, uma estrutura produtiva que associa-se à família-produção-trabalho.

Wanderley (2001) comenta que é bem verdade que a agricultura do século XXI assume uma racionalidade moderna, na qual o agricultor se profissionaliza e o mundo rural perde seus contornos de sociedade parcial e se integra plenamente à sociedade nacional. Oliveira (1991) entende a produção agrícola primeiro e fundamentalmente no consumo do produtor, do camponês, como meio de subsistência imediato, e outra parte, o excedente, é comercializada sob a forma de mercadoria, com o dinheiro que se obtém através da venda de uma mercadoria vai ser consumida pela compra de outra mercadoria, em geral o comprador não produz, dando-se desse modo na produção camponesa a satisfação das necessidades.

A partir da conceituação e operacionalização do meio rural, surgem as classificações que dão suportes a tais conceitos distribuídos em renda, quantidade de trabalhadores contratados, mão de obra familiar, tamanho da propriedade. Deste modo pode averiguar o grau de diferenciação interna do segmento como já apontado.

Tal racionalização obedece à demanda governamental que estimula a produção de riqueza por parte da população no intuito de criar uma política de controle incorporada pelos próprios indivíduos - pense-se na necessidade de cumprir os requisitos para aceder aos créditos, o planejamento e execução da produção agropecuária, uma produção sujeita às incertezas do clima, do mercado, da economia, etc, e ainda na obrigação de cumprir com o pagamento dos empréstimos, a inadimplência pode acarretar penhora da propriedade em favor de produtores rurais consolidados. Pense-se também na contenção da migração das famílias camponesas, dos jovens rurais. Além disso, o deslocamento da força de trabalho, seja explorando, colonizando o território nacional, num contexto da demanda do desenvolvimento à maneira da revolução verde, e posteriormente a produção de toda uma mercadoria verde impulsionada por tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário. Pensar esses benefícios desde um ponto de vista policial seria uma análise pelo menos

incompleta, toda vez que como bem lembra Foucault, o poder produz, daí que precisamos destacar que adicionalmente este dispositivo científico cria as condições de possibilidade que prende os indivíduos a um processo de produção inacabado de geração de riqueza para o Estado, tudo com a maior racionalização econômica para o mesmo.

RECONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DOS DISPOSITIVOS LEGAIS: IDENTIFICANDO A TECNOLOGIAS DE PODER

O tipo de governamentalidade neoliberal, que nessa nova fase de racionalidade de governo evolui para que o Estado institucionalize as leis naturais do mercado como princípios de verdade, e é materializado na constituição de uma política pública. A máxima que todo indivíduo deve produzir algo, é revelado quando o Estado elabora uma política pública para determinado grupo “econômico”, antecipando ao mercado ou sociedade civil o que se pretende com a política. Sendo uma política pública voltada para as mulheres, jovens, agricultores, catadores de lixo ou até mesmo presidiários, tem como função final fazer produzir. No máximo, dentro do ordenamento jurídico das Leis, a política pública solucionará eventual problema que possa impedir o indivíduo de produzir e ter o discurso que está melhorando a “qualidade de vida” do trabalhador, problema que a racionalidade de governar o Estado, mesmo causou. Sendo “beneficiário” da política pública, o agrupamento social assina um acordo tácito com o Estado de contrato de trabalho, em que em contrapartida o Estado deveria dar toda a estrutura necessária para que se realize a produção e enriqueça o Estado. Não o fazendo, temos trabalhadores explorados com péssimas condições de trabalho, e sem direitos trabalhistas. Ainda instrui o indivíduo de como ser um empresário, produzindo o suficiente para suprir as ausências do Estado.

Nesse sentido, Vaccaro (2014, pág. 50) destaca uma relação entre o indivíduo assujeitado e a governamentalidade: “O modelo ideológico do empreendedor, em seguida denominado self-made-man, tipifica uma dinâmica de ascensão social que se torna um dos pontos nodais da pretensão de representação no interior da classe política dominante, com o qual se rompe a fixidez de

acesso devido ao sangue aristocrático como signo distintivo e singular, desvinculado de qualquer obra meritória...”

Nos debruçando ainda mais sobre as os dispositivos legais, observamos temas que se repetem e estabelecem relações entre si, o que muda, são os significados de cada tema a depender do contexto histórico e interesse governamental. Esses temas a muito se assemelham a formas de reprodução social do corpo social em questão e que também permite o capital se reproduzir no campo. Apontamos aqui cinco temas que se repetem de formas distintas nas duas políticas, e que se pode perceber as técnicas de poder. Os temas são: Saber, transferência de conhecimento e tecnologia; Processo organizativo; Capital, política de crédito e fundiário; Deslocamento de pessoas e coisas; Estrutura

É importante ressaltar que dentro de cada tema proposto, que nos auxiliaram no entendimento das tecnologias de poder, se encontram intersecções dos demais temas, sendo assim no tema Deslocamento, pode haver regimes discursivos atrelados ao Processo Organizativo e saber, por exemplo. A seguir, vamos aprofundar cada tema proposto, abordando o conceito que possibilitou a classificação.

Saber - Transferência de Conhecimento e Tecnologia

Sobre o Saber, me refiro à produção de conhecimento, seja ele científico, empírico ou cultural. Outras palavras, conhecimento apreendido por meio da razão e/ou experiência ou através de processos coletivos. Por meio de procedimentos científicos a governamentalidade opera, é a base de racionalidade de normalidade e conduta de suas ações, é a arte de governar. No seio da sociedade civil, que é produto do próprio Estado, onde leis naturais agem sobre os acontecimentos das populações e sobre a economia, cabe ao Estado obedecer tal ordenamento natural da sociedade regulando os indivíduos para que não prejudiquem o bem-estar coletivo. Como, portanto, administrar uma população dotada de liberdades e leis naturais, como incidir sobre esse mundo “natural” para atingir bons índices de desenvolvimento econômico? O saber, e o controle sobre o conhecimento, é necessário para se ter poder, capaz de criar indivíduos governáveis.

No que tange o nosso estudo sobre o agrupamento populacional específico, agricultura familiar, encontramos nos dispositivos legais, do Estatuto da Terra de 64 e na política agrícola de 91, tecnologias de poder - saber. Administrar que tipo de conhecimento é necessário para se produzir, direciona os agricultores a um tipo específico de identidade, seja ela totalizante e homogeneizante. Escamoteia a diversidade de saberes, de cultura e de linguagem produzida localmente que alicerça produções de identidades plurais e ricas em significados.

A partir do conceito de Saber e as derivações desenvolvidas até aqui, identificamos no Estatuto da Terra no seu Título III, Capítulo III, 4 seções sobre o tema Saber e a transferência de tecnologia e conhecimento, são os seguintes enunciados:

- Seção I - Assistência Técnica
- Seção II - Distribuição e Produção de Sementes e Mudas
- Seção III - Criação, Venda, Distribuição de Reprodutores e uso da Inseminação Artificial Seção IV - Mecanização Agrícola

Na seção I, sobre assistência técnica, destaco o parágrafo 4 da linha C que diz: “a criação do espírito empresarial e a formação adequada em economia doméstica, indispensável à gerência dos pequenos estabelecimentos rurais e à administração da própria vida familiar”; Assim, espírito empresarial e formação em economia doméstica, abre as condições para que os sujeitos possam se constituir imersos em determinadas práticas discursivas. Por outro lado, identificamos na Lei uma dimensão educativa, verticalizada, que abrange todas as etapas do processo produtivo e reprodutivo homem/trabalho/natureza, partindo de uma nova racionalização de compreensão do campo, seguido das especificidades dos insumos, orientando sobre como se organizar e indicando de onde se deve vender. Ou seja, educação necessária para que a política traga resultados de desenvolvimento econômico.

Na política agrícola de 91, na mesma seção de assistência técnica, há uma mudança no modelo discursivo da Lei, concomitante ao papel educativo da assistência, é ampliado para uma noção, transitória, participativa do agricultor, como agente formulador de ações junto a demais atores, culminando numa

dimensão de visibilidade, adquirida após a constituição política da categoria socioprofissional agricultura familiar. Exemplificamos a seguir: “estimular e apoiar a participação e a organização da população rural, respeitando a organização da unidade familiar bem como as entidades de representação dos produtores rurais” (Política Agrícola 91, Artº 17, II).

Capital - Políticas de crédito agrícola

As transformações de crises de identidade por parte do agricultor são reforçados através de dispositivos legais de forma bastante sutil. Gerir através da política pública o nível de autoconfiança/autonomia do indivíduo é parte essencial na gestão do mesmo. O dinheiro é um fator tangível que reverbera de maneira psicológica no nível de autoconfiança e autonomia, pois são atributos do capital: credibilidade, segurança, estabilidade e confiança/poder, se o indivíduo não o tem, esses atributos do capital reverbera no fator psicológico negativamente, pois se esse acesso é assegurado de forma contínua garante segurança e estabilidade ao agricultor de poder arriscar e desenvolver novas alternativas de reprodução de sua família. Gerir a forma de acesso a recursos ditos escassos é parte essencial na governamentalidade. Por isso, as políticas de crédito de “incentivo” à produção agrícola, que aqui chamamos de organizativa econômica, influi diretamente na política identitária.

O Estatuto da Terra traz pouca contribuição no que tange políticas de crédito, sobretudo com relação ao custeio de atividades agropecuárias, a única possibilidade de crédito mencionada no Art. 81 é a seguinte:

Para aquisição de terra destinada a seu trabalho e de sua família, o trabalhador rural terá direito a um empréstimo correspondente ao valor do salário-mínimo anual da região, pelo Fundo Nacional de Reforma Agrária, no prazo de vinte anos, ao juro de seis por cento ao ano. (Estatuto da Terra,. 1964).

Notadamente, se observa um valor baixo de empréstimo para aquisição de terras, o que obriga ao trabalhador rural a ter acesso às terras menores, desestruturadas e de solo pouco produtivo, o que dificulta no pagamento dos altos juros. Ao mesmo tempo, o Estado prever a retirada dos trabalhadores rurais de minifúndios e latifúndios, que já tem tensões por reforma agrária, realocando-os em terras incorporadas ao patrimônio público, reunindo-as em núcleos

agrícolas ou agro-industriais, ou seja, os trabalhadores ficaram longe de onde constituíram suas vidas, amontoados em núcleos cujas terras tenham pouca produtividade e com uma dívida a ser paga ao Estado, que se posiciona como uma grande salvador do camponês, dando acesso a uma terra própria, e garantindo uma estabilidade social sobre territórios de tensões por reforma agrária.

Além de impossibilitar qualquer liberdade de escolha ao camponês sobre o futuro local de moradias, de forma impositiva o posiciona frente a grandes centros urbanos para atender ao seu mercado e melhor supervisionar e disciplinar a atividade produtiva. Ainda enfatiza no dispositivo IV do artigo, que seja alocado em áreas de colonização estrangeira, com o pretexto de facilitar a interculturação, o que destrói o modo de vida camponês, posiciona o estrangeiro como agente disciplinador de boas práticas e uma identidade a ser seguida. Portanto, o agricultor sem o capital que o possibilita ter credibilidade, segurança, estabilidade e confiança/poder e o desterritorializado, o que facilita a manipulação do camponês a nível individual como foco de forças, o tornando sujeitos úteis e dóceis ao mesmo tempo.

Já a Política Agrícola, implementada a partir de 1991, tem sua estrutura de crédito ampliada favorecendo a cadeia produtiva, conforme o “artigo 48, inciso I: estimular os investimentos rurais para produção, extrativismo não predatório, armazenamento, beneficiamento e instalação de agroindústria, sendo esta quando realizada por produtor rural ou suas formas associativas”.

Favorece, também, a empreendimentos familiares especializados e totalmente integrados ao mercado, possuidores das tecnologias do saber apontados no tema Saber, certificados e instrumentalizados em comercializar os insumos agrícolas, tais como:

- I - produção de mudas ou sementes básicas, fiscalizadas ou certificadas;
- II - produção de sêmen para inseminação artificial e embriões;
- III - atividades de pesca artesanal e aquicultura para fins comerciais;
- IV - atividades florestais e pesqueiras.

O tema Capital é abordado no Estatuto da Terra em 4 enunciados: Financiamento da reforma agrária; Tributação da Terra; Assistência Creditícia; Seguro Agrícola. Já a política de 91 tem os seguintes enunciados: Crédito Rural;

Crédito Fundiário (Vetado); Seguro agrícola; Garantia da Atividade Agropecuária; Tributação e Incentivo Fiscais (Vetado); Fundo Nacional de Desenvolvimento Rural. O Estatuto da terra tem como objetivos a regularização fundiária e reforma agrária, abrangendo na respectiva Lei, todo o conjunto de normas para que o Estado executa e busque formas de financiamento, o contexto social que permitiu esse Estatuto ser alvo de importância para o Estado, já foi abordado no primeiro capítulo. Em 1991, a reforma agrária já não é de interesse do Estado, tanto que foram vetadas tributação e incentivos fiscais, o interesse latente perpassa por organização e circulação de mercadorias e o crédito rural, na sua ampliação, contempla a esses objetivos emergentes.

Deslocamento: De Pessoas e Coisas

Se entende por deslocamento, para fins desta arqueogenealogia, o ato ou o efeito do deslocamento que seja física, simbólica ou conceitual. No nosso estudo, destacamos a circulação física de pessoas para fins de reforma agrária ou a troca da posse da terra, por outro lado, se destaca também a circulação física de bens.

Encontramos nos enunciados de 64 - Terras públicas e particulares; Objeto e meios de acesso a propriedade rural; distribuição de terras; colonização; ocupante de terras públicas; disposições gerais e transitórias.

Neste Estatuto vão se estabelecer as normas e procedimentos de distribuição de terras públicas e particulares para fins de reforma agrária, perfil necessário, identitário, para que se tenha o direito a acessar as terras e estratégias de colonização integradas com as demandas do mercado, deslocando camponeses de regiões de tensão por terra e exploração, para núcleos agrícolas ou agro industriais perto de grandes centros econômicos. Como exemplifica no “artigo 56, inciso II da Lei: próximas a grandes centros urbanos e de mercados de fácil acesso, tendo em vista os problemas de abastecimento (Estatuto da Terra, 1964)”.

O deslocamento geográfico da população campesina pela execução da reforma agrária, só é permitida aos camponeses que se adequam a racionalização exigida, incorpore as leis econômicas e dela pautem suas ações, incorporando uma identidade homogeneizante de mercado, ou *homo economicus* como adestra a própria economia política.

Processos organizativos

Dos processos organizativos, os dois dispositivos legais articulam sobre formas de organização institucional do Estado e das populações. No Estado se estabelece acordos e convênios, órgãos reguladores, zoneamento, planejamento agrícola, industrialização e beneficiamentos. Da organização das populações se identificam regras de arrendamento, tipos de parcerias a serem firmadas, e forma de organização coletiva a partir do associativismo e cooperativismo.

Estrutural

Do Ponto de vista estrutural se identifica a execução de grandes obras para dar suporte à produção, com eletrificação, construção de açudes, financiamento de irrigação e habitação, de grande medida com financiamento de capital estrangeiro destinado a regiões estratégicas de produtivas, as quais facilitam a escoar as mercadorias a grandes centros e a sua exportação, seguindo o fluxo da cadeia produtiva pré determinada pelo mercado.

A padronização do que o Estado racionaliza como prioridades estruturais fogem das realidades e necessidades do campo, problemas de saneamento no meio rural, tecnologias alternativas sobre o lixo, acesso à saúde e educação, não fazem parte do conjunto de políticas relacionados a estrutura, o que se configura é atender as exigências do mercado em regiões prioritárias, alheias ao desenvolvimento, autonomia e qualidade de vida no campo.

NOVAS IDENTIDADES, NOVO CONCEITO, O QUE É AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL?

Conforme se compreende, a reconstituição da agricultura familiar é expressão decorrente de um episódio histórico específico (o Mercosul) e das ações políticas resultantes daquele fato. Apenas posteriormente AF foi beneficiada por alguma legitimidade acadêmica, quando cientistas sociais propuseram, por ângulos diversos, trazer alguma sustentação científica a esta expressão.

Ao buscarmos na literatura as contribuições para a delimitação conceitual da agricultura familiar, encontramos diversas vertentes, dentre as quais destacamos duas: uma que considera que a moderna agricultura familiar é uma nova categoria, gerada no bojo das transformações experimentadas pelas so-

ciedades capitalistas desenvolvidas. E outra que defende ser a agricultura familiar brasileira um conceito em evolução, com significativas raízes históricas (ALTAFIN). Nenhuma delas abarca uma terceira via possível que o conceito de agricultura familiar como uma construção discursiva evolutiva ao longo de diferentes contextos históricos operados pela economia política de diferentes instituições estrangeiras e nacionais, é o que buscamos mostrar e analisar.

Assim, vamos analisar o que o Estado reconhece como AF, institucionalizado pela Lei 11.326/2006 (BRASIL, 2006). Através do artigo 3 da referida lei tem-se: Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011)
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família

Como já comentado anteriormente, estudos da FAO/INCRA sistematizaram o que viria a ser agricultura familiar e deu suporte à definição estabelecida pela Lei. Na realidade, essa definição não contempla a diversidade de atividades agrícolas e não agrícolas, lógicas internas, cultura e regimes de representações. Normalmente se usam alguns critérios de estudos sobre a agricultura familiar: grau de utilização da mão de obra, a renda do agricultor, a subsistência, regras de herança, relação com os recursos naturais, cultura e tamanho da propriedade.

É de se esperar que todos esses critérios obedecem a códigos de conduta diferentes por regiões, com novas prioridades e significados tendo o próprio tamanho da terra dinâmicas objetivas a partir do contexto social, natural e econômico, a exemplo de um colono na Transamazônica com uma área de diversificada de 300 ha e que conta com culturas anuais, perenes e pecuária, cedendo uma área de cacau para um meeiro e contratando serviço de empreitada para derrubada no sistema de roça (SCHMITZ, 2007: 22). Esse caso específico

é classificado dentro das normas brasileiras como atividade patronal, pela sua complexidade de ações e estruturas usadas, ao mesmo tempo a atividade patronal é caracterizada em grande medida por um tipo único de exploração econômica, como o monocultivo, o que na Lei não atende as representações de produção econômica e social existentes.

Por outro lado, o terceiro tópico de definição da agricultura familiar, não contempla as diversas formas de pluriatividade existentes no meio rural, em que o aumento da renda familiar pode ter origens distintas como serviço de costura, pedreiro, comércio urbano, trabalho em fábricas, oficina mecânica, transporte passageiros e mercadorias ou servidor público, somente para relatar algumas, em que o lugar de reprodução de suas vidas continua sendo o meio rural, agora com este viés, destinado a outras subjetividades. Essas potencialidades de atividades pluriativas, sendo estimuladas, podem fornecer vilas rurais organizativas e autônomas, com fluxo de mercadoria e pessoas sendo consumidas localmente, em que a política pública não contempla nas suas políticas de crédito, ao agricultor não enquadrado nessa categoria, ou neste tópico, não pode ser beneficiário, o que estimula as desigualdades.

Com relação à mão de obra familiar, a Lei passou por modificações, e compreende que a quantidade de trabalhadores voluntários não ultrapasse o tamanho da família. Essa definição não abrange as especificidades de reprodução a nível familiar, tanto em consideração a idade dos filhos, sendo esses pequenos demais para o trabalho, ou em fase de constituição de um novo lar. O período intermediário, também pode ter defasagem com relação a mão de obra, como exemplo necessidade de estudos nas cidades. O que força ao gestor da propriedade a contratação de mão de obra, para atender às grandes demandas de um trabalho no campo. Vale ressaltar que, como característica do trabalho familiar, o estímulo à atividade produtiva depende de atender as necessidades da família, sendo saciadas necessidades básicas, a família se empenha em satisfazer outras relações de reprodução, herança, cultura e lazer por exemplo.

Por último, cabe desarticular o item IV da referida Lei, pois como abordamos nos dispositivos legais a tecnologia de poder processos organizativos, desestimula processos organizativos espontâneos articulados com outros sujeitos, seja

ele pessoa física, jurídica, comunitária ou institucional, para fins de produção, comercialização, beneficiamento, conservação ambiental, turismo e etc.

Definição semelhante a essa de 2006 ocorre no Estatuto da Terra de 1964, em que se define propriedade familiar: o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros. Essas duas definições históricas vem a consolidar dinâmicas já conhecidas do campesinato como vemos na afirmação:

No Brasil, os camponeses, de uma maneira ou de outra, tiveram que abrir um caminho entre as dificuldades que encontravam, tais como: submeter-se à grande propriedade ou isolar-se em áreas mais distantes; depender exclusivamente dos insuficientes resultados do trabalho no sítio ou complementar a renda trabalhando no eito de propriedades alheias; migrar temporária ou definitivamente (WANDERLEY, 2001).

Se destaca, que mesmo com a visibilidade agora atingida pela agricultura familiar no contexto Brasileiro, pouco mudou a trajetória e as realidades do campo desde sua primeira formulação em 64. O que mudou foi o depósito de novos papéis a serem executados e internalizados pelo camponês, a partir de 2006 fica reconhecido como uma categoria profissional, totalmente integralizada com o mercado, a subsistência vista como única característica permanente, às vezes visto como resiliência, outras vezes ressignificadas no conceito de segurança alimentar. Outros papéis também emergem, como a função de guardiões da paisagem e conservadores da biodiversidade.

CONCLUSÃO

Este trabalho buscou evidenciar as dinâmicas de assujeitamentos impostos à agricultura familiar através de dispositivos de governamentalidade. Como procuramos demonstrar, externalidades de âmbito mundial, influenciam as políticas públicas do Estado brasileiro com a chamada economia do poder. A formação do campesinato brasileiro sempre foi invisibilizado, à

margem dos grandes ciclos econômicos, mas que, ao mesmo tempo, desempenhava papel importante na estrutura econômica, abastecendo o mercado interno desde o Brasil colônia. O papel de destaque que a agricultura familiar vem desempenhando nos últimos anos não é por acaso, desde elemento-chave no combate à fome até responsável em defender a agrobiodiversidade. Esses dois discursos escamoteiam tecnologias de poder e controle das populações para atender aos interesses do capital, para tanto precisa produzir novas identidades homogeneizantes, processos, práticas e saberes produzidos da racionalidade de governo.

A partir da arqueogenealogia proposta e das tecnologias de poder apresentadas as reflexões trazem outros direcionamentos. A economia do poder incide diretamente nas identidades, é elemento chave de dominação, que faz a população trabalhar em favor do capital. Essas tecnologias do poder são as dimensões onde as populações reproduzem suas identidades.

Por outro lado, o contrário é verdadeiro, todas essas tecnologias de poder formam a identidade do capital, em sua justa relação. Mas a partir de processos de resistência, e novas formulações dos contextos sociais, o capital se transforma e se compactua com novas formas de poder. Pela primeira vez surge na política agrícola de 1991 um capítulo específico sobre a questão ambiental, capturando as mudanças que estavam emergindo e evidenciadas na Rio 92. Tal reconfiguração do capital trouxe novas tecnologias de poder e reagruparam outras, simplificando o poder na superficialidade. Como já destacamos, o Pronaf é classificado em três categorias: organizativa econômica, a segunda de política identitária e a terceira de ambiental.

Conhecer os discursos de verdade os quais são postos em práticas por dispositivos legais, bem como as tecnologias de poder, pode gerar processos de resistência, questionar o que está posto, problematizar o discurso de verdade, pode gerar novos apontamentos de racionalidade, livres, pois a partir de uma produção de conhecimento de si reverbera na reprodução social mais autônoma.

REFERÊNCIAS

- ALTAFIN, I. Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar. Brasília: CDS/UnB, p. 1- 23, 2007.
- ALVAREZ-URÍA, F. Prólogo: La cuestión del sujeto. In: FOUCAULT, M. *Hermenéutica del sujeto*. Madrid: Ediciones de la Piqueta. 1987
- CASTRO, E. Introdução a Foucault. Belo Horizonte: editorial autêntica. 2014.
- CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- DELEUZE, G. Foucault. 2ª reimpressão. São Paulo: Editora brasiliense, 1995.
- DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- ESCOBAR, A. La invención del tercer mundo: construcción y deconstrucción del desarrollo. Santafé de Bogotá: Editorial Norma, 1998.
- ESPOSITO, Roberto. Bíos, Biopolítica y filosofía. Buenos Aires: Amorrortu, 2006.
- FOUCAULT, M. Em defesa da sociedade: curso dado no College de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, M. O nascimento da biopolítica: curso dado no College de France(1978- 1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- FOUCAULT, M. Segurança, território, população. Curso dado no Collège de France. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- HALL, S. Discurso e poder. Huancayo: Imprenta Grafica MELGRAPHIC E.I.R.L., 2013.
- HARDT, Michael; NEGRI, Toni. Império. Edición de Harvard University Press, Cambridge, Massachussets, 2000.
- HOFFMANN, R. A agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos no Brasil?. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, SP, v. 21, n. 1, p. 417–421, 2015. DOI: 10.20396/san.v21i1.1386. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/1386>. Acesso em: 11 jul. 2022.

LANTHIER, I.; OLIVIER, L. The Construction Of Environmental “Awareness”. In: DARIER, E. Discourses of the Environment. Massachusetts: Wiley-Blackwell 1998. p. 63- 78.

LEMKE, Thomas. Os riscos da segurança: Liberalismo, biopolítica e o medo. In: Vaccaro, Salvo; Avelino, Nildo (Orgs). Governamentalidade. Segurança. São Paulo: Intermedios. 2014. p. 105-228.

MARQUES, M. I. M. A ATUALIDADE DO USO DO CONCEITO DE CAMPONÊS. REVISTA NERA, [S. l.], n. 12, p. 57–67, 2012. DOI: 10.47946/rnera.v0i12.1399. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1399>. Acesso em: 11 jul. 2022.

NAVARRO, Z. A agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica. In: GAQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. (Org.). A agricultura brasileira: desempenhos, desafios e perspectivas. Brasília, DF: IPEA, 2010. p. 185-209.

RAMBO, J. R.; TARSITANO, M. A. A.; LAFORGA, G. Agricultura familiar no Brasil, conceito em construção: trajetória de lutas, história pujante. Revista de Ciências Agroambientais, [S. l.], v. 14, n. 1, 2016. DOI: 10.5327/rcaa.v14i1.1415. Disponível em: <https://periodicos2.unemat.br/index.php/rcaa/article/view/1415>. Acesso em: 11 jul. 2022.

ROSE, N. Como se deve fazer história do eu? Revista Educação e realidade, v. 26, n. 01, p. 33-57. Jan/Jul de 2001.

RUTHERFORD, P. “The Entry Of Life Into History”: Foucault And Ecological Governmentality. In: DARIER, E. Discourses of the Environment. Massachusetts: WileyBlackwell 1998. p. 37-62.

SCHMITZ, H; MOTA, D. M. Agricultura familiar: elementos teóricos e empíricos. Revista Agrotrópica. Itabuna, v. 19, p. 21-30, 2007.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. Revista Brasileira de Ciências Sociais [online]. 2003, v. 18, n. 51 [Acessado 11 Julho 2022], pp. 99-122. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69092003000100008>>. Epub 28 Maio 2007. ISSN 1806-9053. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092003000100008>.

TÓTORA, S. Democracia e segurança. In: Vaccaro, Salvo; Avelino, Nildo (Orgs). Governamentalidade. Segurança. São Paulo: Intermedios. 2014. p. 59-80.

CAPÍTULO 5

REVOLUÇÕES POR TODA A PARTE: CAMINHOS PARA UMA AGRICULTURA URBANA MOLECULAR E REVOLUCIONÁRIA

Eduardo Henrique Vieira Calado
Eduarda Oliveira Casanova

INTRODUÇÃO

O papel de uma visão ético-metodológica dos problemas sociais não se restringe somente a ver um indivíduo em um contexto geral de sociedade, mas sim analisar também as suas relações sociais e de produção de subjetividades experienciadas. Abordar as relações em camadas, fluxos, potências e intensidades, dirimindo as hierarquias, topografando as territorialidades e desterritorialidades, nos faz entender como as relações podem se dar nas diversas escalas e tempos. Tais observações podem multiplicar zonas de contato afetando as experiências individuais e coletivas, estimulando a diversidade de relacionamentos, a valorização dos desejos e das subjetividades.

Neste trabalho, esta visão foi revisitada na companhia das leituras da obra de Pierre-Félix Guattari (1930 – 1992), filósofo, psicanalista, teórico político e ativista francês cuja obra exerceu profunda influência nas ciências humanas e sociais contemporâneas. Guattari, como é comumente mencionado nos campos rebeldes da academia e da militância, começou um período de inovações teórico-práticas cujo culmen foi seu passo pela Clínica de La Borde nos anos 1950; aquilo foi sem dúvidas uma ruptura nas práticas tradicionais do tratamento dos “doentes mentais”, metamorfoseando os indivíduos de objetivos passivos a indivíduos ativos e participantes no processo médico.

Falar de Guattari é recuperar uma história de engajamento político e social numa época em que a psicanálise era forçada a ficar nos moldes dos gabinetes acadêmicos já conservados. É também visibilizar uma luta e uma micro-

-lutas contra o fascismo e contra seus próprios microfascismos, como bem nos ensinou na *Revolução Molecular*, texto central de nossas fissuras apresentadas neste trabalho. De esquerda, mas antes que nada um militante dos cinco “anti”: anticapitalista, anticolonialista, antinuclear, antipsiquiátrico e antidogmático. Inesquecivelmente um espírito livre, ácrata, que transitava entre as urgências geopolíticas do movimento antinuclear e a importância dos processos de autot subjetivação para evitar assim a cristalização do sujeito revolucionário. É desde esta prática que surgem noções como transversalidade tão importantes hoje em dia para os estudos inter e transdisciplinares.

Pierre-Félix, o acadêmico, nos legou uma riqueza de obras, tanto na sua produção individual como com seu parceiro de viagem Gilles Deleuze. Dos primeiros trabalhos temos obras como a **Revolução Molecular: Pulsações Políticas do Desejo** (1977) – Discussão sobre micropolíticas e processos de subjetivação no contexto social e político; **As Três Ecologias** (1989) e **Caosmose: Um Novo Paradigma Estético** (1992), cuja investigação abriu um debate fundante e atual na relação entre a subjetividade e as tecnologias, especialmente midiáticas, e a globalização. Do segundo grupo de produção acadêmica, em parceria com Deleuze, as obras publicadas foram: **Anti-Édipo: Capitalismo e Esquizofrenia** (1972); **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia 2** (1980) e **O que é a Filosofia?** (1991).

Mesmo invisibilizado ou transvestido, o pensamento de Guattari nos legou ferramentas conceituais para ampliar a caixa que levamos diante de um mundo cheio de verdades, mas cada vez mais incerto. Destarte, **transversalidade, rizoma, desterritorialização, microfascismos, micropolítica e ecossófia** ainda ecoam de forma potente nas caixinhas conservadoras da academia e da esquerda burocratizada. Pensar *com* Guattari é um devir ético-onto-epistemológico.

A perspectiva de Guattari questiona a abordagem estrutural do sistema social que nos categoriza em humanos com classes sociais, institucionalizados e sistematizados, que ocupam categorias fixas e hierarquizadas. Ele instiga o sujeito a criar um olhar mais abrangente e propõe uma observação das micropolíticas que estão entranhadas nas relações construídas e comunitárias, a exemplo dos agricultores de grandes centros urbanos na América Latina.

Neste tema de pesquisa tivemos o objetivo de fazer uma correlação entre a filosofia moderna de Guattari e esta área específica das ciências agrárias, tudo isso a partir de uma visão ético-metodológica construída por vivências e estudos.

Criar indagações e inquietudes a respeito da construção de um indivíduo e seus processos vai influenciá-lo em sua tomada de decisão no futuro individualmente e em grupo. Pois para se reconhecer sujeito não basta pensar, como sugere Descartes. Na visão de Guattari, há inúmeras formas de existir, inclusive podem se instaurar fora da consciência, pois o sujeito advém no momento em que o pensamento se obstina em aprender sobre si mesmo e sobre os territórios reais da experiência.

E ao falar de trabalhadores, Guattari nos conduz a reexaminar a relação entre o indivíduo e a sua subjetividade no trabalho. Onde, ele afirma que, no sistema atual de relações, os vetores de subjetivação não passam necessariamente pelo indivíduo, isto é, não é o indivíduo que pensa e deseja, mas sem toda uma máquina de produção da subjetividade, que no capitalismo é medicado, controlado, agenciado para neutralizar pelo conformismo e o consumismo (GUATTARI, 1989).

Ainda segundo o pensador francês, com o passar do tempo, o Estado foi se aperfeiçoando nas formas de manipulação de massa, via aquilo que ele chamou de *mass média*, transformando o indivíduo em engrenagens para mover uma grande máquina de produção, dirimindo tudo aquilo que nos torna humanos e vivos. Nos transformando em seres inanimados úteis para a sobrevivência de todos. Enquanto o homem ainda for necessário para que a produção continue funcionando será mantido no sistema; do contrário, será “descartado”.

O capitalismo não só explora a força de trabalho da classe operária como também manipula em seu proveito as relações de produção, insinuando-se na economia desejante dos explorados. A luta revolucionária nada poderia ser circunscrita somente ao móvel das relações de forças aparentes. Ela deve desenvolver-se em todos os níveis da economia desejante contaminados pelo capitalismo (ao nível do indivíduo, do casal, da família, da escola, do grupo militante, da loucura, das prisões, da homossexualidade, etc.) (GUATTARI, 1985).

Se a meta do Estado é dissolver as subjetividades, massificando a relação entre indivíduo e trabalho, cabe a nós construir um **fazer ecológico** — ou, nos termos de Guattari, um fazer **ecosófico** — a partir da prática da agricultura urbana. Esse movimento deve garantir dignidade material e econômica a quem vive dessa atividade, ao mesmo tempo em que fomenta formas próprias de revolução, microrrevoluções, independentes de instituições e figuras públicas, capazes de se manifestar nos mais diversos espaços e contextos. Assim, criam-se novos **agrupamentos moleculares** e abrem-se caminhos para mudanças significativas. Guattari já destacava que:

É preciso admitir que as lutas mais eficazes e mais amplas poderiam ser coordenadas fora dos estados-maiores burocráticos! Mas com a condição de que a economia desejante seja liberada de sua contaminação pela subjetividade burguesa que faz delas cúmplices inconscientes da tecnocracia capitalista e da burocracia do movimento operário. (1985, pág. 21).

Na construção de cada indivíduo, Guattari afirma que sempre haverá processos de controle nos mais variados âmbitos e todas as classes sociais, porém a forma como se dá essa manipulação para a população mais vulnerável é ainda mais perigosa, pois são coagidos a aceitar a realidade em que vive, como ter que trabalhar 6 dias na semana para receber um salário que não assegura uma vida digna e ainda tendo que conviver com o medo de perder o emprego e acabar passando fome.

Félix Guattari conclui seu raciocínio afirmando que apesar de estarmos presos dentro de uma “cerca de arames farpados” imbuídos de pouca fé em nossas revoluções por estarmos suportando o crescimento do cerco a nossa volta, ainda haverá indivíduos que movimentam a disposição de romper os cercos. A questão central está em que o mundo na atualidade está marcado por indivíduos em crise que tentam se equilibrar diante da voracidade do capitalismo mundial integrado (CMI), binário, simplista e utilitarista.

Guattari lembra que a subjetividade acontece nos “afetamentos” coletivos de várias espécies que expandem suas bordas nos diversos âmbitos: social, econômico, tecnológico, cultural, semiótico, midiático, cultural e territorial, em uma miríade de elementos e complexidades de fato compõem o mundo. O

mundo é diverso e complexo. Entretanto, há de se perguntar sempre: “como o indivíduo pode manter a sua singularidade neste mundo em ruínas?”, ou ainda: “como viver na inconstância física e simbólica durante tantas desterritorializações sem acolher as singularidades?”.

Buscar a saída do ciclo vicioso das significações dominantes, considerar o tempo do irreversível, ou a dura decisão de enfrentar o poder, revelam a superposição dos problemas e das carências. Portanto, diante da perspectiva do autor, este ensaio procura olhar os movimentos sociais agrícolas em grandes centros urbanos, comparando as experiências consolidadas de Cuba e Colômbia com o que vem sendo desenvolvido no Brasil, em especial em Recife, ao qual os alunos do Grupo de Pesquisa SAER acompanham. O intuito é relacionar semelhanças e identificar possibilidade de trocas de experiências aprimorando as tecnologias sociais utilizadas.

Inicialmente a missão dos alunos era entender o papel revolucionário da agricultura urbana e o contexto histórico e político nos três países da América Latina (Cuba, Colômbia e Brasil) e o que poderiam ganhar a partir do avanço da mobilização social frente às questões que ameaçam os direitos humanos básicos das comunidades estudadas. O ensaio propõe-se também a analisar como a metodologia educativa comunitária pode contribuir para a consolidação da agricultura “não convencional” em centros urbanos no Brasil.

A agricultura urbana se apresenta como uma atividade que vem com um papel revolucionário na perspectiva do viver melhor das grandes cidades. Pois é um desafio produzir alimento de qualidade e sem agrotóxico no meio de casas e prédios e fazer disso algo promissor para a comunidade e positivo para o meio ambiente.

O exercício de plantio em grandes centros populacionais vem sendo difundido e discutido desde 1970, quando projetos realizados na África e Ásia obtiveram bons resultados, ganhando espaços em locais políticos e acadêmicos e acabando por padronizar as diferentes formas de se fazer agricultura urbana.

RIZOMAS URBANOS

Agricultura Urbana em Cuba: a resistência inventiva diante do imperialismo

Em Cuba após a queda do bloco socialista soviético, meados dos anos 90, iniciou-se uma movimentação muito forte da Agricultura Urbana (AU) para combater a fome, pois Cuba importava 50% dos insumos de produção de alimento como: combustível, maquinário e herbicidas, fazendo com que a manutenção do modelo sustentando com o apoio do projeto agrícola soviético convencional não fosse mais viável. Tais questões foram solidificando a alta dependência cubana de países do COMECON (Conselho para Assistência Econômica Mútua) formados por diversos países que abasteciam o território cubano com produtos variados. Frente a fragilidade do sistema imposto, criou-se um levante de massas sociais juntamente com o Estado, com leis que favoreceram o sucesso da atividade.

Com mais de 30 anos de AU, Cuba conseguiu oficializar e manter uma estrutura social muito bem organizada, ligando eixos como educação voltada ao sistema agroalimentar urbano, possibilitando que alunos enxerguem a evolução da atividade e continuem na atividade de forma duradoura. Dentro dessa política pública e da mobilização social se vê a importância da construção de uma educação ambiental de base captando ainda mais indivíduos para o movimento.

Diante dos exemplos de sucesso da política pública no país, entende-se que agricultura urbana pode se tornar uma atividade que pode auxiliar no combate à fome nos espaços urbanos, assim como dinamizar a economia popular, otimizando os recursos e investimentos estatais e sociais.

Foi a partir desta situação concreta que o modelo cubano precisou ser repensado, reorientando objetivo que nos lembrou a seguinte passagem do autor que fundamenta ético-metodologicamente este trabalho: “Não haverá verdadeira resposta à crise ecológica a não ser em escala planetária e com a condição de que se opere uma autêntica revolução política, social e cul-

tural reorientando os objetivos da produção de bens materiais e imateriais” (GUATTARI, 1989, pág. 3).

Essa passagem dialoga bem com o que estamos tratando nesse texto. Quando o governo cubano prevê uma crise social, não opta pela repressão, ou silenciamento e invisibilidade do problema, pelo contrário, percebe a necessidade de uma reconstrução política rápida, readaptando os meios de produção (ciência, trabalho, terra) para produzir alimentos em centros urbanos.

A sociedade cubana foi de fato revolucionária no quesito auto-organização e articulação ético-política, a partir de articulações similares às descritas por Guattari, no início deste trabalho. Eles desenvolvem atividades agrícolas que geram alimentos em quantidade e qualidade de forma sustentável ao meio ambiente, preconizando as relações sociais e a subjetividade de cada comunidade.

Além dessa coletividade social, os cubanos desenvolveram tecnologias e técnicas adaptadas ao ambiente a partir das necessidades locais dos moradores. Estas tecnologias favorecem o envolvimento das atividades agrícolas nos centros urbanos, onde os mais conhecidos e produtivos são os chamados organopônicos e as hortas intensivas.

Os organopônicos consistem em uma organização do plantio em canteiros de alvenaria protegidos por contornos que delimitam o espaço onde se acondiciona a terra e o substrato. Habitualmente são usados esterco animal ou composto orgânico derivado da decomposição de espécies vegetais para melhorar a fertilidade do solo, pois os organopônicos são construídos preferencialmente em áreas improdutivas, com disponibilidade de água e energia elétrica e localizados próximo ao consumidor final para evitar a deterioração do produto e gastos excessivos com logística de entrega. Suas medidas foram estabelecidas em 20M X 1,2M X 0,8M para facilitar o manejo de tecnologia quanto a irrigação e retirada das plantas espontâneas. Em algumas ocasiões podem ser usados materiais de reuso como plásticos e rejeitos de obras civis em sua construção como no modelo da Figura 1 (MINAG, 2020, pág. 10).

Figura 1 - canteiro de alvenaria (tijolos e cimento) similares aos organopônicos cubano localizado no Sítio Nattan Valle - Recife - PE.



Fonte: Acervo particular do autor.

Quanto às hortas intensivas, são canteiros direto no chão em solo com boa fertilidade que não precisam de estruturas para contenção do substrato, se tornando portanto, uma tecnologia de cultivo mais “aberta” às trocas de energia com o entorno. Na aplicação da tecnologia deve-se atentar para a boa drenagem evitando o encharcamento com água; são mais indicadas para plantio de monoculturas para atingir uma boa produtividade com colheitas mais uniformes; são construídas em locais de fácil acesso para facilitar o manejo e transporte de produtos e quanto ao tamanho do canteiro, vai depender da área de extensão e a disponibilidade hídrica do local, conforme a Figura 2.

Figura 2 - Canteiros de chão para hortas intensivas.



Fonte: acervo particular do autor.

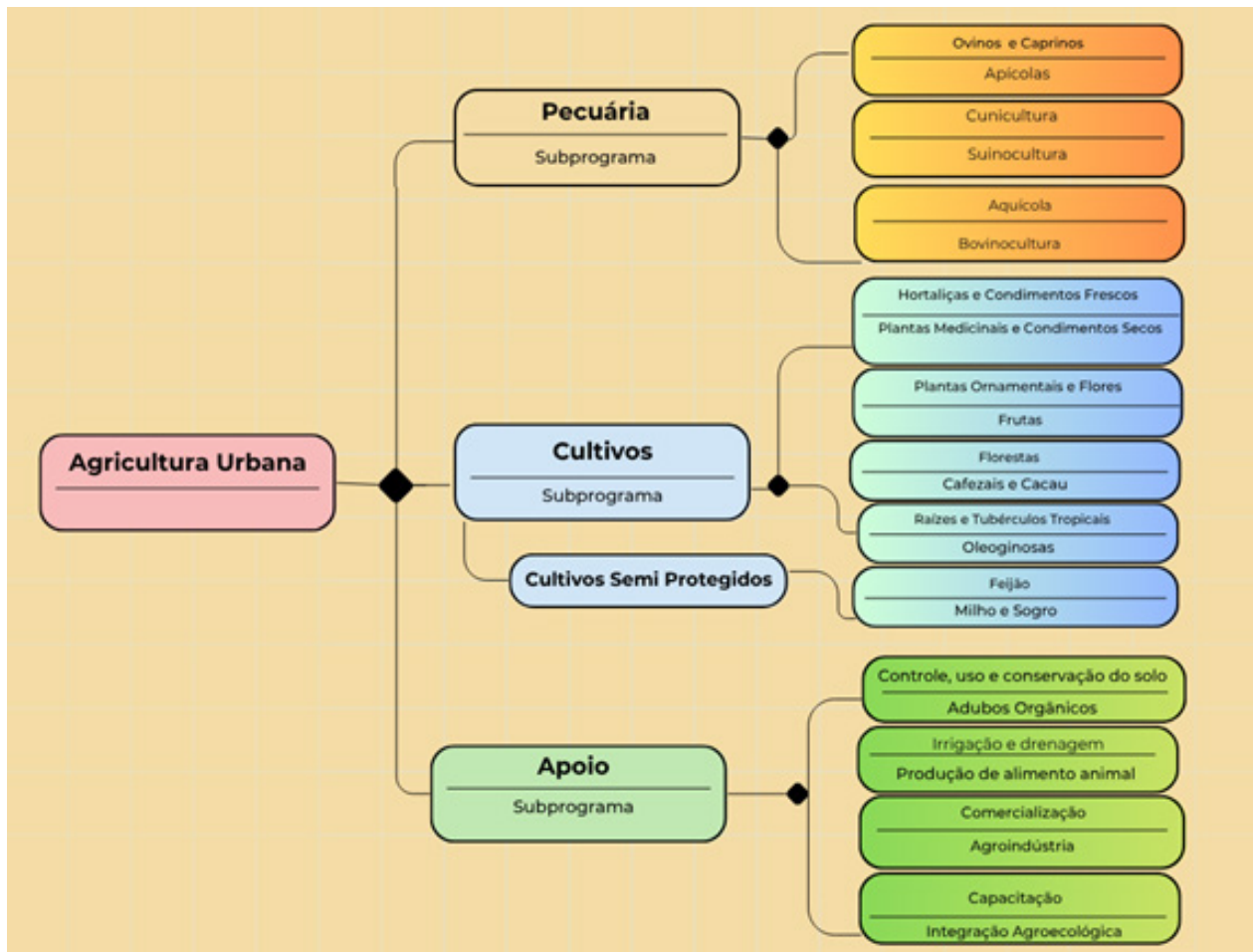
Para além desses exemplos, ainda podemos encontrar como tecnologia em Cuba os pátios e parcelas que vão atender melhor aos agricultores familiares da cidade. Esses consistem em construções simplificadas dos organopônicos, usando materiais recicláveis e atendendo a uma demanda para plantio de hortaliças, raízes e frutíferas.

Contando com estas tecnologias, Cuba consegue manter uma produção de 20kg/m²/ano assegurando a alimentação da população com alimentos frescos e sem a presença de qualquer tipo de agrotóxico. Onde destacam-se 300 milhões de unidades de ovos; 750 mil litros de leite; 100 mil toneladas de carne e mais de 1 milhão de toneladas de hortaliças e condimentos frescos segundo a revista People 's Word para o ano de 2020.

Também de acordo com a revista People's World, o país conseguiu empregar em todos esse anos um total de 800 mil pessoas ganhando valores justos com essa atividade agrícola. Destes, 31% são de mulheres, evidenciando um desequilíbrio se comparado pela porcentagem de homens.

A produção cubana em 2009 passou por uma reestruturação para ampliar acessos e aumentar o bem-estar da população, onde toda a estrutura de agricultura urbana foi dividida em 3 subprogramas direcionados em muitas frentes de atuação como mostra o organograma da Figura 3 a seguir:

Figura 3 - subprogramas de agricultura urbana.



Fonte: Observatório das Cidades Inclusivas, pág. 3, 2010.

Konnt (2009) destaca as 4 áreas importantes para o sucesso da AU em Cuba são elas:

- Educação de alto nível desde os anos 1980 com a integração do conhecimento camponês tradicional, pesquisas científicas promovendo qualificações em diversas instituições para estudantes e educadores o que gerou, um processo de aprendizado participativo;
- Investimento e desenvolvimento de universidades com apoio do Estado para práticas científicas direcionadas para a sustentabilidade tanto na cidade quanto no meio rural;

- Provisão de consumíveis agroecológicos com centenas de centros especializados para venda de sementes e fertilizantes orgânicos. Todas com acompanhamento técnico dos agricultores com técnicas eficientes de maximização de produtividade e uso. Além da provisão de abastecimento de água e depósitos municipais para logística do sistema;
- Incentivos materiais para que as unidades dos subprogramas sejam rentáveis possibilitando fortalecer o trabalho dos agricultores urbanos. Neste sentido, também reforçar a ideia de valorização educacional e moral dos agricultores no intuito de mantê-los motivados na atividade juntamente com a sua família de forma digna e saudável.

Cuba, sem sombra de dúvidas, atualmente é exemplo de construção coletiva e participativa. Foi necessário que o país se reinventasse em conjunto com sua população, fomentando meios de se combater problemas sociais da crise vivida nos anos 1990. Sendo uma tradução clara de agrupamentos de “moléculas revolucionárias” citada por Guattari ao falar dos grupelhos na Revolução Molecular:

Por que os grupelhos, ao invés de se comerem entre si, não se multiplicam ao infinito? Cada um com seu grupelho, em cada fábrica, cada rua, cada escola. Enfim, o reino das comissões de base. Mas grupelhos, que aceitassem ser o que são, lá onde são. E, se possível, uma multiplicidade de grupelhos que substituiriam as instituições da burguesia; a família, a escola, o sindicato, o clube esportivo, etc. Grupos que não temessem, além de seus objetivos de luta revolucionária, se organizarem para a sobrevivência material e moral de cada um de seus membros e de todos os fofos que os rodeiam (Guattari, p 17, 1985).

Agricultura Urbana na Colômbia: a resistência e invenção diante do narcoparamilitarismo

Na Colômbia, no início do século XXI, os programas ambientais, além de fortalecerem a segurança alimentar, contribuíram para a redução da violência nas áreas urbanas. A partir da incorporação de uma racionalidade ambiental, verificaram-se mudanças nas condições estruturais de territórios vulnerabilizados, com a reorganização arquitetônica de bairros e a ocupação de terrenos ociosos, os quais passaram a abrigar jardins produtivos, conferindo vitalidade a esses espaços (Figura 4).

Figura 4 – Imagem do livro ‘Huerteando por Bogotá’.



Fonte: FRANCO, Jhon Jairo Barros. *Huerteando por Bogotá: crónicas de la agricultura urbana*. Bogotá: Jardim Botânico de Bogotá José Celestino Mutis, 2023.

Os processos organizativos de base comunitária permitiram que as ações implementadas pelo Estado fortalecessem a **agricultura urbana (AU)** como prática tradicional das comunidades anteriormente deslocadas do campo em virtude do conflito armado. Essa dinâmica possibilitou aos sujeitos vislumbrar melhorias na qualidade de vida por meio da atividade agrícola (Figura 5).

Figura 5 – Imagem do livro ‘Huerteando por Bogotá’



Fonte: FRANCO, Jhon Jairo Barros. *Huerteando por Bogotá: crônicas de la agricultura urbana*. Bogotá: Jardim Botânico de Bogotá José Celestino Mutis, 2023.

Diferentemente do caso cubano, no qual a implantação da AU esteve indissociavelmente vinculada ao Estado na Colômbia o processo se desenvolveu de forma inversa. Diante de um Estado centralizador, deslegitimado e marcado pela violência, as comunidades aprenderam a agir de forma autônoma, e a agricultura urbana não constituiu exceção a essa realidade. Somente no início do século XXI, com a eleição da primeira prefeitura ideologicamente alinhada à esquerda na história de Bogotá, é que a cidade passou a vivenciar o florescimento de políticas e projetos voltados ao fortalecimento dessa prática nas áreas periféricas.

Essas políticas foram influenciadas por duas propostas em desenvolvimento na América Latina: de um lado, o **Programa Fome Zero**, do primeiro mandato do governo Lula, no Brasil; de outro, a experiência cubana, cujo governo enviou uma delegação para apoiar e assessorar a formulação e a implementação de políticas e projetos de agricultura urbana e periurbana.

O centro de operações institucionais em Bogotá foi o **Jardim Botânico José Celestino Mutis**. Como espaço público descentralizado, dotado de personalidade jurídica autônoma e patrimônio próprio, o Jardim Botânico atuou em parceria com secretarias e institutos do distrito, além de universidades, escolas e organizações não governamentais. Essa articulação possibilitou uma dinâmica de trabalho interinstitucional e territorial, especialmente nas áreas periurbanas, que, no contexto da cidade, coincidem com regiões de proteção ambiental marcadas por forte interesse na preservação das fontes de água, nas regiões de extrema pobreza, com a presença de comunidades indígenas e nas áreas de assentamento de populações deslocadas de diferentes partes do país em decorrência da violência de grupos armados. Tais condições configuraram um cenário de tensão entre as disputas pelo território e os esforços do Estado para recuperar o controle sobre essas áreas.

De acordo com o **Jardim Botânico de Bogotá** (FRANCO,2023), em 2022 foram mapeadas **220 hortas urbanas** distribuídas pelo território da cidade, das quais cerca de 80 conseguiram inserir seus produtos, de forma rotativa, nos mercados campesinos locais, gerando uma movimentação econômica superior a 400 milhões de pesos colombianos.

Esse percurso histórico da agricultura urbana em Bogotá evidencia que a experiência de agricultura urbana (AU) configura uma **simbiose entre tecnologias modernas, saberes ancestrais e práticas comunitárias** (Figura 6) baseadas em conhecimentos de agricultura. Assim, a atividade urbana passou a ser reconhecida pelos próprios protagonistas — população e sociedade civil — não apenas como uma prática produtiva, mas como um projeto de reconstrução do tecido social, um espaço de reconexão entre o homem urbano e suas origens campesinas e indígenas, especialmente para aqueles que foram expulsos de seus territórios e forçados a um êxodo rural. Essa confluência de saberes e práticas favoreceu o fortalecimento comunitário e a consolidação de propostas de construção de poder popular, materializadas em cooperativas, iniciativas de segurança alimentar (denominadas pelas comunidades como resistência alimentar), partidos políticos e novas formas de representatividade na disputa eleitoral da cidade.

Figura 6 – Imagem do livro ‘Huerteando por Bogotá’.



Fonte: FRANCO, Jhon Jairo Barros. *Huerteando por Bogotá: crónicas de la agricultura urbana*. Bogotá: Jardim Botânico de Bogotá José Celestino Mutis, 2023.

Esse processo revela uma forma alternativa de organização e transformação social que dialoga diretamente com uma outra forma de revolução (molecular) descrita por Félix Guattari (1989) ao refletir sobre as novas possibilidades de organização frente às complexidades do mundo contemporâneo. Para o autor, é inconcebível recorrer às fórmulas resolutivas do passado; é necessário reconstruir um conjunto de habilidades que articulem intervenções “comunicacionais”, ao mesmo tempo em que respeitem a essência das subjetividades individuais, viabilizando práticas efetivas de experimentação nos níveis microssociais e nas escalas institucionais mais amplas.

AU NO BRASIL; A GUERRA CONTRA A FOME

No Brasil, o município de Belo Horizonte (MG) foi palco do primeiro projeto de agricultura urbana, em 1991, financiado pelo poder público. A ativi-

dade tinha o papel de produzir mudas de frutíferas para o plantio em parques da região e consumo destes frutos a população do município. Muitas outras se difundem por todo o país até chegar na capital de Pernambuco, em 2004, através do “Programa Fome Zero”, que previa ocupar espaços ociosos, com experiências para produção alimentícia orgânica na cidade, bem como, diminuição de indivíduos em situação de insegurança alimentar.

A importância desse resgate histórico da agricultura nos auxilia a compreender as ideias difundidas nos dias de hoje e todo desenvolvimento que ocorreu durante esses anos serão utilizados para determinar qual a real forma de fazer a atividade, vamos usar o exemplo de Rubio José Ferreira que traz em sua tese de doutorado o início e declínio das experiências agrícolas na cidade.

Entre 2004 e 2009, o desenvolvimento de hortas comunitárias foi incentivado nas camadas mais vulneráveis, culminando em 11 espaços para produção de alimentos orgânicos. Em cada um desses locais existem grupos formados por indivíduos em vulnerabilidade social que se mostram como revolucionários pois estão em contínua busca de uma fresta no sistema de produção capitalista de forma coletiva.

O Instituto Escolhas (2023) mapeou e produziu dados de três municípios brasileiros sobre ações e políticas voltadas para a agricultura urbana nacional. Recife foi um estudo de caso onde foram calculados os investimentos para implementação de projetos de sistemas agroalimentares e políticas públicas que dialoguem diretamente com os agricultores em todas as fases incluindo a liberação de crédito para compra de insumos, compra de equipamentos de sistema irrigação para canteiros urbanos, compra de sementes, implementação e manutenção de horta, colheita, transporte e estrutura para venda dos produtos. Como resultado da pesquisa, Recife apresentou 128 áreas urbanas que correspondem a 105 hectares com grande potencial de implantação de plantios urbanos produtivos.

Ainda de acordo com o estudo do instituto, se Recife usasse apenas 20 hectares desses 105, poderia chegar a uma produção anual de 1.303 toneladas de alimentos entre hortaliças, leguminosas, frutas, tubérculos, plantas medicinais com uma projeção de receita de até 8 milhões de reais anuais.

Porém, para que tudo isso ocorra de maneira positiva, a sociedade e o poder público devem andar lado a lado, possibilitando construções coletivas e participativas, como nos exemplos de Cuba e da Colômbia.

Uma forma de fomentar tal processo seria aumentar a capacidade de planejamento, coordenação, monitoramento e avaliação das ações de incentivo às iniciativas de Agricultura Urbana (AU) implementadas no território; aprovar regulamentações e instruções normativas sobre produção; ampliar o cadastro e o reconhecimento dos produtores e dos plantios na cidade, separados por categoria de produção; e realizar pesquisas de campo para identificação de novas áreas disponíveis à expansão da produção.

Como resultados pedagógicos identificados, percebemos que, a partir da análise do texto *Revolução Molecular*, de Félix Guattari, é possível compreender por que, em um grupo que debate sobre sistemas agroalimentares (espaços agrícolas diversos, voltados ao cultivo de várias espécies vegetais para consumo e venda do excedente), é importante estudar tais filósofos a partir do olhar das questões inquietantes da realidade. Cada aluno passou a ter maior clareza do papel dos indivíduos, tal qual uma molécula que se torna agente de mudança quando participa do processo de funcionamento de um organismo maior e mais complexo, em busca de um mesmo objetivo.

Nas discussões do grupo de pesquisa, a analogia ao texto de Guattari fazia com que a comunidade percebesse que cada indivíduo tem um papel na “Revolução Molecular”. Isso ia além das observações pessoais sobre a realidade de cada sujeito refletida no texto, pois levava ao entendimento de que, em conjunto, é possível encontrar fissuras no sistema de combate à opressão do Estado. Estabelecendo uma correlação entre o texto e a sociedade atual, nota-se que esta molda os indivíduos diante de sua voracidade capitalista e burocracia.

Quanto às inquietações dos agricultores urbanos no Recife, os alunos pontuaram que eles são “vítimas do sistema imposto, com entranhamento em suas vidas sociais, políticas e de trabalho, em todas as faixas etárias”. Levantar indagações, portanto, é uma forma de criar frestas de transformação de si e de fornecer ferramentas para que os agricultores iniciem sua própria revolução.

Nos três locais observados foram identificados indícios de que pessoas corroídas por angústias e culpabilidade inconscientes, fomentadas pela mídia de massa e pela repressão social, promoveram a auto-sujeição dos indivíduos à produção incessante. Tal sujeição ocorreu no intuito de uma “valorização fervorosa de um mundo imaginário maternal e familiar, entrecortado por valores pretensamente viris, que tendem à negação e ao rebaixamento do sexo feminino, e promoção de um ideal de amor mítico, uma mágica do conforto e da saúde que mascara a negação da finitude e da morte” (GUATTARI, 1985). Assim, mantém-se uma dependência inconsciente perpétua em relação ao sistema de produção.

A percepção de indivíduos dependentes e fragilizados pela máquina de produção, que esmaga desejos e alimenta a preocupação com a distribuição do consumo e com a busca por um “lugar” na sociedade, mostra como esses sujeitos são cooptados pelas engrenagens do poder estatal.

Como se observou, ainda hoje no Brasil, a ciência tende, na maioria das vezes, a descartar conhecimentos empíricos que poderiam se somar ao modo acadêmico de se fazer Agricultura Urbana. Permitir uma mescla de técnicas para a AU é, portanto, uma forma de consolidar outros caminhos possíveis. Dessa forma, a troca de experiências dos alunos em Recife com as técnicas utilizadas em Cuba e na Colômbia enriquece a prática no Nordeste brasileiro.

Diante dos resultados teóricos do ensaio, atingiu-se o objetivo de correlacionar a Agricultura Urbana com o pensamento de Félix Guattari. Os alunos conseguiram identificar aspectos de convivência com a AU e os ideais propostos pela revolução em nível molecular.

Quanto aos resultados práticos, verificou-se que a ação em um espaço agrícola presente em uma cidade grande e violenta como Recife traz ao exercício do plantio outra simbologia de pertencimento e empoderamento. Essa prática transcende o espaço acadêmico em toda sua conformação e alcança dimensões políticas, sociais e econômicas. Trabalhar em um centro urbano sem agrotóxicos, com a clareza de que essa atividade constitui uma forma digna de subsistência, torna-se uma experiência profundamente transformadora.

Atualmente, os canteiros monitorados pela Secretaria de Agricultura Urbana do Recife dispõem de dois produtos para doação coletiva aos agricultores: composto orgânico, servindo de base para nutrição, e mudas para plantio, além da oferta de assistência técnica em hortas da região. É importante frisar que, na manutenção desse espaço de produção de composto orgânico, o serviço é prestado por indivíduos em reeducação prisional, evidenciando mais uma vez a missão revolucionária atrelada à AU.

Outro exemplo de sucesso é uma das hortas comunitárias monitoradas pelo poder público em Recife, voltada para a criação de espaços agrícolas alimentares com participação majoritariamente feminina e de aposentadas em idade avançada, muitas delas responsáveis pelo sustento de suas famílias. Ainda que a produção não seja suficiente para a subsistência integral, o valor transformador da prática é inegável.

Entretanto, diante da falta de incentivo à participação da sociedade e do Estado na construção desses projetos, observa-se que muitos estão fadados ao declínio, já que a ausência de diálogo histórico para resolução constitui um elemento desmotivador dos processos sociais comunitários. Cabe assim à sociedade em movimento reconfigurar o contrato social em sua relação com o Estado e inventar estratégias políticas que permitam a materialização de práticas como a AU e de propostas alternativas que expressem o desejo de mudança de mundo.

Como resultado do ensaio, propõem-se recomendações para fortalecer e expandir a AU em Recife, considerando aspectos como o engajamento comunitário, a capacitação técnica, o acesso a recursos financeiros e o fomento a cadeias produtivas sustentáveis, em diálogo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Conclui-se que a Agricultura Urbana é fundamental para alcançar a soberania alimentar, ampliar as ferramentas pedagógicas da educação formal e social e acessar bens comuns essenciais a agricultores, alunos e sociedade. Tal estratégia se encaixa como exemplo de revolução no modelo guattariano, pois transcende a “revolução molecular” ao acessar múltiplas dimensões políticas da autonomia social.

Com o amadurecimento da prática e a insistência em sua manutenção, demonstra-se que, mesmo com limitações, agricultores urbanos continuam

revolucionando e tensionando o sistema ao produzir alimento para si e para outros, como forma de amor à vida. Reconhecer que amar o presente e a ancestralidade também constitui ato revolucionário reforça o caráter transformador da AU.

REFERÊNCIAS

BRAND, Peter; MUNOZUNOZ, Edwin. Cultivando cidadãos: agricultura urbana desde uma perspectiva política. Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, v. XXI, n. 1, p. 47-70, 2007.

CRISTINA, Ivana. Agricultura urbana: um elo entre ambiente e cidadania. Florianópolis, 2011.

FRANCO, Jhon Jairo Barros. Huerteando por Bogotá: crônicas de la agricultura urbana. 1. ed. Bogotá: Jardim Botânico de Bogotá José Celestino Mutis, 2023.

GRUPO DE ESTUDO SISTEMAS AGROALIMENTARES E EDUCAÇÃO NAS RURALIDADES. Agenciamentos e cognições inventivas no território professor agroecólogo. Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2020. Projeto de pesquisa.

GUATTARI, Félix. As três ecologias. Tradução de Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papirus, 1990.

GUATTARI, Félix. Revolução molecular: pulsações políticas do desejo. Tradução de Suely Belinha Rolnik. São Paulo: Brasiliense, 1985.

JOSE, Rubio. Agricultura urbana e periurbana e políticas públicas: contribuição à discussão do tema a partir de uma análise espacial em Recife e Vitória de Santo Antão/PE. Recife, 2013.

KOONT, Sinan. A agricultura urbana em Havana. Resistir.info, 2009. Disponível em: <https://resistir.info/cuba/koont_agric_urb.html>. Acesso em: 3 out. 2025.

ZÚÑIGA, Óscar Emerson Mosquera. Agenciamento e cognições inventivas no território professor agroecólogo. Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2020.

ZÚÑIGA, Óscar Emerson Mosquera. Invenções da agricultura urbana cubana e colombiana: concretização dos diálogos experimentais com a América Latina. Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2023. Projeto de pesquisa.

CAPÍTULO 6

PRÁTICAS TRANSCULTURAIS QUILOMBOLAS: UMA ANÁLISE ÉTICA E METODOLÓGICA

Uézila Victória Lopes Felipe da Silva
Vanessa Maria Santiago da Silva

APRESENTAÇÃO

As reflexões que aqui compartilhamos, são o resultado do desenvolver o plano de trabalho titulado “Quilombos transculturais urbanos: Nos rastros da tecno-afro-agroecologia impolítica” apresentado no edital PIBIC-2023 dentro do projeto de pesquisa “Agenciamento e cognições inventivas no território professor agroecólogo. 2020.

Fundamentado em uma discussão ético-metodológica, o Plano procurou compreender e valorizar as práticas culturais e educacionais dos quilombos difundidas nas redes sociais, bem como sua relação com a agroecologia. Nesse contexto, são analisadas as interações e conteúdos presentes em páginas do Instagram que tratam desses temas, como Rádio TV Quilombo, Horta do Preto e Roça de Quilombo. A abordagem metodológica adotada visou não apenas observar e descrever, mas também refletir sobre as relações éticas e educacionais estabelecidas nesses espaços virtuais, considerando a importância e os desafios do debate sobre o uso das redes sociais. A pesquisa também aborda a oralidade presente nessas práticas culturais, a partir do olhar digital.

Esta pesquisa nasceu de uma urgência silenciosa, quase um chamado interno. Uma necessidade de nos formar e, ao mesmo tempo, trans-formar. De olhar para dentro e para fora, ampliando devagar — mas de forma incessante — a percepção do que sou diante das infinitas possibilidades de existir. Ela brota dessa inquietação persistente: como se constituir como sujeito diante das experiências que atravessam o fluxo da vida, nos encontros que aquecem, nos desencontros que ferem, nos instantes breves que moldam o

que somos e o que ainda estamos nos tornando, especialmente num planeta terra constituída por uma nova camada: a tecnoesfera?

Esses movimentos são sutis. Surgem como lampejos, delicados e fugazes, quase sempre difíceis de nomear — talvez porque pertençam mais à linguagem da poesia que se escreve com a vida, com suas feridas que achamos sempre sanadas, mas que em qualquer tensionamento à humanidade, a ferida de abre, enfim, é mais a potencialidade caótica da vida que norteiam nossa escrita e não tanto a construção daquilo que aprendemos deve ser um discurso lógico. E, ainda assim, guardam uma força criadora imensa, um campo fértil de sentidos que se desdobra no espaço-tempo onde tudo pulsa e se reorganiza.

Entendemos, no mesmo momento que re-visitamos este texto para sua versão final, que essa busca por formação como pesquisadoras (seja de um programa PIBIC ou como doutoranda) é, antes de tudo, uma urgência **estética**, aliás, é uma ética que se vive como estética. Ela nasce do senti-pensar e se constrói nesse diálogo entre emoção e reflexão. É um exercício de olhar o ser, de repensar a ética, de escutar a palavra — aquela palavra anterior a todas as palavras, que atravessa o espírito humano e, de alguma forma, nos recria. É desse lugar, dessa escuta mais sensível, que surge a pergunta que sustenta este trabalho: **como o sujeito se refaz, se reinventa, a partir das experiências estéticas presentes na tecnoesfera e que o atravessam?**

O texto parte de uma reflexão teórica acerca da *experiência*, conceito que trazemos das discussões na filosofia da educação, especificamente do pedagogo espanhol Jorge Larrosa; posteriormente, são apresentados os achados na pesquisa das redes sociais, assim como uma análise crítica dos mesmos. Finaliza com uma considerações para continuar o debate sobre o uso das redes sociais no fortalecimento de redes comunicativas autônomas, isto é, sem ser dominadas por grupos de poder econômicos, políticos, raciais ou de qualquer outro tipo.

ANOTAÇÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA

Ao refletir sobre as palavras de Jorge Larrosa Bondía, em *Notas sobre a experiência e o saber de experiência* (2001), somos convidados a repensar nossa relação com o conhecimento e com a experiência. Em um mundo dominado

pela informação e pela opinião, é essencial resgatarmos a importância da experiência, no sentido debatido pela filosofia da educação, como fonte de um tipo de aprendizado que leva a uma singular mutação ou transformação pessoal. O saber da experiência não é um conhecimento objetivo e universal, mas sim um saber relativo, subjetivo e pessoal. Cada indivíduo dá sentido aos acontecimentos de acordo com sua própria experiência de vida, o que torna esse saber único e singular.

[...] fazer uma experiência com algo significa que algo nos acontece, nos alcança; que se apodera de nós, que nos tomba e nos transforma. Quando falamos em “fazer” uma experiência, isso não significa precisamente que nós a façamos acontecer, “fazer” significa aqui: sofrer, padecer, tomar o que nos alcança receptivamente, aceitar, à medida que nos submetemos a algo. Fazer uma experiência quer dizer, portanto, deixar-nos abordar em nós próprios pelo que nos interpela, entrando e submetendo-nos a isso. Podemos ser assim transformados por tais experiências, de um dia para o outro ou no transcurso do tempo. Larrosa (2002, p. 25 apud HEIDEGGER, 1987, p. 143)

Na educação, a experiência é fundamental, não apenas para os alunos, mas também para moldar o ambiente escolar como um todo. Quando olhamos para a experiência sob uma perspectiva educacional, o primeiro que precisamos tomar distância é do velho entendimento conservador que aproxima experiência a expertise e, experiência a o saber fazer algo por conta da repetição; contrário ao que se repete mecanicamente (como o obreiro Chaplin apertando parafusos) vemos na experiência da pedagogia uma série de desafios e oportunidades que permeiam as salas de aula e os corredores das escolas e, antes que nada coloca em questionamento o próprio saber do docente ou do formador.

O texto de Larrosa em qual seria a diferença entre a experiência e a informação, vivemos momentos em que estamos o tempo todo em uma busca incessante de informação, queremos o tempo todo estar informados, e muitas vezes não nos importamos nem sequer em saber de onde vem essas informações, que por muitas vezes, nos afasta da verdadeira experiência do que se é dito.

A verdadeira experiência ela tem que ser vivida e tem que nos atravessar profundamente, ela é algo pessoal, onde o sujeito se propõe e se entrega a um mergulho único e singular em determinado fato que lhe é apresentado.

O saber da experiência é relativo, cada um vai dar sentido de acordo com suas experiências passadas, levando em consideração sua cultura, contexto pessoal, valores, crenças, sentimentos e personalidade. E é exatamente essa ideia que destaca a importância de considerarmos a diversidade de diferentes olhares e perspectivas acerca da construção do conhecimento, validando diferentes pontos de vista.

Destarte, a experiência dirá Larrosa é, essencialmente, aquilo que nos acontece. Ela só se concretiza no ato de fazer — seja no que já realizamos, seja no que acaba de nos acontecer (p. 21). Brincando com as *línguas*, Larrosa nos dirá que em espanhol, experiência é “lo que nos pasa”; em português, “o que nos acontece”; em francês, “ce que nous arrive”; em italiano, “quello che nos succede” ou “quello che nos accade”; em inglês, “that which is happening to us”; e, em alemão, “was mir passiert”. Assim, a experiência não é algo abstrato, mas um processo enraizado no fazer do indivíduo sobre o próprio sujeito, um atravessamento no tempo que deixa marcas e possibilita aprendizagens.

Larrosa propõe uma forma renovada de pensar a experiência, vinculando-a à formação de sentido. Como afirma: “O que vou lhes propor aqui é que exploremos juntos outra possibilidade, digamos que mais existencial (sem ser existencialista) e mais estética (sem ser esteticista), a saber, pensar a educação a partir do par experiência/sentido” (p. 19). Ele reforça que a experiência é “o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca” — e não simplesmente o que se passa ou acontece ao nosso redor. Afinal, como enfatiza, muitas coisas acontecem todos os dias, mas quase nada verdadeiramente nos acontece. É como se tudo estivesse organizado para impedir que algo nos atravessasse de fato.

Em um mundo dominado pela informação e pela opinião, é essencial resgatarmos a importância da experiência como fonte de aprendizado e transformação pessoal. Nesse contexto, propomos agora falar da oralidade, aquela vinda da África, como possibilidade da experiência ser.

NOTAS SOBRE A ORALIDADE

A tradição oral africana ensina que a experiência não é apenas algo que acontece conosco, mas algo que nos conecta com nossas raízes e nos transforma de maneira profunda. Através das histórias contadas oralmente, transmitidas de

geração em geração, aprendemos não apenas fatos e informações, mas também valores, tradições e a importância de nos conectarmos com nossas experiências passadas e presentes.

Essa tradição oral africana também nos lembra que a verdadeira aprendizagem não se limita à acumulação de conhecimento, mas sim à vivência e à experiência pessoal. Cada história contada oralmente é uma experiência única e singular, que nos toca e nos transforma de maneiras que não podem ser replicadas por simples informações ou dados objetivos.

Contemporaneamente a oralidade nos chega pelas redes sociais. A relação entre perfis do Instagram que abordam temas como quilombos e agroecologia é de extrema importância e relevância, pois essas páginas vão além de informar, elas reinventam saberes, que não estão mortos nem anquilosados, daí que surja uma forma de **educar singular** sobre questões históricas, culturais e ambientais. Páginas como Radio TV Quilombo, Horta do Preto e Roça de Quilombo desempenham um papel crucial ao trazerem à tona temas muitas vezes negligenciados nos currículos escolares tradicionais.

A oralidade é um aspecto fundamental dessas páginas, pois através dela são transmitidos conhecimentos tradicionais, histórias e saberes populares que muitas vezes não são registrados nos livros didáticos. Através das postagens e lives, essas páginas resgatam e valorizam a cultura oral presente nas comunidades quilombolas e nas práticas agroecológicas, contribuindo assim para a preservação e difusão desses conhecimentos.

No entanto, apesar da importância dessas páginas, é preciso estar ciente dos obstáculos enfrentados. A disseminação de informações corretas e a desconstrução de estereótipos e preconceitos são alguns dos desafios encontrados, especialmente em um ambiente como o Instagram, onde a superficialidade muitas vezes prevalece. É necessário, portanto, um esforço contínuo para educar e sensibilizar o público sobre essas questões, promovendo assim uma cultura de respeito e valorização da diversidade cultural e ambiental.

A reflexão sobre a experiência e o conhecimento proposta por Larrosa encontra ressonância na tradição oral africana, onde a transmissão de conhecimentos e valores se dá principalmente por meio de histórias contadas de for-

ma oral, de geração em geração. Nessa perspectiva, a oralidade não é apenas uma forma de comunicação, mas também um veículo de preservação cultural e transmissão de saberes acumulados ao longo do tempo.

Para entendermos a oralidade africana é preciso considerar que o homem e a natureza, a vida e o mito, o sagrado e o profano estão indissociavelmente ligados. E a oralidade serve para propagar essa ideia.

Assim como Larrosa ressalta a importância da experiência como algo pessoal e subjetivo, a oralidade africana enfatiza que a verdadeira aprendizagem não se resume à mera acumulação de informações, mas sim à vivência e à internalização dessas experiências. Cada história contada oralmente é uma experiência única e singular, que se relaciona com a bagagem cultural, os valores e as crenças de quem a ouve, permitindo uma conexão profunda com as raízes e a identidade cultural.

Ao analisarmos a relação entre a oralidade africana e as páginas do Instagram que abordam temas como quilombos e agroecologia, percebemos que ambas compartilham a valorização da experiência como fonte de aprendizado e transformação. As páginas Radio TV Quilombo, Horta do Preto e Roça de Quilombo, ao resgatarem e valorizarem a cultura oral presente nas comunidades quilombolas, não apenas informam, mas também educam sobre questões históricas, culturais e ambientais, seguindo a tradição de transmitir conhecimentos de forma viva e contextualizada.

A EXPERIÊNCIA COMO NEGAÇÃO DA POLÍTICA (OU TRILHAS DO IMPOLÍTICO)

No entanto, assim como Larrosa alerta para a superficialidade da informação em um mundo dominado pela opinião, é importante considerar os desafios enfrentados por essas páginas na disseminação de informações e na desconstrução de estereótipos e preconceitos. Isto nos coloca no terreno do político. A educação e sensibilização do público sobre essas questões são fundamentais para promover uma cultura de respeito e valorização da diversidade cultural e ambiental, ressaltando a importância da experiência e da oralidade como ferramentas de transformação da cidadania.

Mas antes de avançar nos achados, permita-nos leitoras e leitores destas notas uma breve pausa diante do dito acima. As reflexões que expomos aqui não tratam de uma nova tentativa de colonizar as práticas quilombolas, nesse jogo perverso de querer assujeitar indivíduos livres a conceitos frios e monstruosos inventados em ocidente, mitos já decadentes para a própria Europa, mas que insistimos em preservar como momias de cadáveres já putreficados. Não, não achamos que a política seja o caminho e que a cidadania ainda seja a meta a ser alcançada.

Precisamente é com o conceito do *impolítico* que nos debruçamos aqui como segunda categoria analítica. No prólogo de sua obra “Comunidad, inmunidad y biopolítica”, Esposito (2009) aborda a relação entre o conceito de comunidade e o de imunidade, destacando como a proteção do corpo social ou político se tornou uma questão central na sociedade atual. Para isso, o autor apresenta uma análise “de lo impolítico a la biopolítica” através da dialéctica antinómica de tais conceitos. O *impolítico* não se refere à simples negação da política em si, mas sim à crítica das limitações do sistema político e sua incapacidade de abordar questões fundamentais que afetam a vida dos indivíduos, tais como a vida biológica, a saúde, a igualdade e a justiça social. O *impolítico* é assim, um salto no vazio para pensar além do colonialismo europeu, é escutar os sussurros quilombos que ainda não foram capturados, neutralizados, pelos poderes dominantes transvestidos de progresso, inclusão e democracia. (Os mesmos poderes que calam diante da massacres cotidianas do povo negro).

O filósofo logo então se dedica a desconstruir o conceito de comunidade, argumentando que o seu entendimento clássico está carregado de implicações metafísicas, buscando as raízes do termo, estabelecendo um não conceito a respeito da comunidade, marcando a impossibilidade de demarcar uma essência. Há, então, uma suposição de que a comunidade é algo essencial e natural, que se sobrepõe aos indivíduos que a compõem. De acordo com o autor, essa crença na existência de uma essência comunitária é a base para muitas formas de opressão, que muitas vezes são justificadas pela necessidade de preservar a comunidade.

Para o autor, a ideia de comunidade incomum traz em si a chave para fugir à sua condição de significância política (2013, p. 3) assim, a etimologia da palavra comunidade é fundamental para entender seu significado. Derivada do latim “*communitas*”, que por sua vez vem de “*munus*”, que lhe dá o significado de uma obrigação de dar, um dever como um encargo. Dessa forma, a ideia de comunidade está associada a uma obrigação mútua entre seus membros, uma responsabilidade compartilhada.

Paralelamente à ideia de comunidade como um conjunto de pessoas ligadas por estarem em débito; não por um “mais” e sim por um “menos” que as coloca em dívida, está o paradigma da imunidade. Aqui, a etimologia também ajuda a compreender seu sentido: “*si la communitas es aquello que liga a sus miembros en una voluntad de donación hacia el otro, la immunitas es, por el contrario, aquello que exonera de tal obligación o alivia de semejante carga*” (2009, p. 17). Enquanto a comunidade se caracteriza pela obrigação de dar, a imunidade implica, ao contrário, a isenção dessa condição.

Numa perspectiva semântica, Esposito sugere que a imunidade é um conceito que se origina no campo da biologia, que se refere à capacidade de um organismo de se proteger contra ameaças externas, como doenças ou infecções. Ele argumenta que essa noção posteriormente foi transferida para o campo político, se referindo à capacidade de uma comunidade proteger a si mesma. Assim, o autor critica a ideia de imunidade, argumentando que ela se baseia numa lógica de exclusão e separação, sugerindo que a imunidade é construída a partir da diferenciação de um “dentro” e um “fora”, onde o “fora” é visto como uma ameaça contra o “dentro”.

DOS ACHADOS VIRTUAIS DA PESQUISA

Na pesquisa realizada na internet encontramos como uma oralidade virtualizada cria experiências que permitem ir além de qualquer dispositivo político, procurando os rastros de comunidades incomuns quilombolas. Abaixo será apresentado um quadro de classificação das páginas mencionadas nesta pesquisa, para análise das mesmas.

Quadro 1 – Classificação das páginas

Páginas do Instagram	Uso da oralidade	Conteúdos	Mídias predominantes
@rocadequilombo	x	Cosmologia afroquilombola; discussão ética e política	Vídeos, fotos, legendas e cards
@hortadopreto	x	Discussão ética e política	Reels
@radioetvquilombo	x	Comunicação informática de povos tradicionais	Fotos, cards e vídeos

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados coletados em Instagram (2024).

Figura 1 – Página Roça de Quilombo



Fonte: Instagram: @rocadequilombo (2024).

A página Roça de Quilombo surge como um espaço de construção e divulgação da cosmologia afroquilombola, onde são discutidos temas como ética e política. Seu surgimento e crescimento estão intimamente ligados à figura de Antonio Bispo dos Santos, também conhecido como Nego Bispo, nascido no Vale do Rio Berlengas, Piauí. Nego Bispo foi formado pelos ensinamentos dos mestres e mestras de ofício do quilombo Saco-Curtume, município de São João do Piauí, e é reconhecido como uma liderança quilombola.

Sua atuação política e militância são fortemente influenciadas por sua formação quilombola, e seu pensamento tem despertado debates dentro e fora da academia, especialmente a partir do conceito de “contra-colonização”. É a partir desse contexto que surge a página no Instagram, Roça de Quilombo, que se destaca pelo engajamento e pela força em mostrar que o povo quilombola pode e deve criar seus próprios espaços de aquilombamento e de fala.

Na imagem acima, podemos ver uma foto de Nego Bispo, acompanhada de um de seus pensamentos: “No dia em que os quilombos perderem o medo das favelas, que as favelas confiarem nos quilombos e se juntarem às aldeias todos em confluência, o asfalto vai derreter!” Essa frase sugere uma profunda reflexão sobre a união e solidariedade entre comunidades marginalizadas e historicamente oprimidas. Ela ressalta a importância da colaboração de forças para a transformação social.

Essa postagem específica teve uma significativa repercussão, com mais de 12 mil curtidas e 51 comentários. Isso evidencia a relevância do pensamento de Nego Bispo e suas ideias junto ao público que acompanha a página Roça de Quilombo no Instagram.

Figura 2 – Página Horta do Preto



Fonte: Instagram: @hortadopreto (2024).

A página de Instagram “Horta do Preto”, administrada por Edvaldo Alcantara, é um espaço destemido onde debates sobre pensamentos importantes são promovidos. Edvaldo, um jovem negro, utiliza os reels para abordar questões cruciais relacionadas à política e ética, engajando seus seguidores em discussões significativas. Na imagem acima, podemos ver um desses reels, onde ele discute a relevância das redes de apoio no combate ao racismo ambiental.

Edvaldo destaca exemplos de redes de apoio, como o compartilhamento de conhecimentos e experiências, o fortalecimento da autonomia e da cooperação, a ampliação do acesso à tecnologia e a incubação de projetos e iniciativas. A página “Horta do Preto” visa viabilizar o acesso à informação e mostrar estratégias de fortalecimento, especialmente para pessoas pretas e pobres.

Essa postagem teve um impacto significativo, alcançando mais de 3 mil curtidas e 508 comentários. Isso evidencia o interesse e engajamento da comunidade em torno dos temas abordados por Edvaldo em sua página do instagram.

Figura 3 – Página Rádio e TV Quilombo



Fonte: Instagram: @radioetvquilombo (2024).

A página de Instagram “Rádio e TV Quilombo” é um espaço dedicado a compartilhar assuntos relacionados à comunicação informática de povos tradicionais, utilizando uma abordagem tradicional e ancestral. Através de fotos, cards e vídeos, a página divulga debates relevantes em seu perfil, enquanto também se dedica a realizar ações concretas na comunidade do quilombo Rampa, localizado na cidade de Vargem Grande, no Maranhão.

No Instagram, a comunidade do quilombo é apresentada, destacando suas práticas, saberes, cultura e inovações. Além disso, a página promove intercâmbios com outros quilombos, fortalecendo os laços e compartilhando experiências.

A imagem mostrada acima é uma iniciativa que demonstra a formação em comunicação ancestral do quilombo. Essa é apenas uma das muitas iniciativas e realizações de formações levadas até a comunidade, visando ajudar na preservação de seus saberes ancestrais.

Essa publicação recebeu 171 curtidas e 9 comentários, o que evidencia o interesse e engajamento da comunidade com as atividades e conteúdos compartilhados pela página “Rádio e TV Quilombo”.

CONSIDERAÇÕES PARA SEGUIR TRILHANDO

Este trabalho buscou explorar e valorizar as práticas culturais e educacionais, de quilombos, com uma análise feita através das abordagens apresentadas em redes sociais como Instagram, que proporcionou identificar e compreender as dinâmicas de comunicação e as estratégias de mobilização utilizadas por essas comunidades para promover suas práticas e saberes.

A análise das páginas do Instagram Roça de Quilombo, Rádio TV Quilombo e Horta do Preto, revela a importância das redes sociais na preservação e disseminação das práticas culturais e educacionais das comunidades quilombolas. Essas plataformas digitais servem como espaços de resistência e valorização cultural, onde a oralidade e a experiência se tornam ferramentas essenciais para a transmissão de conhecimentos tradicionais e sustentáveis.

Os resultados obtidos destacam a importância das redes sociais como estratégia de aquilombamento, se tornando uma ferramenta de empoderamento

para comunidades quilombolas. As interações e conteúdos analisados revelaram uma riqueza de informações e experiências que frequentemente não são refletidas nos discursos acadêmicos tradicionais. E as plataformas digitais acabam se tornando um espaço de autonomia para a disseminação de seus saberes.

O trabalho tomou um sentido muito fluido, após reconhecer a importância da discussão sobre ética metodológica, meu interesse foi despertado para debater sobre os quilombos e seus espaços de aquilombamento, que no caso da pesquisa aqui abordada, tem sido a internet. Esse espaço que vem sendo construído pelas próprias comunidades quilombolas, servem como locais onde seus debates e vozes podem ecoar na sociedade mais ampla. A pesquisa sobre esse tema tem sido extremamente enriquecedora, especialmente ao trazê-la para o ambiente acadêmico, que muitas vezes negligencia ou minimiza o conhecimento e a voz dessas comunidades.

É importante continuar estudando esses espaços de aquilombamento virtual e aprofundar as pesquisas articulando os achados encontrados com a discussão relacionada à noção de política selvagem, com o objetivo de produzir um resultado final que verdadeiramente capte a grandeza e a relevância dessas vozes e ações.

Por fim, este trabalho foi uma jornada profundamente enriquecedora, ampliando nossa compreensão sobre a importância dos espaços de aquilombamento na internet para as comunidades quilombolas. A pesquisa destacou como essas comunidades utilizam a internet para afirmar suas identidades e vozes, muitas vezes ignoradas no ambiente acadêmico tradicional.

Para nós, como pesquisadoras, essa experiência foi fundamental para reconhecer a relevância da integração entre pesquisa acadêmica e práticas comunitárias. A análise desses espaços digitais trouxe uma nova perspectiva sobre como as comunidades quilombolas resistem e se afirmam no contexto atual.

O trabalho não só ampliou meu conhecimento acadêmico, mas também reforçou nossa convicção na importância de valorizar e respeitar as vozes dessas comunidades. Acredito que esses insights contribuirão significativamente para futuras pesquisas e práticas sociais mais inclusivas.

REFERÊNCIAS

ESPOSITO, Roberto. *Comunidad, inmunidad y biopolítica*. Barcelona: Herder Editorial, 2009.

HORTA DO PRETO. Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/hortadopreto/>. Acesso em: 30 abr. 2024.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. In: GERALDI, João Wanderley (Org.). *Saber de experiência*. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

RÁDIO TV QUILOMBO. Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/radiotvquilombo/>. Acesso em: 30 abr. 2024.

ROÇA DE QUILOMBO. Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/rocadequilombo/>. Acesso em: 30 abr. 2024.

ZÚÑIGA, Óscar Emerson Mosquera. *Agenciamento e cognições inventivas no território professor agroecólogo*. Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2020.

ZÚÑIGA, Óscar Emerson Mosquera. *Quilombos transculturais urbanos: nos rastros da tecno-afro-agroecologia impolítica*. Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2023. Plano de pesquisa.

ECOGOVERNAMENTALIDADE



GOVERNAR EM NOME DA NATUREZA

Rebeca Allana Albuquerque
Óscar E. Zúñiga Mosquera (Orgs)

Grupo de pesquisas SAER- UFRPE